



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

VANESSA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

***CONTROCORRENTE*: Episódios da Presença Italiana em Pernambuco (1880-1930)**

**RECIFE
2017**

VANESSA PEREIRA DE ALBUQUERQUE

CONTROCORRENTE: Episódios da Presença Italiana em Pernambuco (1880-1930)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Mestra em História.

Área de Concentração: Políticas, Instituições e Identidades.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

**RECIFE
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Recife-PE, Brasil

A345c Albuquerque, Vanessa Pereira de
Controcorrente: Episódios da presença italiana em Pernambuco (1880-1930) /
Vanessa Pereira de Albuquerque. – 2017.
137 f. : il.

Orientadora: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE,
2017.

Inclui referências.

1. Imigração italiana 2. Pernambuco – História 3. História local 4. Estudo de caso
I. Oliveira, Ana Lúcia do Nascimento, orient. II. Título

CDD 981.34



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CONTROCORRENTE: Episódios da Presença Italiana em Pernambuco (1880-1930)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Vanessa Pereira de Albuquerque

APROVADA EM 30/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Ana Lúcia do Nascimento Oliveira
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Profª Drª Giselda Brito Silva
Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Profª Drª Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz
APEJE

A Marco, imigrante italiano do tempo presente. Meu amor, minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

É com muito carinho que me dedico a agradecer a todos os que fizeram parte desta empreitada chamada dissertação. Lembro que este caminho começou a ser trilhado ainda na especialização, quando meus companheiros de turma incentivaram a minha inscrição no mestrado. Por isso, começo agradecendo a eles: Deise Lima, Suzane Araújo, Gildson Vieira e Bráulio Moura, parceiros na busca de uma maior compreensão sobre os aspectos políticos, sociais e culturais do Nordeste brasileiro. Ainda nesse período, contei com os apoios do Professor Flávio Cabral e de Sandro Vasconcelos, mentores em minha trajetória.

Tenho muita gratidão à casa que me acolheu durante esse período de dois anos, a UFRPE. Aqui fiz amigos e troquei experiências que ajudaram a me construir como pessoa e como acadêmica. Da mesma forma, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade e empenho. Em especial ao Secretário Rafael Cipriano que, sempre solícito, paciente e célere, ajudou-me na compreensão dos procedimentos formais e sempre esteve atento às minhas necessidades enquanto mestranda.

Aos professores Jeannie Menezes, Suely Almeida, Ricardo Pacheco e Ângela Grillo, com os quais tive maior proximidade, desfrutando do prazer de participar de suas aulas.

Agradeço com particular afeto às professoras que compõem a minha banca: Giselda Brito Silva, Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz e Ana do Nascimento Oliveira, mulheres inspiradoras, nas quais me espelho. Gostaria de agradecer à Professora Giselda pelo modo franco como compartilha seu conhecimento e por ter aceitado meu convite para participar deste momento tão importante na minha vida. Também agradeço profundamente à Professora Noemia que, mesmo sem me conhecer bem, “comprou” a ideia da minha pesquisa e identificou uma série de documentos, sem os quais esta dissertação seria pálida. Obrigada pela generosidade e pelos diálogos enriquecedores. Agradeço ainda, e com ênfase, à Professora e Orientadora Ana por ter aceitado minha pesquisa e caminhado junto a mim durante esses dois anos, tornando essa experiência agradável e proveitosa.

Reconheço aqui a importância do auxílio financeiro prestado pela CAPES, sem o qual as dificuldades normais para obter a titulação de mestra seriam ainda

mais árduas. Obrigada por me proporcionar a tranquilidade financeira necessária para focar exclusivamente nas demandas do mestrado.

Aos funcionários da FUNDAJ e APEJE agradeço a gentileza e paciência com que sempre fui tratada.

Meus agradecimentos também são estendidos aos amigos historiadores que contribuíram, de modos diversos, no meu trabalho de pesquisa e escrita, Bruno Nery, Bruna Cavalcanti, Júlio César Barros, Anna Maria Litwak, Diomedes Oliveira, Jéssica Alves e outros tantos que não de perdoar minhas falhas de memória.

Mas nem tudo nesses dois anos foi trabalho; houve momentos em que era necessário relaxar, descontraír e conversar sobre outros assuntos, para manter-me sã e recarregada. Desse modo, agradeço aos amigos cotidianos, que dividiram seus tempos comigo: Kalyne Azevedo, Daniel Monteiro, Gerardo Moura, Leandro Paulo, Carlos Moura, Sofia Mahmood, Aline Pereira, Bruno Andrade, João Maurício Melo. Sem vocês teria sido tudo muito mais difícil.

Aos meus tios Ivanildo Coelho e Samuel Albuquerque, por sempre incentivarem os meus estudos.

Por fim, agradeço ao meu companheiro de vida, meu melhor amigo, meu amor, Marco Barone. Foi quem me trouxe inspiração para esta pesquisa, apoiou-me nos momentos mais difíceis, quando pensei que não iria conseguir; é a pessoa paciente que lê e relê esta dissertação, revisa as traduções, corrige os erros ortográficos, faz críticas e sugestões. E é com você, Marco, que compartilho os louros desta experiência e deste trabalho. *Ti amo.*

“De hoje em diante vou vencer na vida!”
Giuseppe Francesco Conte, ao decidir montar sua metalúrgica no Recife.

RESUMO

O período das grandes massas migratórias para o Brasil estende-se entre as décadas de 1880 a 1930. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), durante esse ciclo chegaram ao país cerca de 3,5 milhões de imigrantes de várias nacionalidades: mais de 1/3 desse contingente era formado por italianos. Nos primeiros anos da República, é possível verificar que a quantidade de imigrantes italianos chega a suplantar os de nacionalidade portuguesa. Essa situação não se deu de maneira aleatória: foi o resultado de mudanças ideológicas e práticas políticas adotadas, em menor escala, durante o Império e, principalmente, na Primeira República Brasileira. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre as condições que direcionaram esse contingente imigratório ao Brasil durante o período que contempla o final do Império e a República Velha, com especial interesse aos grupos que chegaram a Pernambuco, influenciando direta ou indiretamente o cenário econômico e sociocultural desta região. Dessa forma, pretende-se analisar os registros de uma imigração italiana realizada na contracorrente das políticas migratórias para o Brasil. O trabalho analisa episódios de imigração italiana em Pernambuco, relacionando memórias pessoais e documentos oficiais e, desse modo, visa a compreender o relacionamento dos imigrantes italianos com as comunidades locais, identificando momentos de empatia e de dificuldades revelados através desse contato. Esta pesquisa revela documentos, instituições e personalidades que contribuíram para a formação de uma comunidade italiana atuante em Pernambuco, mostrando, apesar dos casos pontuais de imigração, a importância de trabalhar esta temática. As bases teóricas que sustentam este estudo são fornecidas por Manuel Correia de Andrade, Angelo Trento, João Bertonha, Lilia Schwarcz, Peter Eisenberg e Paul Ricœur. Considera-se a importância de identificar e compreender as dinâmicas sociais e ideológicas decorridas desse movimento transatlântico.

Palavras-chave: Imigração Italiana. Pernambuco. História Local. Estudo de caso.

ABSTRACT

The time of massive migration to Brazil spans from the decade of the 1880s to the 1930s. According to the data by the IBGE (Brazilian Institute for Geography and Statistics) during this time around 3.5 million immigrants of several nationalities arrived in Brazil: Italians formed more than one third of this group. During the first years of the Republic, it is possible to observe that Italian immigrants outnumber even the Portuguese. This situation did not arise randomly: it was the outcome of an ideological change and political policies implemented, on a smaller scale, during the Empire and in a major way during the First Brazilian Republic. The goal of this work is to investigate the conditions that led these immigrants toward Brazil during the end of the Imperial Age and the beginning of the Republican Age, with a special focus on the groups that came to Pernambuco and influence directly or indirectly the economic and socio-cultural scenario of this region. By doing this, we also aim at analyzing the documents on a piece Italian immigration that worked in the opposite direction to the mainstream Brazilian immigration policies. The work analyzes episodes of Italian immigration in Pernambuco, by relating personal memories with official documents and attempts, in this way, to understand the relationship between Italian immigrants and local communities, by singling out moments of empathy and hardship that arose through this contact. This research reveals documents, institutions and characters that contributed to the formation of an Italian community active in Pernambuco and, despite treating single cases, shows the importance of working on this subject. The theoretical framework supporting this research is provided by Manuel Correia de Andrade, Angelo Trento, João Bertonha, Lilia Schwarcz, Peter Eisenberg, Paul Ricœur. We point out the importance of identifying and understanding the social and ideological dynamics originated from this overseas displacement.

Keywords: Italian immigration. Pernambuco. Local History. Case study.

RIASSUNTO

Il periodo dei grandi flussi migratori verso il Brasile occupa i decenni tra il 1880 e il 1930. Secondo i dati dell' IBGE (Istituto Brasiliano di Geografia e Statistica), durante questa fase arrivarono nel paese circa 3,5 milioni di immigranti di varie nazionalità: più di 1/3 di questo contingente era formato da italiani. Nei primi anni della Repubblica è possibile constatare che la quantità di immigranti italiani arriva a superare quelli di nazionalità portoghese. Questa situazione non si creò in modo aleatorio: fu l'esito di cambiamenti ideologici e di pratiche politiche adottate, in piccola scala, durante l'Impero e, principalmente, durante la Prima Repubblica Brasiliana. Questo lavoro ha come obiettivo riflettere sulle condizioni che hanno indirizzato tale contingente migratorio verso il Brasile durante il periodo che contempla la fine dell'Impero e la Prima Repubblica, con particolare interesse ai gruppi che arrivarono in Pernambuco, influenzando in modo diretto o indiretto lo scenario economico e sócio-culturale di questa regione. In questo modo, si intendono analizzare i registri di una immigrazione italiana realizzata controcorrente rispetto alle politiche migratorie per il Brasile. Il lavoro analizza episodi di immigrazione italiana in Pernambuco, mettendo in relazione le memorie personali con i documenti ufficiali e così facendo, mira a comprendere la costruzione dei rapporti tra gli immigranti italiani e le comunità locali, focalizzando momenti di empatia e di difficoltà rivelati attraverso questo contatto. Questa ricerca rivela documenti, istituzioni e personalità che hanno contribuito alla formazione di una comunità italiana attuante in Pernambuco, mostrando, nonostante i casi singoli di immigrazione, l'importanza di sviluppare questa tematica. Le basi teoriche che supportano questo studio sono fornite da Manuel Correia de Andrade, Angelo Trento, João Bertonha, Lilia Schwarcz, Peter Eisenberg e Paul Ricœur. Si considera l'importanza di identificare e comprendere le dinamiche sociali e ideologiche di questo movimento transatlantico.

Parole chiave: Immigrazione Italiana. Pernambuco. Storia Locale. Studio di caso.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Cehibra – Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo

Franco de Andrade

CINB – Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil

FIEPE – Federação das Indústrias de Pernambuco

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IEL – Instituto Euvaldo Lodi

IPAM – Indústria Metalúrgica de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	A Itália antes da unificação	32
FIGURA 02 –	Folheto que promove as riquezas e oportunidades do Brasil para os italianos	37
FIGURA 03 –	Cartaz da companhia italiana La Veloce, produzido em 10 de Janeiro de 1913, anunciando datas de partida e valores das passagens saindo do Porto de Gênova para destinos americanos	39
FIGURA 04 –	Recibo de venda de gado assinado por Simone Croff em 1903	89
FIGURA 05 –	Simone Croff no final do ano de 1923 quando era proprietário da Fazenda de Sassolo	90
FIGURA 06 –	Família Calábria Lapenda em Nazaré da Mata, 1946	102
FIGURA 07 –	Fotografia em preto e branco da Fábrica Fratelli Vita, na Soledade	109
FIGURA 08 –	Propaganda da Fratelli Vita, quando esta começou sua produção de gelo	110
FIGURA 09 –	Panfleto dos refrigerantes fabricados pela Fratelli Vita	110
FIGURA 10 –	Propaganda dos produtos da Fratelli Vita	110
FIGURA 11 –	Fotografia em preto e branco dos irmãos Vita	110
FIGURA 12 –	Anúncio do <i>Banque Française et Italienne</i>	117
FIGURA 13 –	Propaganda do sabão MARRON	119
FIGURA 14 –	Chamada de anunciantes pela Câmara	123
FIGURA 15 –	A Câmara chamando o negociante a apostar nos produtos italianos	124

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CAPÍTULO 1 – CONTEXTOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NAS AMÉRICAS	28
2.1	Unificação da Península Itálica: construção do Estado-nação e as motivações para cruzar o Atlântico.....	28
2.2	Engrenagens do êxodo: agências e agentes de emigração na Itália.....	36
2.3	Recepção à brasileira.....	43
2.3.1	Políticas públicas de incentivo à imigração italiana durante a crise Imperial.....	44
2.3.2	A Ideologia eugênica no lastro da Primeira República Brasileira.....	47
2.4	O período entre Guerras: a ascensão do Fascismo e as agremiações de imigrantes italianos	53
2.5	Configurações e categorias imigrantes provenientes da Itália: discussão sobre regionalidades.....	58
3	CAPÍTULO 2 – HOMENS EM MOVIMENTO: ESCRITAS ÍNTIMAS, HISTÓRIAS MÍNIMAS.....	65
3.1	O diário de Barrucco: memórias sobre Pernambuco durante a transição da Monarquia à República.....	68
3.1.1	A segunda saída: Da Itália ao desembarque no Porto do Recife.....	68
3.2	Pernambuco e os pernambucanos sob a perspectiva de Donato Barrucco	71
3.3	O caso Simone Croff: a terra em Pernambuco e as dificuldades para consegui-la	81
4	CAPÍTULO 3 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CULTURA: O ENVOLVIMENTO E O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ITALIANOS EM PERNAMBUCO NA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL	93
4.1	A intervenção italiana na indústria e no comércio em Pernambuco, segundo os dados do projeto Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil	95
4.2	A Fábrica Fratelli Vita, a Indústria Metalúrgica Pernambucana e outros empreendimentos italianos em Pernambuco destacados pela imprensa	107
4.2.1	A Fábrica Fratelli Vita em Pernambuco: trajetória e propaganda	107
4.2.2	A Indústria Metalúrgica Pernambucana: o magnetismo da família	

	Conte	113
4.2.3	Outros empreendimentos italianos em Pernambuco	116
4.3	As relações entre Pernambuco e Itália a partir do <i>Bolletino Ufficiale Della Camara Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco (1921-1936)</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

A imigração italiana é tema de inesgotáveis pesquisas ao redor do mundo, pois o deslocamento dessa população mostra-se constante em diferentes espaços e períodos cronológicos, antes mesmo do processo de unificação da Península Itálica. Porém, este deslocamento passa a ser identificado enquanto fenômeno de massa somente no final do século XIX, com o advento da unificação italiana e suas consequências para a população, e quando da destinação desses grupos para terras americanas. “Estima-se que entre 1880 e 1924 entraram no Brasil cerca de 3,6 milhões de imigrantes, 38% eram italianos” (BONI, 1990, p. 135). O Brasil era o terceiro maior centro a comportar estas entradas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina, respectivamente.

Em 1999, o historiador Boris Fausto lançou o livro **Fazer a América**,¹ organizado com a intenção de trazer os mais variados estudos sobre imigração na América Latina. O autor esclarece a importância da retomada das pesquisas sobre imigração transoceânica, afirmando que esse é um ambiente frutífero para a historiografia. Segundo ele, “é indispensável inserir a grande imigração para a América Latina em um quadro amplo, que permita dar conta de semelhanças e diversidades” (FAUSTO, 1999, p. 12).

Durante todo o processo histórico brasileiro, desde a sua conquista pelos portugueses até a Independência, é possível verificar a presença de estrangeiros no espaço nacional, ora encorajados pelos lusitanos como parte das estratégias de povoamento do território e conhecimento dos nativos, a exemplo das companhias religiosas, ora vindos à revelia da metrópole portuguesa, buscando riquezas nas terras do Novo Mundo.

Passado o período colonial, este movimento de estrangeiros entrando no Brasil intensificou-se, nem sempre sob o olhar atento do Estado, e às vezes colocando sua soberania em risco. Com o aumento do fluxo imigratório ao Brasil, o Estado passou a acompanhar de perto e até mesmo tutelar esse fenômeno.

Nesse contexto, nota-se que as regiões Sul e Sudeste do Brasil concentram a maior carga de trabalhos realizados sobre a entrada de italianos no país e suas implicações políticas e socioculturais na formação humana de localidades

¹ O termo “Fazer a América” está associado aos imigrantes italianos que, deixando sua terra nativa, vieram em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida nas Américas, ondeurgia a necessidade por mão de obra.

meridionais brasileiras. No Nordeste do Brasil, o estudo sobre a imigração italiana ainda é um terreno pouco conhecido e explorado, apesar de contar com a pesquisa de Manuel Correia de Andrade que, na obra **A Itália no Nordeste** (1992), destaca a contribuição italiana para a região, onde “eles ampliaram o comércio nas regiões em povoamento – Sudeste da Bahia e Sul do Piauí – e a tecnologia na área canavieira de Pernambuco e Alagoas” (ANDRADE, 1992, p. 12), de suma importância para o desenvolvimento econômico regional.

Partindo de pressupostos historiográficos e procedendo à análise documental da presença italiana no Nordeste, julgamos que Pernambuco não passou incólume ou indiferente às grandes levas migratórias para a América. Apesar de não ter políticas públicas nacionais bem-sucedidas voltadas para a colonização de suas áreas e descaracterizar-se enquanto localidade de interesse econômico para as bases governistas e para os próprios imigrantes no período compreendido entre 1880 e 1930, algumas categorias de migrantes italianos optaram por se estabelecer nesta região.

Peter Eisenberg (1997) indica três fatores principais que desestimularam a imigração em Pernambuco: o clima, a escassez de terras e a carência de perspectivas sobre a economia local. Segundo ele, é possível que o clima tenha desanimado a maior parte dos europeus, principalmente os agricultores, pois, diferentemente das temperaturas mais amenas de Recife, na zona açucareira, no Agreste e no Sertão as condições climáticas mostravam-se adversas ao trabalhador braçal. Aliada ao fator climático, a insuficiência de terras públicas na Zona da Mata, onde a cultura da cana era profícua e havia melhores condições de transporte, também configurava fator importante para a indisposição dos imigrantes em vir para Pernambuco. No entanto, segundo Eisenberg (1977), o elemento que mais desencorajava os imigrantes era a ausência de boas perspectivas econômicas na região, entre 1890 e 1910, já que havia uma grande disparidade entre a produção e a rentabilidade do açúcar e do café.

Apesar desses fatores, houve algumas tentativas de estimular a imigração em Pernambuco a partir da criação da Inspetoria Especial de Terras e Colonização em Pernambuco. Dentre as principais funções da Inspetoria identificam-se: comunicação de entrada de imigrantes em Recife; comunicação dos repasses monetários da Tesouraria da Fazenda à Inspetoria em Pernambuco; criação de comissão encarregada dos serviços de colonização e imigração na província;

demarcação e construção do núcleo colonial Suassuna, em Itamaracá; criação e construção da Hospedaria da Jaqueira, voltada para recepção de imigrantes; prestação de contas².

Assim como a Inspetoria Especial, outras iniciativas oficiais e de particulares também foram propostas durante o final do século XIX e começo do século XX, todavia não conseguiram atingir os objetivos a que se propuseram, sendo dissolvidas a posteriori, como relata Eisenberg (1977, p. 149-150). Essas questões contribuíram para a identificação de uma tímida entrada de italianos em Pernambuco, em comparação com outras regiões brasileiras.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, elaborado pela Diretoria Geral de Estatísticas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, entre os anos de 1910 e 1913 entram no Brasil 83.520 indivíduos de nacionalidade italiana e, desse montante, apenas 255 imigrantes ingressaram no Recife, o que contabiliza 0,305% do total da imigração italiana para o Brasil durante os anos citados³.

A partir dessas observações, entendemos que os registros sobre a presença italiana em Pernambuco apontam para uma imigração no *Controcorrente*⁴, ou seja, que segue na contramão das políticas institucionalizadas para a recepção e alocação de comunidades estrangeiras migrantes no Brasil. Isto significa maior dificuldade de acesso e informação sobre o território em questão, mostrando que o valor dessas experiências está justamente vinculado aos sacrifícios exigidos pela escolha de trilhar esse caminho. No entanto, não queremos aqui menosprezar ou diminuir os problemas enfrentados pelos grupos imigrantes que seguiram o fluxo normatizado, mas tencionamos tornar visíveis as implicações de um outro tipo de imigração, que sofre diferentes efeitos.

A escolha pelo tema é decorrência do meu envolvimento pessoal com imigrantes e visitantes italianos em Recife e Olinda. Foi pelo afeto e através dos questionamentos do meu companheiro – emigrante *abruzzese* – que passei a refletir e buscar informações e registros sobre a presença italiana em Pernambuco. Como estudante de História, enxerguei a possibilidade de amadurecer e dar seguimento a esta pesquisa, tendo começado a desenvolvê-la durante a especialização na

² Inspetoria Especial de Terras e Colonização de Pernambuco. 1889, p. 103, 105-107, 113.

³ Anuário Estatístico do Brasil. Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, v. 1. Rio de Janeiro: Typografia de Estatística, 1908-12. **Movimento demográfico marítimo – nacionalidade e portos: entradas.** p. 432-435; 440-443; 448-451.

⁴ Palavra italiana cujo significado corresponde ao movimento de contracorrente, que é caracterizado por uma corrente que flui junto ao curso principal, mas no sentido oposto ao dele.

Universidade Católica de Pernambuco, sob a orientação do historiador Sandro Vasconcelos, investigador e entusiasta constante da história recifense.

Durante muito tempo (e ainda hoje, com menos frequência), a simples menção do nosso tema nos circuitos acadêmicos às vezes era encarada com descrédito, haja vista a insipiente bibliografia e pesquisa sobre o assunto – mesmo depois do trabalho de Manuel Correia de Andrade, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, outros pesquisadores e instituições nordestinas, de onde se formou um catálogo com mais de cento e cinquenta entrevistas com italianos imigrantes ou seus descendentes, realizadas em todos os estados do Nordeste, comprovando a existência da presença italiana na região ao longo dos séculos XIX e XX. Mesmo assim, a documentação não é abundante, mas com nosso trabalho de pesquisa e com a ajuda de amigos pesquisadores, descobrimos materiais importantes, sem os quais as análises aqui desenvolvidas se tornariam mais difíceis de realizar. De fato, estudar a presença italiana em Pernambuco não é tarefa simples, mas é necessária no sentido de contribuir para a historiografia nordestina sobre o tema e divulgar, não só para a comunidade acadêmica, uma parte pouco conhecida da nossa história.

Nesta pesquisa, procuramos identificar os contextos que permitiram a imigração em massa de italianos para o Brasil entre as décadas de 1880 e 1930, destacando o deslocamento de determinados grupos para Pernambuco, contrariando a direção estabelecida pelo planejamento público das políticas imigratórias no Brasil.

Dessa forma, caracterizamos os panoramas gerais, práticos e ideológicos, existentes na Itália e no Brasil durante o final da Monarquia e na Primeira República; analisamos experiências pessoais de imigrantes a fim de compreender suas dificuldades e expectativas em Pernambuco, mostrando também suas impressões da terra, das pessoas e das instituições com as quais entraram em contato; e detectamos e discutimos o envolvimento dos imigrantes italianos na economia pernambucana.

A escrita sobre a história da imigração italiana no Brasil é vasta, mas para este estudo nos utilizamos apenas dos autores principais, no intuito de não pesar o texto com as informações já conhecidas e pormenorizadas sobre o fenômeno imigratório na transição do século XIX para o XX. Consideramos evidenciar as discussões contidas nas obras que versam sobre a presença italiana no Nordeste,

com especial interesse àquelas que narram episódios ocorridos em Pernambuco. De todo modo, faz-se mister trabalhar essa historiografia com o interesse de apresentar uma visão clara sobre os registros desse acontecimento e dos indivíduos que dele fizeram parte.

“Fazer a América” não era uma empresa fácil, custava fadiga, humilhações, desespero, até para quem teve êxito em sua empresa. Passados os tempos “heróicos”, os protagonistas conhecidos e obscuros desses sacrifícios não devem ser esquecidos, e ninguém pode, ou pretende, suprimir a sua lembrança histórica (TRENTO, 1989, p. 488, grifo do autor).

É fundamental compreender quem eram essas pessoas e quais eram suas motivações para percorrer a longa jornada no Atlântico e refazer suas vidas em uma terra nova e estranha. João Bertonha, em **Os Italianos** (2014), traz reflexões acerca da formação identitária deste povo, descrevendo aspectos políticos e culturais que ao longo da história da Península Itálica germinaram características comportamentais intrínsecas aos italianos.

Para Luigi Barzini,⁵ seria impossível encontrar características que servissem para homogeneizar completamente todos os habitantes da Itália. No entanto, ele considerava que certos hábitos, traços e tendências estavam presentes na maioria dos italianos, formando um conjunto de especificidades nacionais que chamava de *cose all'italiana* (coisas à italiana). Para Barzini, no decorrer dos séculos, os italianos teriam sido invadidos, agredidos, humilhados e reduzidos à condição de servos de outros povos. Como resultado, teriam desenvolvido um sistema próprio de sobrevivência, baseado na ênfase na família (única estrutura confiável), no ceticismo perante o Estado e os grandes ideais e na criação de uma sociedade do espetáculo, em que a ênfase na arte, na cultura e na vida frívola e agradável serviria para mascarar a dura realidade. [...] De fato, a Itália e o povo italiano de hoje são o resultado de milênios de atividade humana. Tanto no campo dos comportamentos coletivos quanto na vida religiosa e cultural, são ainda hoje profundamente marcados pelas centenárias camadas de história que os rodeiam. As obras de arte renascentistas e as ruínas medievais e romanas, onipresentes em todo o país; a aura de país refinado associada à de um povo ainda rústico e quase inocente cerca o país há séculos; a eterna presença da Igreja Católica e outros elementos do passado distante estão presentes na vida dos italianos e na paisagem física

⁵ Foi um jornalista milanês que ganhou notoriedade no Brasil no ano de 1966, quando publicou um texto em que tentava compreender o que era “ser italiano”. João Bertonha considera sua análise pessimista, mas indica que suas reflexões do povo e da pátria italiana são coerentes e descrevem características que, ainda hoje, podem ser observadas no comportamento dos italianos.

da Itália, ajudando a moldá-los (BERTONHA, 2014, p. 270-271, grifo do autor).

Em Pernambuco, a presença italiana foi marcada pela adaptação desses estrangeiros ao comércio e à indústria. Vittorio Cappelli (2007) chama a atenção para os pequenos fluxos imigratórios provindos da Itália meridional para localidades periféricas da América Latina, onde o advento da imigração em massa foi menor, mas, de todo modo, causou impactos significativos na “construção das modernas redes urbanas” (CAPPELLI, 2007, p. 1) nas regiões em questão. O autor afirma ainda que estas categorias imigrantes procuraram firmar-se em cidades portuárias, cujo crescimento urbano deu-se a partir da década de 1870, e onde era possível desenvolver atividades de cunho artesanal e escapar da dura “seleção social” das grandes cidades, como São Paulo e Buenos Aires.

Manuel Correia de Andrade foi pioneiro em Pernambuco ao verificar os registros da imigração italiana no Nordeste desde o período Pré-Colonial, abrindo caminhos para os estudos dessa imigração direcionada à periferia, tratada por Cappelli. Suas pesquisas em parceria com a *Fondazione Giovanni Agnelli*⁶ deram visibilidade a uma parte pouco explorada na história das imigrações, influenciando trabalhos no Brasil e na Itália. Ele descreve os italianos inseridos na vida urbana, contribuindo para a ampliação das atividades produtivas e para a remodelação dos espaços urbanos a partir do século XIX, onde existia um crescente movimento por renovação, melhoramento e embelezamento das cidades. Nesse ínterim, a Itália e a França despontavam como modelos arquitetônicos a serem seguidos. A vinda de engenheiros, arquitetos e artistas dessas nacionalidades tornava-se cada vez mais requisitada.

No intuito de compreender os contextos da imigração no Brasil, trataremos à discussão algumas obras que refletem sobre os pensamentos intelectuais da época republicana, mostrando que a questão ideológica da eugenia envolveu o processo imigratório, gestando discursos para sua legitimação, enquanto incentivava o uso da mão de obra estrangeira e excluía os trabalhadores anteriormente escravizados.

⁶ A Fondazione Giovanni Agnelli é um instituto de pesquisa fundado em Turim pela FIAT em 1966. Desde a sua fundação, segue apoiando, divulgando e financiando pesquisas, publicações e palestras que tenham o intuito de contribuir para o desenvolvimento tecnológico, social, cultural e econômico da Itália. O tema da imigração é bastante promovido pela instituição. No Brasil, as publicações mais importantes sobre imigração italiana estão associadas à Fondazione.

Dentre os autores utilizados estão José Murilo de Carvalho, Lilia Schwarcz e Emília Viotti.

A situação jurídica dos imigrantes no Brasil está presente na discussão através dos textos de Giralda Seyferth e Rogério Luis Giampietro Bonfá, que analisam a condição do imigrante estrangeiro a partir da legislação brasileira e da categorização única e generalizada do estrangeiro, sem levar em consideração as “identidades de grupo associadas à noção de cultura comum e consciência nacional” (SEYFERTH, 2008, p. 2).

Algumas questões levantadas por este trabalho buscam ancoradouro nos teóricos que ponderam sobre as identidades nacionais e regionais. Dessa forma, trouxemos à discussão as ideias de Benedict Anderson, no âmbito geral da conceituação de identidade, de Antonio Gramsci, representando o pensamento da formação identitária italiana, e de Marilena Chauí, com a interpretação do **Mito Fundador** do Brasil e de sua identidade. O diálogo entre os autores facilita o entendimento dos contextos históricos em que pode ser inserida a imigração de grandes proporções, a partir da década de 1870. A formação dos Estados Nacionais na Europa fomenta as condições para o deslocamento das massas humanas e pensa esse processo, atrelado aos movimentos ideológicos nacionalistas na Europa e no Brasil.

Tivemos também o interesse em refletir sobre o conceito de representação, adotando os pensamentos de Pierre Bourdieu e sua definição de “poder simbólico,” muitas vezes imperceptível, mas construtor da realidade. Compactuamos da ideia de que as produções simbólicas são utilizadas como instrumentos de dominação, e podem ser observadas na construção da república brasileira, validando o discurso imigratório, fortificado ao longo do século XX no Brasil.

Na mesma sintonia de ideias, agregamos ao diálogo os questionamentos levantados por Roger Chartier ao definir as “lutas de representação” como niveladoras da estrutura social. Chartier (1991, p. 188) trabalha com a perspectiva de “compreender, a partir das mutações no modo de exercício do poder, tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam.” É dessa forma que pretendemos evidenciar o uso dos signos na Primeira República, destacando seu funcionamento político.

No nosso estudo também trabalhamos com o conceito de memória e nos utilizamos das perspectivas de Paul Ricœur (2007) no que concerne às memórias

individual e coletiva. Segundo as análises desse teórico, pode-se dizer que a memória individual e a memória coletiva são postas em condição de rivalidade, no entanto elas não se opõem no mesmo campo, mas em universos de discurso que se tornaram alheios um ao outro. Para essa discussão, Paul Ricœur (2007, p. 131) propõe recorrer ao conceito de **atribuição** “como conceito operatório suscetível de estabelecer certa comensurabilidade entre as teses opostas.” Sem pretender pôr fim aos problemas entre memória pessoal e memória coletiva, Ricœur sugere a aproximação desses discursos, explorando os elementos de complementariedade dessas duas abordagens antagônicas, identificando a região de linguagem onde os dois discursos podem ser entrecruzados.

A metodologia aplicada neste trabalho segue os procedimentos analíticos adotados pela micro-história. De acordo com Revel (1998), a partir da década de 1970, em oposição e desconfiança a uma história social de longa duração, de “mentalidades” e macroanálise, alguns historiadores propuseram uma mudança na escala de exame, evidenciando a importância de dedicar atenção aos aspectos “menores”, individuais e culturais. O enfoque micro-histórico tornou possível uma análise crítica da utilização de critérios e de recortes que anteriormente não eram discutidos, uma vez que, recusa a ideia de contexto unificado. A micro-história entende que há uma pluralidade de contextos e que estes são necessários para a compreensão dos comportamentos humanos no espaço-tempo. Revel (1998) afirma que a variação de escala é benéfica ao trabalho científico, pois possibilita o trânsito entre histórias.

Entendemos a necessidade de cruzar as fontes de memórias pessoais com os documentos oficiais e registros dos periódicos em circulação durante o período de nossa pesquisa. Dessa forma, é possível refletir sobre as personagens e os elementos inseridos na realidade social pernambucana entre as décadas de 1880 e 1930.

Dos periódicos utilizados, o **Jornal do Recife** e o semanário **O HOSPEDE**, representam nossas principais fontes de material produzido pela imprensa. O Jornal do Recife, lançado em 1 de janeiro de 1859, com sede na Rua do Imperador a partir do ano de 1860, traz reportagens, anúncios e reproduz editais oficiais que nos permitiram identificar ocorrências da presença italiana em Pernambuco, sobretudo no Recife. O HOSPEDE, periódico desenvolvido pelo italiano Publio Pugó, mostra-se como importante referência de publicação produzida por e para estrangeiros, cujo

conteúdo pretende destacar as notícias sobre a Itália e demais países europeus, divulgar os empreendimentos italianos localizados em Recife e noticiar informes econômicos. A partir da análise d'O HOSPEDE suprimos duas necessidades da nossa pesquisa:

- 1) Identificamos as empresas e serviços associados a indivíduos de origem italiana, através da repercussão desses empreendimentos na mídia impressa local;
- 2) Sendo O HOSPEDE também uma empresa comandada por um diretor italiano, procuramos compreender as características do semanário e seus objetivos, enquanto lugar de fala do próprio imigrante.

Também pudemos contar com os seguintes periódicos: **A PROVINCIA, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal da Unicamp e Revista de Engenharia do Rio de Janeiro**. Todos eles produziram matérias que contribuíram para a nossa análise da imigração italiana em Pernambuco.

No setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ – detectamos a existência de um livro intitulado ***Dodici Anni di Residenza nel Brasile***, escrito pelo pároco Donato Barrucco em 1903, onde narra suas experiências em Recife e no interior pernambucano entre o final da década de 1870 e os anos 1880.

Consultamos também o Arquivo Público de Pernambuco, que nos permitiu entrar em contato com os pedidos de naturalização realizados entre 1883 e 1942. Também foi onde identificamos um documento manuscrito – tratava-se da petição do italiano Simone Croff, que em 1883 empreendeu numerosos esforços na tentativa de lograr as terras almejadas para desenvolver o cultivo da quina-amarela, planta medicinal demandada pelo mercado europeu. Através do acervo pessoal de Cristina Bernardini, tivemos acesso a algumas fotos de Simone Croff na Toscana, durante o século XX, ratificando seu retorno para a Itália.

O acervo do Museu da Cidade do Recife nos permitiu verificar a **Obra de Propaganda Geral do Estado de Pernambuco**, produzida em 1919-1922, onde visualizamos referências ao *Banque Française et Italienne* e ao empreendimento do italiano Giulio Paviani. Consultamos ainda o Catálogo da Federação das Indústrias de Pernambuco – FIEPE, onde é registrada a importância da fábrica Fratelli Vita e da Alimonda Irmãos S/A, empresas encabeçadas por imigrantes italianos.

Contamos ainda com os registros elaborados pelo projeto **Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil**, cuja pesquisa foi documentada pelo Cehibra,⁷ com o financiamento da *Fondazione Giovanni Agnelli*. A Fundação estava interessada em documentar a importância dos italianos na história das diferentes regiões do mundo que receberam *oriundi*.⁸ Nas décadas de 1980 e 1990, a *Fondazione Giovanni Agnelli* incentivou uma série de programas de pesquisas no continente americano, acreditando que a partir desse conhecimento seria possível identificar a participação italiana na formação do Novo Mundo, contribuindo, assim, para o estreitamento dos laços entre os países envolvidos.

O trabalho foi desenvolvido em vinte e quatro meses, contando com a colaboração de pesquisadores em todas as capitais do Nordeste, tendo produzido, em 1992, o livro **A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil**, escrito por Manuel Correia de Andrade, organizador e principal colaborador do projeto.

Como parte deste projeto, foi realizada uma série de entrevistas através do Cehibra. Em Pernambuco foram vinte e sete entrevistados, trinta e cinco na Bahia, doze em Alagoas, vinte e dois no Ceará, dezesseis no Maranhão, oito no Piauí, dois em Sergipe, oito no Rio Grande do Norte e vinte e dois na Paraíba, totalizando cento e cinquenta e dois entrevistados, entre *oriundi* e descendentes.

Para o trabalho desenvolvido por nós nesta pesquisa, interessaram as entrevistas elaboradas com imigrantes italianos e seus descendentes em Pernambuco, onde foram reveladas histórias e memórias individuais circunscritas ao começo do século XX, principalmente.

A partir de 1921, começou a funcionar, na cidade do Recife, a Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil, com a função de representar e divulgar as atividades comerciais desenvolvidas também em outras capitais: Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Salvador.

Os objetivos da Câmara deixavam transparecer uma nova ideologia política fomentada na Itália durante as décadas de 1910 e 1920: a ideologia fascista (ANDRADE, 1993). O interesse e a preocupação em unir os italianos pelo mundo, dedicando atenção aos elementos nacionais próprios da Itália (língua, cultura,

⁷ Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade. Localizada em Apipucos – Recife, dentro da Fundação Joaquim Nabuco.

⁸ O termo designa os imigrantes oriundos da Itália.

produtos nacionais), são características da vanguarda fascista, que conseguiu, como nenhum outro sistema político-ideológico, construir uma identidade prioritariamente italiana, outrora sobrepujada pelas identidades regionais (BERTONHA, 2014).

Por isso, é notável uma inquietação da Câmara Italiana não só com as demandas econômicas, mas principalmente com o projeto de divulgação da cultura italiana na região, promovendo cursos cujos interessados poderiam não ser, necessariamente, italianos ou seus descendentes.

O principal feito da Câmara talvez tenha sido organizar um boletim mensal, produzido quase que inteiramente em língua italiana, em que divulgava empresas e empresários italianos, sobretudo famigerados em Pernambuco: o ***Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco***, cuja circulação começou em 1921, estendendo-se até o ano de 1936. A análise desse boletim acentua nossas expectativas de confirmação de uma imigração italiana em Pernambuco, realizada contra a maré do fenômeno imigratório.

Nosso trabalho é subdividido em três capítulos, onde abordamos, primeiramente, o processo responsável pelo deslocamento de grandes massas provindas da Itália para as Américas, a posição do Brasil enquanto receptor desses imigrantes e as características desses indivíduos. Em segundo lugar, apresentamos os episódios de imigração de Donato Barrucco e Simone Croff, italianos que chegaram a Pernambuco durante o final do século XIX. E em terceiro lugar, analisamos os registros de imigração italiana no começo do século XX.

O Capítulo 1 (Contextos da Imigração Italiana nas Américas) desta dissertação versa sobre os panoramas da Unificação Italiana, identificando os movimentos teóricos e práticos que se enfrentaram na Península, moldando o projeto de unidade das regiões italianas, e condicionando o amplo deslocamento da população para as regiões em crescimento econômico no Novo Mundo. O capítulo aborda o funcionamento do êxodo, desde a saída da Itália até os destinos na América, descrevendo as implicações da travessia oceânica e identificando os procedimentos das agências e agentes que trabalharam em prol da emigração na Itália.

Discutimos ainda a recepção desses imigrantes no Brasil durante o final do governo imperial, evidenciando as políticas públicas de incentivo à imigração, e na República Velha, refletindo sobre as teorias raciais, que legitimavam o discurso em favor da imigração durante este período. Ponderamos sobre o período de refluxo

emigratório e diminuição da emigração, concomitante à ascensão do fascismo na Itália e à formação e renovação de agremiações de imigrantes italianos na América Latina. Debateremos também sobre as configurações das categorias imigrantes que chegaram ao Brasil, dando especial atenção àquelas que se destinaram ao Nordeste e a Pernambuco.

Nosso Capítulo 2 (Homens em Movimento: Escritas Íntimas, Histórias Mínimas) consiste na análise do material pesquisado, refletindo sobre dois episódios específicos da imigração italiana em Pernambuco durante o período de transição entre Império e República. O primeiro deles é protagonizado pelo pároco Donato Barrucco. Através dos seus escritos, realizados durante sua estadia de 12 anos em Pernambuco, pretendemos visualizar as conexões e estranhamentos nascidos do contato desse estrangeiro italiano com as comunidades e categorias sociais da província pernambucana, com as quais registrou envolvimento – religioso, afetivo, social.

O segundo caso trabalhado apresenta a experiência de Simone Croff na região já mencionada. Diferentemente de Barrucco, Croff não relatou por si próprio as impressões sobre a terra, as pessoas, os costumes, as práticas políticas ou religiosas; ele enfrentou as duras consequências de uma imigração por conta própria, feita ao contrário do curso convencional e marcada pela ineficiência das instituições imperiais. Sua trajetória na província é pontuada pelo desespero em obter retorno da petição que fez à Coroa, reivindicando nada além do que havia sido prometido pelo Governo aos milhares de imigrantes que, como ele, sonhavam em construir vida nova no Brasil.

O Capítulo 3 (Indústria, Comércio e Cultura: o envolvimento e o cotidiano dos imigrantes italianos em Pernambuco na Primeira República do Brasil) contempla o segmento econômico pernambucano, onde os italianos se destacaram nas atividades comerciais, artesanais e industriais. Para isso, utilizamos parte das entrevistas concedidas ao projeto Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil, salientando as narrações de imigrantes e descendentes italianos em Pernambuco, observando os tipos de empreendimentos a que se dedicaram e refletindo sobre a manutenção e adequação dos hábitos e costumes peninsulares transportados para o cotidiano da região receptora.

Também nesse Capítulo, analisamos os empreendimentos comerciais e industriais italianos retratados pela imprensa. O semanário O HOSPEDE (1922) foi

de grande valor, pois seu conteúdo é inteiramente produzido por estrangeiros em cooperação e é voltado para as notícias sobre política econômica, comércio, indústria e lavoura. O jornal era especializado na promoção de empresas estrangeiras, localizadas principalmente em Pernambuco. Do mesmo modo, a fábrica Fratelli Vita e a Metalúrgica Pernambucana proporcionam uma discussão aprofundada sobre o desenvolvimento de atividades industriais de imigrantes italianos em Pernambuco, pois, nos dois casos, as empresas despontaram como empreitadas de sucesso, repercutindo na imprensa Pernambucana, empregando mão de obra imigrante e local, demarcando a influência dos seus produtos na economia e no cotidiano da região.

Por fim, tentamos compreender as relações mantidas entre Itália e Pernambuco, a partir dos boletins econômicos divulgados pelo *Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco* (1921-1936). Foi importante refletir sobre a interferência da ideologia fascista na Câmara de Comércio Italiana em Pernambuco, pois, a partir dessa aproximação, tornou-se possível notar a constante preocupação em divulgar a cultura e a economia italiana; mais que isso, pudemos perceber a insistência dos discursos ufanistas, o interesse de criar e repercutir em todos os locais o sentimento de italianidade, marca registrada dos ideais fascistas. Notamos também a importância exercida pelos boletins informativos produzidos pela Câmara, cujas maiores funções foram propagandear as empresas e os empresários italianos no Brasil, sobretudo em Pernambuco, e unir a comunidade italiana no Norte e no Nordeste, mostrando também as potencialidades econômicas dessas regiões.

Antes de começar a nossa explanação, entendemos que é necessário alertar o leitor sobre a utilização do termo Nordeste em muitas partes do nosso trabalho. É importante notar que a partir da segunda metade do século XIX, apesar dos esforços de centralização do Império, o discurso regionalista chega ao Brasil, mas nesse primeiro momento o país é dividido em Norte e Sul, simplesmente (ALBUQUERQUE JR, 2009). A partir do século XX, os discursos regionais se intensificam, sobretudo devido aos choques entre as oligarquias nordestina e paulista. Em 1926, temos o conceito de Nordeste costurado, sob os esforços do Movimento Regionalista e Tradicionalista do Recife. Albuquerque Jr afirma que “o Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença.” (2009, p. 66).

O nosso trabalho abrange um recorte temporal amplo, que abarca o período em que essas questões regionais foram gestadas. Desse modo, tentamos utilizar as nomenclaturas regionais de acordo com o entendimento de cada época, ora recorrendo ao termo Norte, ora ao Nordeste, de acordo com o tempo histórico que estiver em questão.

Feitas as primeiras considerações, convidamos você, leitor, a embarcar conosco nas reflexões sobre o movimento transatlântico que trouxe cidadãos italianos até Pernambuco, terra onde puderam (re)construir suas histórias, ancorar seus sonhos e, apesar dos números reduzidos, protagonizar episódios que nos consentiram inserir Pernambuco como local receptor de uma imigração italiana *controcorrente*.

2 CAPÍTULO 1 – CONTEXTOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NAS AMÉRICAS

*“O migrante pode ser visto como aquele que foge e busca, é tangido e extravai-se, ambiciona e frustra-se, resigna-se e realiza-se. São muitos os que se perdem na viagem, ficam pelo caminho, regressam e retornam. Parecem tangidos por uma força desconhecida, simultaneamente histórica e telúrica”.*⁹

Octavio Ianni

2.1 Unificação da Península Itálica: construção do Estado-nação e as motivações para cruzar o Atlântico.

A região conhecida como Península Itálica foi alvo de disputas e centro de desenvolvimento de culturas desde a Antiguidade. As próprias condições geográficas da península condicionaram elementos de sua formação histórica, pois sua posição mediterrânea contribuiu à passagem de pessoas, mercadorias e ideias. Dessa forma, teve muitas partes de seu território incorporadas aos impérios grego e romano, acentuando sua característica cosmopolita durante esses períodos e facilitando os movimentos de entrada e saída de inúmeros grupos humanos.

É impreterível para nossa pesquisa mencionar parte desta trajetória, identificando e discutindo problemáticas políticas e econômicas que culminaram na ampla emigração italiana no final do século XIX e começo do século XX.

Por ter sofrido invasões de diferentes povos até a Idade Moderna, a formação humana da Península Itálica possui características de hibridação. (BERTONHA, 2014). Esta constatação é uma das explicações para o fato do território em questão não ter conseguido constituir uma unidade política tal qual a alcançada por seus vizinhos, Espanha e Portugal. Desse modo, ficou de fora dos processos que permitiram a outros países o desenvolvimento de suas economias e suas expansões territoriais.

A situação da península ainda fora agravada pela conquista das Américas, quando um novo eixo econômico despontava no Mundo Atlântico.¹⁰ Esse fenômeno

⁹ IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 93.

¹⁰ O conceito de Mundo Atlântico é cunhado durante a década de 1940 e visa a compreender as interações entre o Velho Mundo e as Américas a partir da expansão ibérica do século XV. Os historiadores que defendem essa abordagem atlântica tentam identificar elementos que possibilitem um melhor entendimento da dinâmica escravista nas Américas, pois acreditam ter sido o comércio de cativos a causa maior da conexão entre os continentes. Esse assunto é explorado em GUIMARÃES, Matheus Silveira. **HISTÓRIA E MUNDO ATLÂNTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA O**

em nada contribuiu para a agilidade da construção da unidade territorial e política italiana, ao contrário, gerou decadência e descentralização.

Dessa forma, torna-se necessária a compreensão do processo italiano de unificação, circunscrevendo-o em meio aos debates dos séculos XIX e XX acerca das ideias de Estado, Nação e Nacionalismo. A Unificação Italiana está diretamente vinculada a esses conceitos, portanto, dedicaremos um pouco do nosso trabalho para refletir sobre essas questões.

No percurso da História podemos identificar vários conceitos de nação e nacionalismo, absorvidos por diferentes comunidades e amadurecendo de acordo com os mais diversos cenários espaciais e temporais. Na segunda metade do século XIX, é possível observar que um conceito de nacionalismo ganhava predominância na Europa, sobretudo na Alemanha, e tinha suas bases fundamentadas na uniformidade étnico-linguística. Sendo assim, a nação surgia enquanto “homogeneidade étnica, linguística e cultural e se opunha a outros conceitos de nação como cidadania e às outras maneiras de entender o nacional, como a dos liberais europeus” (BERTONHA, 2014, p. 44-45). Dessa forma, a construção do Estado-nação moderno consistia na homogeneidade e, conseqüentemente, lealdade de seus indivíduos.

Benedict Anderson (1985, p. 14) convida a pensar a Nação em termos de uma “comunidade imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana” onde é possível exercer uma relação de comunhão mesmo sem ter ciência de quantos são e quem são seus compatriotas. Portanto, fomentando o espírito de fraternidade entre seus habitantes, é possível compreender o porquê de tantos indivíduos matarem e morrerem em nome de suas nações.

Em uma análise elaborada sobre a ideia de Nação no século XIX, João Antônio de Paula (2008) discute o conceito de Nação e seus intérpretes de acordo com suas posições político-ideológicas: de Rousseau a Ranke, passando por Burke, Mazzini e Hegel. Partindo de diferentes perspectivas de “nação”, o autor afirma que “tanto a ideia [...] quanto a materialização concreta das nações e dos nacionalismos a partir da Revolução Francesa são marcadas pelas disputas e pelas tensões, pelos conflitos e pelas guerras” (PAULA, 2008, p. 219). O texto destaca que na transição

do século XVIII para o XIX surgiram autores de vinculações filosóficas diversas, dando origem a pensamentos complexos que alimentaram os projetos de construção nacional ao longo do século XIX, contemplados a partir de quatro principais correntes:

[...] a liberal-burguesa; 2. a democrático-burguesa; 3. a contra-revolucionária; 4. a socialista. A primeira dessas vertentes é representada emblematicamente pelo caso norte-americano; a segunda vertente materializou-se na experiência francesa, no período da convenção jacobina e na primeira fase da Revolução de 1848; a terceira vertente abarca a experiência da Restauração Bourbônica de 1815 e a unificação alemã sob tutela prussiana; a quarta vertente é representada pela experiência da Comuna de Paris, de 1871 (PAULA, 2008, p. 223).

No entanto, para o estudo aqui proposto, é importante identificar as experiências irregulares e que mesclaram definições a fim de construir a sua própria ideia de Nação, como é o caso da Itália, que a partir de 1830 vivenciou o crescimento dos movimentos pela unificação nacional, marcados pelo conflito de duas perspectivas – liberal conservadora x liberal-democrática, que serão discutidas *a posteriori* ainda neste Capítulo.

Tomando por base essas análises sobre o Nacionalismo e a Nação, procuramos compreender o que significou o período napoleônico e as posteriores revoltas nacionalistas de 1848, pois é a partir do entendimento desses processos que evidenciamos as características da construção da unidade nacional italiana.

Nos últimos anos do século XVIII, Napoleão Bonaparte conseguiu anexar o norte da Península Itálica aos seus domínios, criando a República Cisalpina, contando com o apoio de grupos italianos simpatizantes aos franceses. O Estado recém-criado seguia as mesmas normas e estruturas da França Republicana. As áreas próximas à região francesa ou estratégicas aos desígnios napoleônicos – o Norte e Roma – foram anexadas e atreladas à jurisdição parisiense. É nesse momento também que ocorre a criação de vários Estados satélites no sul da península. O historiador João Bertonha (2014, p. 47) afirma que “em 1812 a Itália estava perfeitamente integrada ao sistema napoleônico e ao Exército francês, participando até mesmo da invasão à Rússia”.

A era napoleônica foi, sem dúvidas, um período importante na história da Europa e abriu espaço para o surgimento de outras problemáticas naquele

continente. Na Península Itálica esse acontecimento teve sua relevância amplificada, pois significou o rompimento de antigas tradições e estruturas calcadas na ausência de uma monarquia nacional na região.

Além disso, os exércitos revolucionários, mesmo derrotados, espalharam pela Europa não apenas os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, mas também os princípios de liberalismo, autogoverno e nacionalismo, este último identificado com o conceito de cidadania e luta contra a opressão dos pobres contra os ricos. A Itália não podia deixar de ser afetada por esse novo contexto (BERTONHA, 2014, p. 47, grifo do autor).

Após esse período, a Península voltou a ser dividida em reinos controlados por famílias nobres europeias – Bourbon, Habsburgo. No entanto, já era possível identificar focos de resistência a essas velhas formatações e acendeu-se um crescente sentimento nacional contra a opressão.

A partir de 1848, o território italiano é tomado por manifestações, sobretudo populares, associadas às lutas pela questão nacional, com defesa da cidadania e dos direitos políticos e sociais. Contudo, esse movimento conseguiu ser abafado, devido ao próprio enfraquecimento do conceito nacionalista atrelado às questões sociais, à cidadania. É necessário observar que existiam grupos de poder (elites comerciais, nobres, intelectuais) temerosos com a crescente participação da população. A unidade italiana era desejo e preocupação de maioria das camadas sociais. Sendo assim, as categorias que detinham poder econômico, político ou intelectual, precisavam se associar para implantar um projeto de unificação controlado por eles próprios, não pelos estratos considerados inferiores.

Além das comuns discrepâncias e, conseqüentemente, discriminações entre grupos sociais, era possível verificar na Península Itálica uma outra bifurcação latente que corroborava o acirramento das diferenças culturais entre os habitantes da península: a divisão Norte (desenvolvido) e Sul (empobrecido). A observação da Figura 01 é importante para a delimitação das questões levantadas e estende a visão para a análise que pretendemos desenvolver em seguida:

Fig. Nº. 01:



Fonte: A Itália antes da unificação. Disponível em: <<http://www.focusjunior.it/imparo/prof-aiuto/storia-lunita-ditalia>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

O território italiano encontrava-se subdividido, em sua maioria, pelos Reinos da Sardenha-Piemonte, da Lombardia-Vêneto, das Duas Sicílias, o Granducado da Toscana e o Estado Pontifício (domínios da Igreja). Essas regiões tinham seus próprios interesses quanto à formação de um Estado Italiano, fundamentadas tanto em função de razões econômicas, quanto por questões ideológicas e culturais.

Nesse momento existiam diversas versões de Nacionalismo em disputa e pretendemos nos concentrar nas duas mais importantes dentro da Península e em seus patronos.

O nacionalismo defendido por Giuseppe Mazzini¹¹ correspondia a uma linha moderada, liberal-democrática, ancorada na perspectiva internacional da questão nacionalista, vislumbrando o fim do despotismo. Dessa forma, essa corrente tencionava expulsar os austríacos para que a Itália fosse unificada. Inspirado nessas ideias, Giuseppe Garibaldi¹² mobilizou vários setores da sociedade italiana, incluindo as camadas populares.

Outro modelo de nacionalismo, bem diferente daquele apoiado por Mazzini, tem Camilo Benso, Conde de Cavour, como representante mais importante. Essa vertente compreendia o nacionalismo ligado aos ideais liberais conservadores e ao progresso.

Cavour era um nobre e homem de negócios piemontês que, por quase toda a década de 1850, graças ao apoio da casa de Savoia, soberana do país, esteve na direção do governo do Reino do Piemonte. Defensor de princípios liberais e moderados, modernizou a economia e a sociedade, dando-lhe uma Constituição e promovendo valores burgueses. Sua grande meta era unificar a Itália em torno da família Savoia, tornando o novo reino um prolongamento do Piemonte. Atraiu para sua órbita os que pensavam como ele em toda a Itália, ampliando as forças do movimento de independência italiano (BERTONHA, 2014, p. 51).

O pensamento de Cavour refletia as pretensões das classes dominantes naquele momento, por isso a participação popular dentro dos movimentos de unificação era vista com temor e desconfiança. Para ele, a formação do Estado italiano seria fruto de conquistas militares ou através de estratégias políticas. Em 1859 conseguiu o apoio da França e da Inglaterra para anexação da Lombardia. A

¹¹ Nascido em Gênova, foi escritor e político engajado nas lutas pela Unificação Italiana. Fundou o movimento político *Jovem Itália* e apoiou diversas ações revolucionárias. Mazzini (1805-1872) ajudou a definir as primeiras ideias de uma Europa unida e se destacou como uma figura de liderança no movimento europeu para a democracia popular. A ele é creditado papel significativo na história da Unificação Italiana. Mais informações em: PETTINGER, Tejvan. **Biografia de Giuseppe Mazzini**. Oxford. Disponível em: <http://www.biographyonline.net>. 2012. Acesso em: 12 de fev. 2016.

¹² Giuseppe Garibaldi (1807-1882) nasceu em Nice, região pertencente ao Reino do Piemonte, mas tomada pelos franceses em 1860. Suas ideias republicanas foram inspiradas pelo filósofo francês e socialista utópico Saint-Simon. Foi filiado ao partido criado por Mazzini, *Jovem Itália*, cuja base ideológica se alicerçava na revolução popular trabalhando para a conquista da unificação e independência da Itália. Ao longo da vida, Garibaldi iniciou e participou de ações revolucionárias também na América do Sul, tendo passagem pelo Brasil, Uruguai e Argentina. Garibaldi se destaca por suas conquistas no Sul da Itália e pelo caráter popular de suas iniciativas. A Historiografia que contempla os movimentos dos quais participou é rica e está em constante reformulação. Ver SALVATORE, Candido. **Giuseppe Garibaldi nel Rio della Plata, 1841-1848**. Firenze: Valmartina, 1972; VIOLA, Herman J.; VIOLA, Susan P. **Garibaldi**. Os grandes líderes. 1 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988; RIALI, Lucy. **Garibaldi**. L'invenzione di un eroe. Mondadori editore, 2011.

partir de 1860 outros territórios setentrionais foram incorporados e submetidos a Vittorio Emanuele II, rei do Piemonte. Por razões econômicas e preconceitos culturais e raciais, muitos líderes do movimento não desejavam a anexação do Sul da Península por considerá-lo economicamente subdesenvolvido e habitado por populações decadentes, incivilizadas. Foram as pressões de Garibaldi e suas ações no *Mezzogiorno*¹³ que, contando com a participação popular, expulsaram os Bourbon da região supracitada, tornando possível sua incorporação ao Estado italiano. Contudo, o projeto de nação vencedor nesse processo não foi o que os garibaldinos ansiavam, mas o de Cavour, sendo que “apesar deste ser quase obrigado a incorporar a Itália Central e do Sul ao novo reino, a busca de maior participação popular e democracia foi praticamente anulada” (BERTONHA, 2014, p. 53).

Antonio Gramsci, em **Cartas do Cárcere** (1977), faz pesadas críticas ao processo de unificação italiana, considerando-o fracassado em termos de equidade social e definição da identidade nacional. Antônio de Paula analisa o *Risorgimento italiano* e destaca nas palavras de Gramsci que:

[...] durante todo o tempo, o Partido da Ação, de Mazzini e Garibaldi foi guiado pelos moderados, resultando daí que, ao final, a unificação atendesse, sobretudo, aos interesses do grande capital, dos latifundiários, da nobreza aburguesada em detrimento do campesinato e dos trabalhadores urbanos, num processo de concentração da renda, da riqueza e do capital com um forte rebatimento regional, significando a ampliação das desigualdades entre o norte e o sul do país (GRAMSCI, 1977 apud PAULA, 2008, p. 224).

O Estado Italiano foi oficialmente proclamado em 1861, mesmo tendo ocorrido anexações posteriores, como a do Vêneto em 1866 e a de Roma em 1870. As guerras que conduziram ao advento da unificação deixaram um rastro de insegurança econômica e crise no abastecimento agrário, que culminou nas buscas por caminhos de sobrevivência que despontavam fora dos territórios italianos.

Este panorama coaduna-se com a existência de um contínuo processo de industrialização na Itália, que foi responsável pela transformação social do campo:

¹³ A tradução literal para o termo é Meio-dia, no entanto, refere-se à macrorregião político-econômica que compreende a parte meridional da Itália e os territórios insulares. É formada pelas regiões do Abruzzo, Basilicata, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sicília e a parte baixa do Lazio.

Na Itália, efetivamente, a industrialização e a chegada dos métodos capitalistas ao campo deram-se mais tarde em comparação ao norte da Europa, mas com efeitos semelhantes. Milhões de camponeses italianos viram-se incapazes de enfrentar a concorrência dos grandes produtores (e também do trigo americano e russo, que começou a chegar no mercado europeu por volta de 1880) e pagar os impostos e outras despesas e faliram, tendo de escolher entre a miséria, o trabalho incessante e mal pago nas fábricas ou a velha conhecida, a emigração (BERTONHA, 2014, p. 84).

O pensamento supracitado concorda com Angelo Trento (1988) quando afirma que muito embora a crise de alimentos pesasse na decisão de deixar o país, foi principalmente a falta de recursos monetários e o endividamento campesino, este último tendo levado ao confisco de muitas propriedades agrárias e bens pessoais, que determinaram o enorme fluxo da emigração italiana não só às Américas, mas também aos países vizinhos europeus (França, Alemanha, Suíça) e à Austrália.

É importante destacar que, mesmo existindo outros focos geográficos atingidos pela emigração italiana, o grosso desse fenômeno foi realmente direcionado às Américas. Durante o período que abrange os anos de 1880 a 1904, o percentual de italianos que chegaram ao Brasil equivale a 57,4%¹⁴ do total da imigração, fazendo do Brasil o terceiro colocado da lista dos países que receberam esse fluxo migratório provindo da Itália, atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina.¹⁵

No entanto a vontade e a necessidade de cruzar o Atlântico não eram tarefa simplória. Apesar dos grandes incentivos fornecidos aos imigrantes por países americanos – como veremos posteriormente neste mesmo trabalho –, o percurso de saída de um indivíduo ou grupo, muitas vezes pobre e analfabeto, do continente europeu para aportar em terras americanas era complexo e necessitava de uma estrutura que operasse esse deslocamento, conforme veremos a seguir.

¹⁴ Esta estatística pode ser verificada em: TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Ed. Nobel, Instituto Italiano de Cultura, 1988.

¹⁵ A tabela de destino da emigração italiana pode ser consultada em: BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

2.2 Engrenagens do êxodo: agências e agentes de emigração na Itália.

Durante o século XIX, a Europa foi atingida por uma amalgama de modernização e miséria advinda pela transição do Feudalismo para o Capitalismo, haja vista a concentração de terras, que impulsionou trabalhadores da área rural para as indústrias. Esses trabalhadores rurais foram expulsos do ambiente que lhes era familiar, onde entendiam do trabalho – da terra – e dele sobreviviam. Adicione-se a este fator a alta do crescimento populacional, as guerras pelas unificações, os problemas sociais (fome, falta de higiene, pobreza extrema) e ter-se-á o trágico cenário da emigração europeia às Américas.

Bastaria esse quadro desolador para demonstrar que os fatores de expulsão tinham incidência maior que os fatores de atração, ainda que, obviamente, os últimos exercessem um peso não desprezível na determinação do êxodo em massa (TRENTO, 1989, p. 32).

Neste ínterim, o continente americano despontava como o país das Hespérides,¹⁶ sobre o qual emanava uma áurea de grandes expectativas para que populações emigrantes se tornassem proprietárias de terras, assegurassem benefícios e tomassem posse de grandes riquezas. Mas como chegar a tal paraíso?

No início da década de 1890, “havia na Itália trinta agências de emigração e cerca de cinco mil subagentes que vagueavam pelo país persuadindo as pessoas a rumarem às Américas” (TRENTO, 1989, p. 34). Vendia-se a ideia da prosperidade em terras americanas, do enriquecimento rápido, do sonho tropical, como pode ser observado na Figura 02, a seguir:¹⁷

¹⁶ De acordo com a mitologia grega, as Hespérides "eram três encantadoras deusas que governavam um país paradisíaco, onde a primavera era eterna e a necessidade não existia". (FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. 2007, p. 17). FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. **As 100 melhores histórias da mitologia**: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana. Porto Alegre: L&PM, 2007.

¹⁷ Tradução do folheto: Na América. Terras no Brasil para os italianos. Navios partem todas as semanas do Porto de Gênova. Vinde construir os vossos sonhos com a família. Um país de oportunidades. Clima tropical, comida em abundância. Riquezas minerais. No Brasil podeis ter vosso castelo. O governo dá terras e ferramentas a todos.

Fig. Nº. 02:



Fonte: Folheto que promove as riquezas e oportunidades do Brasil para os italianos. Disponível em: <<http://bonesso.weebly.com/a-diaacutespora-italiana.html>> e Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves, s/d. Acesso em: 23 jan. 2016.

O presente folheto era confeccionado no Brasil, onde existia um contrato entre o Governo e uma famosa agência de imigração, a Companhia Metropolitana, que tencionava trazer ao país um número expressivo de emigrantes para colonizar as áreas da Região Sul e trabalhar nas lavouras do café, concentradas no Sudeste.

Além desta emblemática convocação, podendo mesmo ser considerada enquanto prática de insistência ou aliciação à população italiana, há outro fator decisivo que resultou na emigração deste contingente populacional: as guerras pela Unificação Italiana,¹⁸ que conduziram a uma depressão agrícola na década de 1880, provocando grave crise de produtos alimentícios.

Devemos à 'necessidade' o fato de os horizontes sul-americanos terem se tingido de rosa e determinado a imensa onda humana a atravessar o oceano. Os agentes de emigração terão feito a propaganda, não duvidamos, de acordo com seus interesses, e avançado descrições pitorescas e promessas assombrosas; mas

¹⁸ Tratadas de maneira resumida no tópico 1.1 deste Capítulo.

essas narrativas maravilhosas teriam tido um único efeito num indivíduo bem alimentado: uma ótima digestão (FRANZINA, 1976 apud TRENTO, 1989 p. 30).

Neste fragmento Emilio Franzina adverte que é preciso levar em consideração as consequências das guerras, pois um povo judiado e miserável ao ponto de não ter o que comer torna-se alvo fácil do deslumbre e encantamento apregoado nos discursos dos agentes que, muitas vezes, pintavam um quadro de irrealidade sobre a América.

Giuseppe Benedini e Matteo Arquilla (2015) comentam sobre o funcionamento dessa estrutura agenciadora:

Bem antes do final do século XIX, existiam, de todo modo, núcleos de comerciantes italianos nos portos do Rio de Janeiro e do Salvador, bem como eram bastante frequentes os casos de lavradores desocupados, principalmente setentrionais, que se dirigiam ao Brasil ou a outros países sul-americanos para realizar trabalhos sazonais. Na região do Rio da Prata esses trabalhadores eram chamados de *golondrinas* ("andorinhas"), devido ao fato de que chegavam coincidentemente com a primavera e iam embora ao outono, antes do início da estação agrícola europeia. De volta ao próprio país, esses pioneiros contribuíam com a difusão do mito da América (entendida, sobretudo, como a parte sul do continente) e preparavam o caminho para os "agentes" e "subagentes" da emigração que, a partir de 1870 em diante, em nome dos governos latino-americanos ou das companhias de navegação, estimulavam famílias inteiras a abandonarem a terra natal para tentar um destino melhor do outro lado do Atlântico (BENEDINI; ARQUILLA, 2015, p. 20, grifo dos autores).

Como se pode notar, a partir do trecho supracitado, as engrenagens do sistema agenciador para as Américas eram complexas e dependiam dos próprios cidadãos italianos que casualmente vivenciavam um período de tempo no Novo Mundo. Assim como a graxa que lubrifica os mecanismos de funcionamento de uma aparelhagem, os sonhos e esperanças de uma população desgastada pelos conflitos armados e afligida pela fome eram utilizados na manutenção de um empreendimento que deslocou uma multidão através do Atlântico, beneficiando-se justamente de tal confiança.

O escoamento dessa população era normalmente realizado através do porto de Gênova, de onde saíam vapores, com certa regularidade, para o Brasil, a Argentina e os Estados Unidos (vide Figura 03, a seguir):

Fig. Nº. 03:

GENOVA, 10 Gennaio 1913. La presente annulla le precedenti.

LA VELOCE

NAVIGAZIONE ITALIANA A VAPORE SEDE IN GENOVA

CAPITALE EMESSO E VERSATO L. 11.000.000



PARTENZE DAL PORTO DI GENOVA

Data di Partenza DA GENOVA	PIROSCAFI	STAZZA		Velocità alle prove miglia (all'ora)	Durata del viaggio (compresi le fermate negli Scali)	PREZZI DI PASSAGGIO			
		lorda	netta			CLASSI			
						Prima	Seconda	Terza	
						Franchi oro Lire it.			
LINEA DEL SUD-AMERICA									
Per Buenos-Aires.									
26 Febbraio	DUCA DI GENOVA (due eliche nuove) Incrociatore ausiliario R. Marina Scali a BARCELONA, DAKAR, RIO.	7810,65	4126,95	17,53	17	da 1000 in più	da 550 in più	220	
Per Rio de Janeiro.									
26 Febbraio	DUCA DI GENOVA (nuovo due eliche) Incrociatore ausiliario R. Marina Scali a BARCELONA e DAKAR.	7810,65	4126,95	17,53	14	da 950 in più	da 525 in più	205	
LINEA DEL NORD-AMERICA									
Per New-York e Philadelphia.									
4 Febbraio	STAMPALIA (doppia elica, nuova). Incrociatore ausiliario R. Marina Scali a NAPOLI e PALERMO	8999,77	5032,88	16,22	11 New-York 11 Philadelph.	400 450	325 350	215	
Per New-York.									
24 Febbraio	EUROPA (doppia elica, nuova) Inscritto nel naviglio ausiliario della R. Marina Scalo a NAPOLI.	7870,—	4546,35	15,02	13	—	325 350	205	
LINEA DELL'AMERICA CENTRALE									
Per Barbados giorni 16 - Trinidad 17 - in Guayra 18 - Curaçao 20 - Sabanailla 22 - Puerto Limon 25 - Colon 26									
6 Febbraio	CITTÀ DI TORINO . . . Scali a BARCELONA, BARCELONA e TENERIFFE Non si accettano passeggeri per BARCELONA.	3836,33	2781,62	13,05	26	700	550	200	
						Per BARCELONA	100	65	35
						Per VALENCIA	125	80	45
						Per ALMERIA	150	100	55
						Per TENERIFFE	250	175	125
						Per DAKAR	400	300	150

INDIRIZZI POSTALI E TELEGRAFICI DEGLI UFFICI PASSEGGIERI DELLA SOCIETÀ

Per passaggi di 1.^a e 2.^a Classe - Per Posta: Alla Direzione della Società "LA VELOCE" - Genova - Per Telegrammi: "VELOCE" - Genova.
Per passaggi di 3.^a Classe - Per Posta: All'Ufficio Emigrazione della Società "LA VELOCE" - Genova - Per Telegrammi: "VELOCE-EMIGRAZIONE" - Genova

Rivolgersi ai sindacati Ufficiali o al Rappresentante della Società in _____ Sig. _____

N. B. - Gli emigranti debbono presentarsi all'Ufficio della Società il giorno avanti a quello stabilito per la partenza. Ritardando verrebbero l'imbarcati.

Fonte: Cartaz da companhia italiana La Veloce, produzido em 10 de Janeiro de 1913, anunciando datas de partida e valores das passagens saindo do Porto de Gênova para destinos americanos. Disponível em: <<http://www.timetableimages.com/maritime/images/velo.html>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

Na figura acima é possível observar um dos folhetos informativos produzidos por uma das mais importantes companhias de navegação a vapor da Itália – a *La Veloce*. É possível identificar que, em 1913, a linha Sul-Americana saía diretamente de Genova para Buenos Aires e Rio de Janeiro. Também pode-se ressaltar as diferenças de preços nas primeiras e segundas classes dos vapores, entre as linhas disponíveis.

No início do século XX, as companhias de navegação especializadas na travessia do Atlântico aumentaram consideravelmente por toda a Europa. A Itália, não poderia ser diferente, também participou deste fenômeno, em que o transporte de passageiros era intensificado pelas questões já mencionadas anteriormente neste Capítulo.

Da decisão de sair da Itália até a sua chegada ao local de destino na América, o emigrante¹⁹ passava por situações incômodas, para dizer o mínimo. Trento (1988, p. 44) afirma que mesmo antes do seu embarque as dificuldades já eram enormes, pois era "recrutado quase sempre por agentes e subagentes, vendia as coisas que possuía e encontrava-se em Gênova entregue à si mesmo, à espera do embarque", que poderia durar dias, já que os agentes faziam acordos para favorecer os donos de estalagens onde, fatidicamente, o ansioso e desprovido passageiro teria de aguardar pela saída da embarcação, gastando o pouco que ainda lhe restava.

Depois da referida espera, ou da longa viagem de trem para chegar a Gênova, o momento de embarcar também se mostrava frustrante. As condições das embarcações eram regularmente deploráveis:

Os navios eram carcaças já muitas vezes dedicadas ao transporte de carvão, cargas de carne humana, amontoada e desprotegida, cuja passagem através do oceano era assinalada por uma esteira de cadáveres ceifados pela morte nas fileiras dos emigrantes mais fracos e doentes, das mulheres e das crianças, extenuadas, mal de saúde devido a alimentos malsãos ou insuficientes, pela falta de cuidados sanitários e, é triste dizer, pela falta de ar respirável na plenitude de um horizonte livre (MISSORI, 1937, p. 26 apud TRENTO, 1988, p. 45).

É extensa a documentação que versa sobre a morte de passageiros nas embarcações,²⁰ sendo mais comuns os relatos de falecimento por desnutrição e asfixia. O relato descrito por Missori mostra a situação vivida por muitos emigrantes na tentativa de cruzar o Atlântico. Os que conseguiram tamanha façanha quedavam-

¹⁹ O perfil do emigrante italiano que vem para a América é tratado cuidadosamente no tópico 1.4 deste Capítulo. Para o momento é necessária a compreensão de que esta categoria incorpora, principalmente, pessoas vindas das camadas populares, desfavorecidas economicamente.

²⁰ Ver MISSORI, Marco. Le condizioni degli emigranti alla fine del XIX secolo in alcuni documenti delle autorità marittime. In: **Affari Sociali Internazionali**, 1(3): 97-98, 1937; ERLER, Giuseppe. L'emigrazione italiana nello Stato di Rio Grande do Sul (Brasil) tra il 1875 e il 1914. In: **Affari Sociali Internazionali**, (6): 42, 1978; BUZZATTI, Giuseppe. **Italia e America Latina**. Pavia, Tip. Bizzoni, 1907; MALVAI, Carlo. **L'Odissea del Piroscalo Remo ovvero il Disastroso Viaggio di 1.500 Emigranti Respinti dal Brasile**. Mirandola, Tip. Grilli, 1894.

-se assombrados pelas experiências vivenciadas durante a trajetória para chegar ao destino pelo qual tinham gerado tantas expectativas. Restava-lhes esperar que tivesse valido a pena.

Depois da travessia, é necessário compreender a situação do imigrante já em solo brasileiro. Situação esta que passou a ser regularizada por decreto em 1890, onde também faziam-se presentes os pontos de obrigação do Estado para com os imigrantes.

O Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, procurou regularizar o serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Conhecida como “Lei Glicério”, representou uma continuidade da política imigratória imperial, na medida em que mantinha auxílios e recursos dos cofres públicos para o transporte e a introdução de imigrantes no país (GABLER, 2010, p. 12, grifo do autor).

O aparelho jurídico sobressaiu-se como peça fundamental de gerência do sistema de imigração no Brasil. Ele contribuiu para tracejar o perfil do imigrante e oficializou a tutela do Estado nesta questão. A regularização jurídica da imigração passou por diversas transformações durante o período Imperial e Republicano, criando instituições e também formulando leis que atendessem às demandas político-econômicas do país. A partir desta conjuntura, foram estabelecidas a Repartição Geral de Terras Públicas,²¹ a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas²² e a Inspeção Geral de Terras e Colonização.²³

Em Pernambuco, as poucas tentativas de incentivo à imigração ocorreram depois da década de 1850, com o fim do tráfico de cativos da África. Em 1857, alguns comerciantes portugueses radicados no Recife formaram a Associação para

²¹ Regulamentada por decreto em janeiro de 1854, era encarregada da divisão, verificação, fiscalização e conservação das terras devolutas. Responsável por promover a colonização nacional e, sobretudo, estrangeira. Maiores informações em: Cadernos MAPA n. 4 **Memória da Administração Pública Brasileira**. Arquivo Nacional, 2012.

²² Criada em 1860, assumiu parte das funções da Repartição Geral das Terras Públicas, competindo-lhe a medição e demarcação das terras. No entanto, teve seus trabalhos questionados pelo Ministério da Agricultura. Maiores informações em: Cadernos MAPA n. 4 **Memória da Administração Pública Brasileira**. Arquivo Nacional, 2012.

²³ Criada em 1876 a partir do encontro de uma comissão formada por engenheiros, com a proposta de melhorar os trabalhos realizados pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Maiores informações em: Cadernos MAPA n. 4 **Memória da Administração Pública Brasileira**. Arquivo Nacional, 2012.

Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas,²⁴ com o intuito de atrair imigrantes agricultores e industriais, mas que no ano seguinte já havia sido dissolvida. Outras tentativas de promoção à imigração foram realizadas nos anos posteriores, contando com a criação de uma Associação Promotora da Colonização Polaca,²⁵ em 1864 e a Sociedade Auxiliadora da Imigração e Colonização para Província de Pernambuco,²⁶ em 1871, todas foram malsucedidas, reprimindo as tentativas de imigração e colonização em Pernambuco que, no entanto, voltariam a ganhar força no final da década de 1880, com o advento da abolição e o temor pela falta de mão de obra. Nesse período o governo imperial nomeou José Osório de Cerqueira como Inspetor-Geral das Terras e Colonização da Província de Pernambuco, comprometendo-se a subsidiar as passagens dos emigrantes (EISENBERG, 1973).

A partir de 1890, é possível perceber o fortalecimento dos laços entre o Estado brasileiro e as engrenagens estrangeiras em favor da emigração, já que o próprio texto do Decreto n° 528 deixava transparente a relação do governo com as transportadoras marítimas:

Art. 7º O Estado concederá ás companhias de transporte marítimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada immigrante adulto que ellas trasportarem da Europa para os portos da Republica e proporcionalmente, na razão da metade daquella quantia pelos menores de 12 annos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 annos, uma vez que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos immigrantes mais do que a differença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por elles firmadas, as quaes serão aqui verificadas no acto da chegada. (BRASIL. Decreto n° 528/1890, Primeira Parte, Capítulo I).

Assim, podemos perceber os complexos alicerces que possibilitaram e sustentaram o grande êxodo imigratório durante a transição do século XIX para o XX, assinalando as conjunturas que viabilizaram tamanha empreitada, destacando, ainda, os setores que a cultivaram e com ela lucraram. É inegável a confluência de

²⁴ O governo imperial aprovou os estatutos dessa entidade e emprestou-lhe 500 contos para subsidiar as passagens dos emigrantes, arrendar terras e conceder empréstimos aos colonos, mas em 1858 a associação dissolveu-se sem grandes explicações. Vide EISENBERG, Peter L. **Falta de Imigrantes: um aspecto do atraso nordestino**. Revista de História. São Paulo. Janeiro-Março 1973.

²⁵ “Um aristocrata polonês, conde Anton Ladislaw Jasiensky, procurou promover a imigração de poloneses em Pernambuco” (EISENBERG, 1977, p. 585).

²⁶ “Em 1871, o presidente da província de Pernambuco convocou uma reunião para a criação dessa Sociedade, encabeçada por líderes políticos, comerciantes e fazendeiros. Sua atuação foi frustrada e em 1875 ela foi dissolvida” (EISENBERG, 1977, p. 586).

fatores de atração e expulsão, no entanto foi o método utilizado na cooptação dos indivíduos que deu caráter de legitimidade à prática imigratória, transformando o natural processo de migração dos povos da Península Itálica em fenômeno de massa.

2.3 Recepção à brasileira

No conjunto geral da emigração transoceânica, a que segue para o Brasil caracteriza-se, em relação aos outros destinos geográficos, por uma elevada composição familiar, indicando, a princípio, sérias intenções dessa população em permanecer no país a que se destinavam. O volume de famílias agricultoras, de origem campesina, é também elemento marcante na problematização da imigração italiana para o Brasil, já que a crise de 1880 na Itália atingiu principalmente o mundo camponês (TRENTO, 1988). Dessa forma, é pacífico argumentar que este deslocamento populacional foi tão importante à Itália quanto ao Brasil, país esse que sofria com a baixa densidade demográfica, precisando de colonos para povoar e movimentar a economia em diversas regiões, e com carência de mão de obra livre na esfera agrícola, sobretudo nos cafezais paulistas.

O já mencionado Decreto nº 528/1890²⁷ estabeleceu uma lista de imigrantes desejáveis, colocando alemães, austríacos, bascos e italianos do Norte no topo. O decreto ainda proibia a entrada no Brasil de “indígenas da Ásia e África”, estendendo essa proibição a “europeus indesejáveis”: ciganos, doentes contagiosos, vagabundos, mendigos, criminosos, inválidos, velhos, ativistas políticos e refugiados.²⁸ Essas determinações jurídicas deixavam evidentes as pretensões do Brasil quanto ao tipo de grupo estrangeiro que tinha interesse ou não em receber. Desse modo, o país criou um filtro que possibilitasse a vinda de imigrantes adequados ao projeto de Brasil pensado pelas categorias dominantes, no intuito de absorvê-los pelos setores da economia brasileira, principalmente o agrário. Assim, "a partir de 1891, passaram a existir juridicamente três tipos de pessoas no Brasil: os nacionais, os estrangeiros e os estrangeiros residentes" (BONFÁ, 2009, p. 186).

²⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

²⁸ Essas proibições podem ser visualizadas nos artigos primeiro, segundo, terceiro e quarto do Capítulo I: DA INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES. BRASIL. Decreto nº 528/1890, Primeira Parte.

À vista disso, faz-se mister a recapitulação de parte da trajetória nacional brasileira, no sentido de visualizar os diferentes cenários políticos em que as ações públicas pela imigração ganharam fôlego, identificando ideologias e práticas que consentiram e convalidaram a campanha nacional pela imigração italiana, e que será contemplada no próximo subcapítulo.

2.3.1 Políticas públicas de incentivo à imigração italiana durante a crise Imperial

As políticas públicas responsáveis pela atração de populações internacionais, sobretudo europeias, para o Brasil começaram a ser difundidas no Período Imperial, ganhando força na década de 1870-1880. Durante este período, nota-se a crescente frequência de iniciativas tanto do Governo como de particulares no sentido de introduzir imigrantes no país, porém havia entre elas objetivos discrepantes.

O governo imperial colocou à disposição dos novos colonos uma grande quantidade de terras públicas, pois havia uma preocupação latente com a baixa densidade demográfica do território brasileiro. Ele também estimulou iniciativas à imigração promovidas pelos governos provinciais e por particulares, o que possibilitou o aumento das colônias, mas logo foram encontradas diversas dificuldades, atribuídas ao custeio do sistema:

Essas dificuldades diziam respeito seja às disponibilidades financeiras indispensáveis para levar à cabo um projeto de semelhante alcance, seja à desorganização inerente ao sistema misto, baseado em iniciativas de particulares, do estado e das províncias, tanto que o governo imperial foi obrigado a tentar definir uma orientação unitária à introdução de imigrantes, criando, em 1876, a *Inspeção Geral de Terras e Colonização*, a que é entregue a direção de todos os sentidos relacionados à colonização, à promoção da imigração espontânea ou por conta de particulares, à recepção dos imigrantes (TRENTO, 1989, p. 19, grifo do autor).

Como se pode perceber, além de dispendioso, o sistema misto²⁹ tornou-se uma dificuldade para o governo imperial, que ainda assim buscou alternativas para essa situação com a desafortunada criação da Inspeção Geral de Terras e Colonização, extinta no ano de 1896. Antes mesmo da criação do referido órgão, outras instituições responsabilizavam-se pelas terras devolutas, revelando que, apesar dos insucessos, o Império esteve atento à problemática da colonização,

²⁹ É aqui caracterizado pela parceria entre União, Províncias e particulares.

esforçando-se em atrair e distribuir imigrantes nas áreas que necessitavam de povoamento.

Observa-se também que os interesses do poder público e da elite cafeicultora não eram, de todo, similares. A Lei de Terras³⁰ de 1850 robusteceu o domínio dos latifundiários, com o amparo das instituições governistas, todavia o Império também se preocupava em trazer e auxiliar o colono estrangeiro (COSTA, 1999).

No que se refere à política imigratória, a Lei de Terras previu que os estrangeiros que comprassem terras e nelas se estabelecessem, ou que viessem por conta própria exercer qualquer indústria no país, poderiam optar por naturalizar-se depois de dois anos de residência e ficariam isentos do serviço militar, com exceção da Guarda Nacional dentro do município. A legislação também determinou que o governo ficaria autorizado a mandar vir anualmente, às custas do Tesouro Público, colonos para serem empregados em estabelecimentos agrícolas, em trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias. Além disso, os produtos dos direitos de chancelaria e da venda das terras seriam exclusivamente aplicados na medição das terras devolutas e na importação de colonos livres (GABLER, 2012, p. 16).

Entre meados da década de 1850 até a abolição, houve hesitação por parte dos particulares na utilização da mão de obra livre, mas alguns poucos proprietários de terras, normalmente fazendeiros envolvidos na produção do café, tentaram introduzir o trabalhador imigrante junto à mão de obra escrava. Contudo, essas iniciativas provaram-se desvantajosas tanto para os fazendeiros quanto para a população imigrante, devido aos custos com viagens, equipamentos, alimentação e assistência dada a essas famílias por parte dos fazendeiros, por um lado, e, por outro, à condição do trabalhador subvencionado: endividado e à mercê dos abusos dos primeiros (TRENTO, 1989).

Os fazendeiros das áreas novas, preocupados com a iminência da abolição do tráfico de escravos e esperando encontrar na imigração a solução para o problema da força de trabalho, propuseram uma legislação com o objetivo de impedir o acesso fácil à terra e de forçar os imigrantes ao trabalho nas fazendas. Os setores mais tradicionais, apoiados por alguns intelectuais europeizados que se identificavam com o pensamento ilustrado, defendiam uma política colonizadora baseada na distribuição de pequenos lotes aos imigrantes, aos quais

³⁰ A Lei nº 601 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi a primeira tentativa de instituir a propriedade privada no Brasil, apresentando novas definições de direitos e deveres legais dos proprietários. Normatizou a posse, manutenção e uso das terras.

encaravam não como substitutos dos escravos, mas como agentes civilizados (COSTA, 1999, p. 14).

É plausível afirmar que nesse primeiro momento a imigração subvencionada, através do sistema de parcerias, não funcionou como esperado, contudo ela teria sua importância renovada logo após o período abolicionista e a Proclamação da República, e encontraria condições de ser melhor aplicada aos objetivos do governo e do latifúndio brasileiro, personificado na produção do café.

Diante desse enredo, o subsídio serviu tanto às pretensões do governo brasileiro quanto para acalmar os ânimos na recém-unificada Itália, proporcionando uma alternativa aos italianos pobres, em grande medida camponeses, de melhorar a condição de suas famílias trabalhando em um Brasil predominantemente agrário.

Segundo Trento (1989), em 1902 a imprensa italiana divulgou os dados de um documento, conhecido como “Relatório Rossi”, que denunciava a conjuntura vivida pelos imigrantes italianos nas fazendas do Brasil, levando o Ministro do Exterior da Itália, Giulio Prinetti, a apresentar uma Portaria, aprovada em Março de 1902 pelo Comissariado Geral da Emigração na Itália, que proibia a emigração subvencionada para o Brasil: o Decreto Prinetti, como é usualmente mencionado.

Apesar do referido fato ter ocorrido nos primeiros anos da República, é admissível pensar que tais práticas observadas na logística do subsídio foram introduzidas e amadurecidas durante o período Imperial. As próprias bases argumentativas do “Relatório Rossi” foram traçadas a partir de experiências vivenciadas por italianos, sobretudo, dentro do sistema radicado no Império Brasileiro. A República reproduziu e expandiu o subsídio como estratégia vantajosa às políticas nacionais.

A iminente República também teria de lidar com as questões sociais decorridas da Abolição de 1888, não resolvidas pela Monarquia.

O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, a própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nessa direção, como a reforma agrária e a educação dos libertos. Mas no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização (CARVALHO, 1990, p. 23-24).

Perante este quadro, imaginava-se que o novo sistema governamental fosse capaz de enfrentar essas dificuldades, mas, na realidade, o sistema republicano, em sua *práxis*, pouco se diferenciou do imperial. No entanto, o referencial ideológico que serviu de alicerce à República facilita nossa compreensão sobre o esquecimento da população negra pelo Estado e a abertura do Brasil aos estrangeiros, principalmente, europeus.

No caso de Pernambuco, Peter Eisenberg (1977) afirma que os latifundiários, produtores de açúcar, dominavam o mercado de trabalho e, apesar da resistência à abolição, souberam tirar proveito da transição do sistema escravista para o trabalho livre, “transferindo os custos da crise econômica para os trabalhadores, na forma de escasso pagamento e de más condições de trabalho” (EISENBERG, 1977, p. 145). Portanto, apesar dos avanços tecnológicos no setor açucareiro e da revogação do trabalho compulsório, não houve transformações reais nas relações econômicas ou sociais, ratificando a construção da tese sobre uma **Modernização sem Mudança**.

2.3.2 A ideologia eugênica no lastro da Primeira República Brasileira

As relações de poder podem ser facilmente observadas ao longo da história, entretanto é necessário identificar o poder onde ele se camufla e é ignorado, passando muitas vezes despercebido. Para Bourdieu (1989), esse poder invisível é o poder simbólico, que constrói a realidade e tende a estabelecer uma ordem gnosiológica.

Compreendemos que o simbolismo, na esfera política, tem explícita função social, pois os símbolos são os instrumentos responsáveis pela integração social, considerados ferramentas de conhecimento e comunicação “eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

A partir destas coordenadas reflexivas nos interessa apontar as representações como fenômenos desenvolvidos dentro de sistemas simbólicos de dominação, servindo a interesses particulares que se apresentam como interesses universais. “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação” (BOURDIEU, 1989, p.

11). As ideologias servem aos grupos dominantes no sentido de validar suas práticas, tecidas a partir de argumentos, muitas vezes enganadores, que pretendem atrelar suas ações ao bem-estar social, à ordem, ao progresso, ou à qualquer outra concepção ligada às necessidades históricas de uma sociedade em um determinado espaço e período.

Ao trabalhar as lutas de representação enquanto hierarquização da própria estrutura social, Roger Chartier (1991, p. 184) acredita que a História Cultural “centra sua atenção sobre as estratégias simbólicas que determinaram posições e relações e que construíram para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”. O teórico considera os signos visíveis como indicadores seguros de uma realidade ficcional, deturpada. A representação passa a ser encarada como máquina de fabricar respeito e submissão, assegurando o poder pela aparência.

Desenvolvendo e reforçando as ideias sobre representação e símbolos, traremos à discussão o ponto de vista de Marilena Chauí em **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**, onde a filósofa faz uma análise do que acreditamos ser o Brasil enquanto país, discorrendo sobre a tônica dos discursos que fazem exaltação aos aspectos naturais, à miscigenação sem preconceito, à receptividade de um povo trabalhador e alegre:

Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o apartheid social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna (CHAUÍ, 2000, p. 5).

Os ideais da República canalizavam esses discursos em prol da soberania nacional e reforçavam esses estereótipos no sentido de agregar forças à militância em defesa do nacionalismo e dos signos nacionais, reinventados nesse período da história brasileira.

Apesar de ter sua narrativa ancorada na modificação e renovação, a República continuou reproduzindo práticas monárquicas e coloniais. No entanto, apresentava um caráter soberano novo, relacionando a pátria com próprio Estado, tencionava assegurar sua força através dos símbolos produzidos para representar a si mesma.

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo [...] Um semióforo é, pois, um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência (CHAUÍ, 2000, p. 6-9).

Entendendo que as produções simbólicas podem ser usadas como ferramentas de dominação, pretendemos aqui ressaltar as funções políticas de determinados signos edificados durante a Primeira República Brasileira, analisando também a influência da ideologia eugênica sobre os grupos dominantes e como estes últimos se utilizaram de tal ideologia para construir um novo projeto de Brasil, sedimentado, particularmente, na introdução de grupos imigrantes europeus.

Compreendemos que o longo processo de imigrações para o Brasil deve ser pensado também enquanto postura ideológica adotada principalmente durante o período republicano, visando a legitimar a segregação da população negra anteriormente escravizada e a destruição das práticas culturais de origem africana.

Consideramos que o fenômeno numérico da imigração italiana para o Brasil entre as décadas de 1880 e 1930, para além dos fatores econômicos e demográficos associados à produção do café e ao povoamento do Sul do país, representa uma tentativa esforçada, particularmente, do Governo Republicano, de miscigenar o país da maneira julgada como positiva pelos intelectuais que pensaram os signos da República de acordo com as ideias eugênicas fomentadas na Europa durante o século XIX. Faremos atenção aos aspectos ideológicos e pragmáticos que solidificaram a imigração enquanto política pública necessária e substancial aos desígnios nacionais.

Na perspectiva de Emília Viotti (1999), a imigração estrangeira no Brasil foi fomentada para equilibrar a situação da mão de obra nos cafezais paulistas, depois da proibição do envio de cativos para o Brasil pela Lei Eusébio de Queirós em 1850:

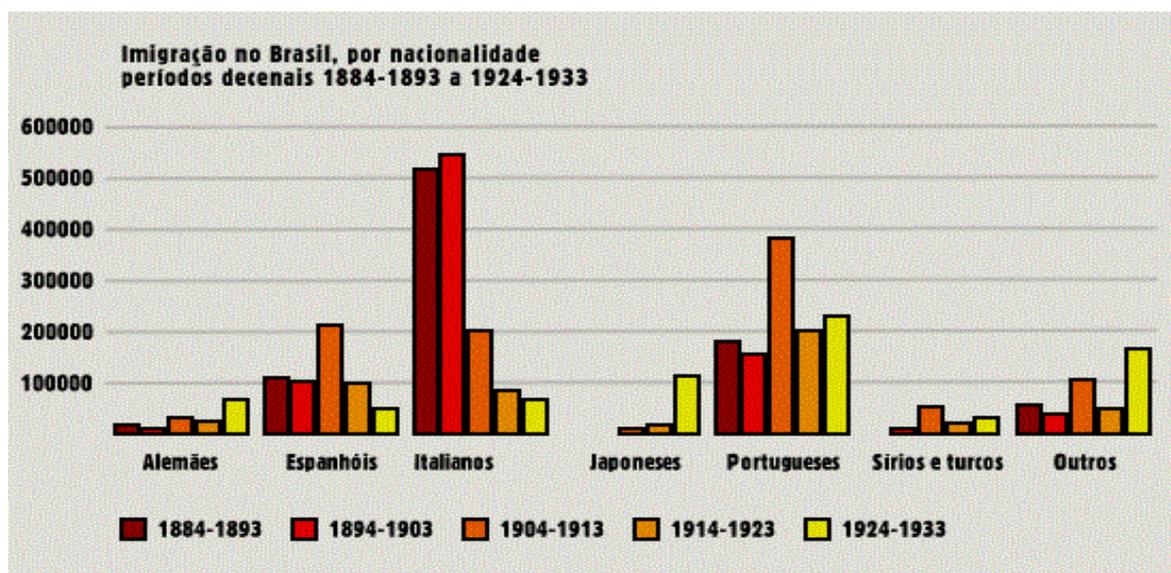
O rápido crescimento das plantações de café fez do trabalho o problema mais urgente. Como podiam os fazendeiros satisfazer suas necessidades de trabalho após a interrupção do tráfico de escravos? O tráfico interno ofereceu uma solução temporária, mas a auto-

reprodução dos escravos não podia satisfazer a demanda imediata. Os fazendeiros da área em expansão haviam encontrado a resposta na imigração. Provavelmente, não teriam procurado alternativas para o trabalho escravo se não estivessem ante múltiplas pressões. Além disso, se tivessem mais confiança nas possibilidades de sobrevivência da escravidão ou não tivessem encontrado alternativas, teriam lutado para manter a instituição (VIOTTI, 1999, p. 364).

Peter Eisenberg (1977) argumenta que o entusiasmo pela imigração era dependente das reações às medidas abolicionistas e dos subsídios oferecidos pelo governo, em caráter oficial. Sem esses dois elementos seria pouco provável verificar demandas de mão de obra estrangeira, ou especializada, em câmbio do trabalho compulsório.

Na obra **Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**, destacando a análise da situação nacional no final da década de 1880, Trento (1988) afirma que é ingênuo pensar que o empenho do Brasil nas políticas imigracionistas deveria ser encarado como movimento compensatório aos fazendeiros pelas perdas sofridas com a abolição da escravidão. Ao contrário, o autor sugere que foi a própria política imigratória que deu condições para o desenvolvimento do processo abolicionista. Podemos acompanhar a crescente imigratória no Brasil a partir do gráfico seguinte:

Gráfico N^o. 01:



Fonte: Gráfico da Imigração no Brasil. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Apêndice: Estatísticas de Povoamento, p. 22.

A partir do Gráfico 01 é possível verificar que entre os anos de 1884 e 1903 as entradas de imigrantes italianos no Brasil foram superiores a um milhão, e suplantavam em muito o número de imigrantes de outras nacionalidades, inclusive a portuguesa, historicamente mais densa. Também é possível avaliar que a partir de 1914 há uma queda exponencial nessas entradas.

Algumas linhas de pesquisa que trabalham com esse momento histórico sugerem que o *boom* da imigração italiana para o Brasil durante o período de 1884 a 1903 foi determinado pela falta de condições para a absorção dos ex-escravos, como argumenta Durham (1966, p. 101 apud TRENTO, 1989, p. 28):

Para o escravo liberto, o trabalho é um estigma e essa atitude impede que o negro utilize de forma eficiente o único instrumento de integração social e ascensão de que dispõe – sua força de trabalho. A libertação é, para o escravo, uma maneira de alcançar o ócio. Mantendo o limitado sistema de necessidades estabelecido pelo regime servil, o escravo liberto tende a produzir apenas o suficiente para a mera subsistência, o que requer uma quantidade relativamente pequena de esforço.

Certamente é possível que casos como o mencionado acima acontecessem, no entanto é pouco provável que esse tenha sido o principal motivo para a não absorção dessa mão de obra. Teria o ex-escravo se excluído da nova conjuntura de trabalho pós-abolicionista, ou houve um expurgo da população negra praticado pelas próprias políticas públicas, embasadas nas teorias eugênicas e nas ideias de construção de símbolos nacionais que ressignificassem a cultura brasileira? Nossa reflexão pretende seguir a trajetória explicativa da segunda hipótese.

Lilia Schwarcz, no artigo **Espetáculo da Miscigenação** (1994), verifica que as teorias eugênicas exercem influência no Brasil a partir do final do século XIX, quando se começa a refletir sobre o fenômeno da miscigenação:

Nesse contexto em que discursos raciais vinculavam-se a projetos de cunho nacionalista, soava correto imaginar uma nação em termos biológicos, ou estimar uma futura homogeneidade [...] Por outro lado, no entanto, a constatação de que essa era uma nação mestiça gerava novos dilemas para os cientistas brasileiros (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

Os modelos evolucionistas consagravam as ideias de progresso e civilização, vinculadas à conclusão de que a mistura de raças era errônea e levava à

degeneração tanto do indivíduo quanto do seu grupo; a sociedade inteira correria grande perigo de deteriorar-se. No caso do Brasil, a população já era irremediavelmente mestiça, dessa forma, os cientistas brasileiros aceitaram “a idéia da diferença ontológica entre as raças sem a condenação à hibridação” (SCHWARCZ, 1994, p. 138), do contrário, seria o mesmo que atestar que o Brasil jamais seria um país civilizado, temor das elites e da recém-estabelecida República, cujo projeto ancorava-se na ressignificação de objetos culturais brasileiros e na criação de símbolos “genuinamente” nacionais.

As ideias eugênicas no Brasil destacaram a imigração como principal alvo de políticas públicas seletivas, fomentando a ideia de que uma miscigenação desejada deveria incluir intensamente os elementos caucasiano, branco, “superior racialmente”. Dessa forma, o Estado, em tempos de construção de signos nacionais e autoafirmação da soberania, não tardou em investir em políticas que possibilitassem a vinda de “europeus desejados” para o Brasil, levando em consideração que “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder” (CARVALHO, 1990, p. 9).

Durante a Primeira República, era comum a associação direta entre Estado e elite cafeicultora, exemplificada pela política café com leite, onde mineiros e paulistas se revezavam no poder. É preciso lembrar que durante esse período o papel do Estado se entrelaçava aos objetivos da elite, pois se entendia que a produção do café era de interesse nacional, ou seja, quem não estava inserido direta ou indiretamente nesse sistema era desprezado, esquecido pelas políticas públicas.

O poder das elites brasileiras, indissociável do poder estatal, impunha-se sobre a sociedade brasileira de maneira violenta. A ideia da limpeza racial, da “miscigenação boa” – a partir da mistura com o europeu –, marginalizou a população negra, perseguiu e criminalizou suas práticas culturais, discursou em favor do imigrante europeu como mão de obra necessária em detrimento ao negro liberto, convalidando a prática da imigração: “A abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte” (COSTA, 1999, p. 364).

Neste cenário, torna-se evidente o interesse brasileiro pelos grupos migrantes de origem italiana, pois sendo em sua maioria grupos de famílias agricultoras,

católicos, brancos, procedentes das regiões setentrionais italianas,³¹ eles enquadraram-se no perfil desejado pelos idealizadores da República. É importante lembrar que, durante este período, o que se consome no Brasil “são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARCZ, 1993, p. 30). Portanto, branquear a população torna-se tarefa substancial aos objetivos dos grupos intelectuais e econômicos engajados no projeto que procurou subjugar e, em determinados momentos, anular os aspectos da cultura africana presentes na sociedade brasileira. No pensamento das elites se formaria no Brasil um povo mestiço, mas onde deveriam preponderar as características da raça branca, dissolvendo a presença das “raças inferiores”.

Se por um lado, temos famílias italianas perseguindo objetivos claros de melhores condições de vida, de oportunidades de trabalho, especialmente na agricultura, e de benefícios e enriquecimento prometidos pelo governo brasileiro, por outro, contamos com os princípios ideológicos de grupos intelectuais (médicos, artistas, jornalistas, políticos etc.) que viam nessa categoria imigrante a solução para a problemática racial, social e cultural nacional. Dessa forma, o processo migratório acaba por harmonizar os anseios dos grupos envolvidos nesse momento da história brasileira.

O referencial eugênico moldou as posturas adotadas pelas políticas públicas brasileiras e legitimou o incentivo à imigração. A nova plataforma político-ideológica, impetrada por grupos intelectuais e políticos, ajudou a assegurar os sistemas simbólicos da República, garantindo a soberania do Estado e o predomínio da cultura branca e europeizada.

2.4 O período entre Guerras: a ascensão do Fascismo e as agremiações de imigrantes italianos

A marcha sobre Roma, em outubro 1922, levou Benito Mussolini à cúpula do poder governista italiano, e com ele os ideais de um novo movimento que almejava restaurar a força da nação, unindo os cidadãos italianos ao redor do mundo e

³¹ A preferência pelo italiano do Norte remonta à própria Unificação Italiana, quando suas características em termos de civilidade e progresso entravam em contraposição àqueles nascidos no Sul da Península.

construindo o sentimento de *italianità*. O fascismo procurou divulgar seu ideário entre os jovens imigrantes nas Américas através de periódicos, associações, escolas de língua e cultura italiana, conferências, etc.

Ricardo Seitenfus, em **As relações entre Brasil e Itália no período 1918 - 1939**, afirma que o fascismo preocupou-se em observar de perto a América Latina, por razões econômicas, geoestratégicas e humanas³². No entanto, entre as décadas de 1920 e 1930, a política fascista preferiu agir com sutileza para demarcar a sua influência nas comunidades italianas latino-americanas. Seitenfus explica que:

[...] toda a política fascista para aumentar sua influência cultural e ideológica na América Latina através dos imigrantes está comprometida. Comprometida também porque esses novos imigrantes se integram facilmente na sociedade latino-americana. A partir desse momento, todos os esforços da Itália serão de colocar os limites da sua própria política de penetração cultural e ideológica para não provocar reações bruscas do nacionalismo latino-americano. Uma reação radical desse nacionalismo levaria a diáspora italiana a escolher entre a Itália e o País de acolhida. Ora, as autoridades italianas não querem levar a colônia a esse dilema, porque estão convencidas, em Roma, que os imigrantes escolheriam o País de acolhida.

O conjunto da política estrangeira fascista com relação à América Latina está condicionado pelo compromisso, quase impossível, por essa via que é mais uma trilha muito estreita entre, por um lado, a vontade que esse aumento de influência, sob todos os aspectos, da Itália na América Latina e, por outro lado, a vontade que esse aumento de influência não comprometa as relações tradicionais com os estados latino-americanos. Essa desconfortável posição entre a bigorna e o martelo está presente durante todo o período fascista e os responsáveis políticos italianos procuram aumentar a sua margem de manobra colocando em prática uma política oportunista e muitas vezes incoerente. (SEITENFUS, 1990, p. 40).

Fica claro que a política fascista teve o cuidado de não entrar em conflito direto com os países latino-americanos que recepcionaram italianos durante o grande êxodo, começado na década de 1870; procurava-se observar os limites dos Estados nacionais consolidados na América Latina e continuar com o trabalho de divulgação das conquistas do fascismo entre as colônias italianas.

Como resultado dessa propaganda foram criadas, ou modificadas, no Brasil diversas agremiações de imigrantes italianos, dentre elas as Casas d'Itália, as sociedades de beneficência e socorro mútuo, as escolas de língua italiana, como a

³² A moderna formação humana da América Latina está diretamente ligada à Itália, sobretudo na região do Rio da Prata (Argentina e Uruguai).

Dante Alighieri, e os principais núcleos de divulgação fascista: os *fasci all'estero*. João Bertonha (2001) afirma que a história dos *fasci all'estero* deve levar em consideração a sua importância enquanto espaço difusor do fascismo pelo mundo. Tal afirmação encontra respaldo quando observa-se a criação de *fasci* em lugares onde a presença italiana era considerada ínfima, como em Pernambuco, por exemplo.

Manuel Correia de Andrade, em **O ideal fascista e a colônia italiana no Norte e Nordeste do Brasil**, informa que, a partir dos anos 1920, “os consulados italianos no Nordeste passaram a desenvolver uma grande atividade de propaganda e de apoio às empresas italianas e às associações de italianos” (1993, p. 5). Andrade descreve a criação e o funcionamento do Fascio em Recife, enfatizando a relação deste com outras associações de italianos dentro e fora da capital pernambucana.

As sessões do Fascio em Recife foram, muitas vezes, noticiadas pelos grandes jornais dessa cidade. Além disso, depois da criação do fascio em Pernambuco, foi possível identificar, no jornal A Província, o aumento de conteúdo informativo sobre o fascismo³³, muitas vezes elaborado pelos próprios representantes do Fascio em Recife, mas também divulgado pelos redatores d'A Província³⁴, que acompanhavam as festas e comemorações da agremiação italiana:

Conforme estava assentado e este noticiou, a secção nacional em Pernambuco do Partido fascista effectuou no sabbado transacto, 8º anniversario da celebre victoriosa marcha sobre Roma, a comemoração dessa data cívica muito grata para os italianos.

Às 20 horas grande era o numero de famílias de membros da colônia e convidados que se encontrava no amplo salão da séde social do **Círculo italiano** á praça Barão de Lucena.

Pelas 20.45 chegava o sr. Strigari, chefe do Fascio em Pernambuco, acompanhado de outros membros da colônia, já se encontrando presentes o sr. Consul cav. Gim Romizi e o sr. Hugo Folangoli.

Recebido por uma salva de palmas e pelo cumprimento symbolico dos **fascistas**, o sr. Strigari cumprimentou as famílias presentes, sendo logo após apresentado pelo sr. Hugo Folangoli aos representantes da imprensa presentes ao acto.

³³ Essas informações são respaldadas em: Recepção dos marinheiros do “Italia” pelo Fascio em Pernambuco. **A PROVINCIA**. 23 de mar. 1924, p. 1; A Itália e o Fascio. **A PROVINCIA**. 4 de abr. 1924, p. 3; O Fascio. **A PROVINCIA**. 9 de jul. 1924, p. 2; A Origem da Revolução Fascista. **A PROVINCIA**. 30 de jul. 1925, p. 1; Banquete oferecido pela colônia italiana. **A PROVINCIA**. 19 de jun. 1927, p. 3; Pela Colonia Italiana. **A PROVINCIA**. 20 de set. 1927, p. 5; A secção fascista em Pernambuco. **A PROVINCIA**. 13 de nov. 1927, p. 1; O homem da Itália atua. **A PROVINCIA**. 14 de abr. 1928, p. 1.

Posto isto foi aberta a sessão magna do programma sob a presidência pelo sr. Consul da Itália, neta capital. Estando presente o sargento do valoroso regimento dos **Arditi**, Matheo Michele. Procedeu-se á cerimonia da entrega a ele de uma bandeira symbolica do Fascio.

O sr. Michele é sargento mutilado da Grande Guerra e traz consigo medalhas recebidas por acto de bravura. Trajava o habito dos filiados a esse partido ora dominante na Italia sob a chefia do sr. Mussolini. Fez entrega da bandeira o chefe do **Fascio** em Pernambuco. Por ocasião desse acto proferiu o sr. Strigari palavras análogas á data, que fez com entusiasmo.

Uma salva de palmas saudou as ultimas palavras do sr. Strigari.

Falou em seguida o distinto sr. Gim Romizi, consul italiano.

Em palavras patrióticas lembrou os grandes feitos da Italia e a acção constructora do actual chefe de governo italiano. Foram palavras de fé para os italianos de Pernambuco.

Dada a palavra ao sr. Hugo Folangoli, ele produziu bela oração em que poz em evidencia a actual grandeza do povo italiano e o grande fator dessa situação desfructada. O orador ao terminar recebeu palmas.

Com a palavra o sr. Strigari, diretor do **Fascio** neste Estado, começou por fazer expressiva saudação á imprensa recifense. Lembrou os constantes aplausos de sympathia com que sempre tem acolhidos nossos jornaes a politica de Benito Mussolini e ultimamente as manifestações feitas por essa imprensa ao aviador De Pinedo em seu memorável vôo, acentuando o orador o facto expressivo de termos as columnas abertas para sangrar o feito de seus patrícios.

Entrou em seguida na historiação da obra do **Fascio**. Vibrante e inflamado traçou considerações sobre o partido, terminando por se dirigir aos **fascistas** presentes numa peroração expressiva e ardorosa que aqui reproduzimos: “Prometteis, fascistas que haveis de dar o vosso generoso sangue pela victoria do nosso partido, pela grandeza da pátria e pela segurança de nosso Duce? Ao que todos levantando-se na attitude symbolica dos fascistas declararam a uma voz: **“Sim, o prometemos”**.”

Ainda usaram da palavra o sr. Consul Gim Rimizi e um representante da imprensa.

Ao findar a oração do sr. Strigari foi tocado ao plano o hymno comemorativo da batalha do Plave, ouvido de pé pelos presentes.

Seguiu-se o encerramento da sessão sendo após oferecido aos presentes um copo de cerveja.

O sr. Strigari compareceu á séde ostentando o uniforme dos fascistas aquelle mesmo que caracteriza o exercito que penetrou em Roma para implantar o regimen ali vigente. (A fundação do “Fascio”. A PROVINCIA. 30 de mar. 1927, p. 4.).

A matéria supracitada, além de exemplificar as notícias rotineiras sobre o fascismo e os *fasci*, revela um pouco da organização e das pautas do Fascio em Pernambuco. Pode-se observar a preocupação em divulgar os eventos da associação, assegurando que a imprensa local estivesse envolvida nessas ocasiões

e que os ideais fascistas fossem explicados e disseminados aos leitores em Pernambuco, fossem eles italianos ou não.

Pouco antes da formação do Fascio em Recife, os líderes da comunidade italiana nessa capital tiveram a iniciativa de criar uma cooperativa em 1923, intitulada **Sociedade Italiana Pró-Colônia**, cujo objetivo principal era de congregar os membros de maior destaque na comunidade italiana em Pernambuco em torno do representante real da Itália, Publio Landucci, para que assim pudessem trabalhar em harmonia pelo interesse geral da Itália no Brasil. Esses indivíduos estariam ligados pela moralidade e cultura dos representantes da pátria, pelo amor à ordem, à disciplina política e o respeito à autoridade.

Dentre os associados da **Pró-Colônia** estão Saverio Vita, Luigi Conte, Bonaventura Gioia, Pietro Renda, Domenico Regina, Clodomiro Pandolfi, Tommaso Fabaro, Cesare Lanzi, Biagio Melazzi, Antonio Perreli, Hugo Falangola, Raffaele Addobbati, Alfredo Strigari, Francisco Vita e outros³⁵. Algumas dessas personagens terão destaque no Capítulo 3 desta dissertação, em virtude de suas participações no cenário econômico pernambucano.

A política fascista permitiu a abertura dessas e de outras agremiações, que tinham por finalidade fortalecer a comunidade italiana nos países a que se destinaram na época da grande emigração e, sobretudo, divulgar a ideologia e as conquistas da nova política, ao passo que a Itália se reestruturava e a emigração diminuía. É possível notar que, a partir da década de 1920, houve uma queda drástica na emigração peninsular, modificando também a composição profissional dos emigrantes, já que, em 1928, o contingente operário ultrapassou o número de trabalhadores agrícolas no Brasil. (TRENTO, 1988, p. 282).

A partir das informações trazidas até agora é possível identificar e refletir acerca do perfil dos imigrantes italianos que aportaram no Brasil, com especial interesse naqueles que se domiciliaram em Pernambuco. Dessa forma, pretendemos analisar as características predominantes em cada período, de acordo com a origem, o sexo, a idade e o ofício desses indivíduos.

³⁵ Sociedade italiana pró-colônia. **A PROVINCIA**. 26 nov. 1924, p. 1.

2.5 Configurações e categorias imigrantes provenientes da Itália: discussão sobre regionalidades e perfis

Para além dos requisitos jurídicos e ideológicos apresentados pelas políticas brasileiras de imigração, é necessário examinar o funcionamento tático do sistema emigratório italiano para o Brasil. Era comum identificar estratégias “baseadas no relacionamento familiar, de aldeia e região ou mesmo de afinidade profissional e política” (BERTONHA, 2014, p. 95).

João Bertonha (2014) afirma que há diferentes períodos e motivos para a emigração italiana. No final da Idade Média, houve uma grande vazão na Península Itálica para países próximos, como França, Espanha e Portugal. Já por volta de 1870, o eixo emigratório se volta para as Américas. A partir de 1918 (fim da Primeira Guerra Mundial), o fluxo retorna ao continente Europeu, devido ao arrefecimento das “oportunidades econômicas na América Latina e às leis de controle de imigração nos Estados Unidos” (BERTONHA, 2014, p. 89).

Entendemos que o fenômeno de massa ocasionado pela vinda de italianos ao Brasil no final do século XIX e começo do século XX não deve ser encarado de maneira generalizada, simplista, acidental ou sem planejamento. Ao contrário, é, em essência, um acontecimento de matizes complexas que nos permitem compreender a dinâmica dos grupos que chegaram aos vários países do mundo e puderam influenciar, através de suas práticas e ideias, as diferentes regiões a que foram endereçados.

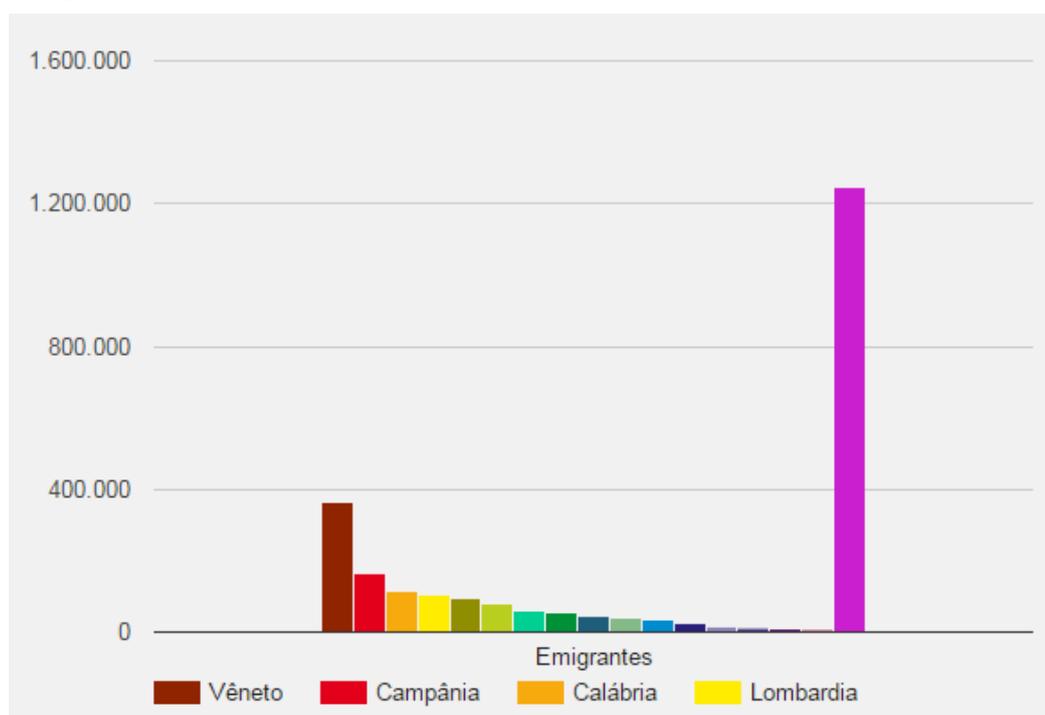
Assim explica-se a forte preferência de emigrantes de uma certa região na Itália por um determinado destino no exterior. Os sicilianos e napolitanos preferiam os Estados Unidos e os vênnetos, o Brasil, enquanto os lígures davam preferência à Argentina e os lombardos à Suíça. Surgiram assim, em um primeiro momento, bairros sicilianos em *New York*, e vênnetos em São Paulo convivendo com outros bairros calabreses ou lombardos, todos com vida associativa e cultural próprias. Bairros “italianos” simplesmente não existiam nesses locais, ao menos não inicialmente (BERTONHA, 2014, p. 95, grifo do autor).

Dessa forma, é possível perceber a forte expressão regionalista refletida pela escolha, por parte destas categorias emigrantes, de seus destinos. Essa identidade local dos indivíduos italianos é reflexo da própria construção da unidade nacional e da distinção dos povos envolvidos.

Todavia, não pretendemos afirmar que ao Brasil só vieram imigrantes do Vêneto ou que todo imigrante chegado aos Estados Unidos era siciliano, mas, ao fazermos notar estas características, planejamos compreender a importância das comunidades regionais nos países e localidades em que suas presenças foram mais significativas numericamente. Esperamos também apresentar e analisar outros segmentos regionais italianos chegados ao Brasil e, particularmente, a Pernambuco, onde puderam também participar ativamente das instâncias econômicas e das redes de sincretismo cultural desenvolvidas nesse processo.

De uma maneira geral, a imigração italiana no Brasil destacou quatro grupos regionais principais: os vênéticos³⁶, os campanos³⁷, os calabreses³⁸ e os lombardos³⁹. Tal afirmação pode ser constatada através da observação do Gráfico 02:

Gráfico N°. 02:



Fonte: Gráfico mostrando a emigração italiana para o Brasil, conforme as regiões de procedência. Período 1876-1920. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Apêndice: Estatísticas de Povoamento, p. 25.

³⁶ Vindos da região do Vêneto, localizada no Nordeste da Península, litoral adriático. O Vêneto é composto pelas províncias de Belluno, Pádua, Rovigo, Treviso, Veneza, Verona e Vicenza. (SIMELLI, 2014).

³⁷ Provenientes da região da Campânia, ao sul da Itália, estendida ao longo da costa do Mar Tirreno. A Campânia é formada pelas províncias de Avellino, Benevento, Caserta, Nápoles e Salerno. Idem.

³⁸ São os indivíduos nascidos na região da Calábria, localizada na área meridional italiana, sendo cercada pelos mares Jônio e Tirreno. As províncias da Calábria são: Catanzaro, Cosenza, Crotona, Régio Calábria e Vibo Valentia. (SIMELLI, 2014).

³⁹ São oriundos da região da Lombardia, posicionada no Norte italiano faz fronteira com a Suíça. Na Lombardia estão localizadas as províncias de Bérgamo, Bréscia, Como, Cremona, Lecco, Lodi, Mântua, Monza e Brianza, Milão, Pavia e Sondrio (SIMELLI, 2014).

A faixa lilás representa o total dos imigrantes italianos chegados ao Brasil durante o período de 1876 a 1920. É possível perceber que a população de origem vêneta (faixa em marrom) concentra cerca de 30% do total da imigração. Sabe-se que a maior parte desse contingente fincou raízes nas regiões Sul e Sudeste do país, onde havia profunda ação das políticas imigratórias implementadas pelo poder público. Desse modo, era natural que cidadãos italianos que tencionassem sair do seu país buscassem seus familiares já instalados em colônias pelo Brasil.

Podem-se somar ao caráter regionalista da imigração as habilidades para o trabalho dessa população, que era majoritariamente camponesa. Apesar da familiaridade com o trabalho na agricultura, muitos não conseguiram ocupação nessa área, devido a condições adversas nas fazendas e colônias, e às demandas crescentes nos setores industrial e comercial. Em Pernambuco, por exemplo, os promotores da imigração estrangeira eram majoritariamente comerciantes, pois a agricultura açucareira absorveu a mão de obra livre e barata, disponível em abundância na província (EISENBERG, 1977).

Na realidade, o Brasil não foi eficiente na alocação da multidão de imigrantes que ele próprio convocou, o que gerou oportunidade para que os mesmos se movimentassem pelo país à revelia do controle – e dos benefícios prometidos – estatal. Através dessa possibilidade de deslocamento, vários indivíduos puderam chegar ao Nordeste do país. Essa migração interna talvez seja a mais evidente, muito embora existam indícios e documentos que revelam uma intenção preliminar de determinados imigrantes em chegar às províncias da área setentrional brasileira.

Manuel Correia de Andrade, no seu estudo sobre a contribuição italiana na região nordestina, **A Itália no Nordeste**, cita registros sobre a presença dessa categoria imigratória desde a época Pré-Colonial (1500-1535). No final do período oitocentista, quando a saída de pessoas da Itália para a América se tornou mais abundante, o autor afirma que as características gerais dos indivíduos e grupos que chegaram ao Sul e Sudeste eram diversas daquelas que se encaminharam para o Nordeste, pois aqui não existiam áreas de ocupação predeterminadas, razão que por si só “selecionava” o perfil dos imigrantes recebidos, em sua maioria, homens, jovens, trabalhadores autônomos, afeitos ao comércio e à indústria.

Outro elemento muito comum, associado à imigração no Nordeste, é a propensão que esta região teve em receber categorias emigradas do *Mezzogiorno* italiano: “Nápoles, Salerno e Calábria” (ANDRADE, 1992, p. 72). Em Pernambuco,

Andrade identifica uma imigração de pessoas “quase sempre de origem humilde, oriundas do sul da Itália [...] em sua maioria da Província de Potenza e em menor escala de Salerno e de Nápoles” (ANDRADE, 1990, p. 111-112).

No espaço temporal compreendido entre 1889 a 1930, denominado de Primeira República Brasileira, observa-se, ora crescimento, ora arrefecimento da entrada de italianos no Brasil. É durante esse período que o Nordeste passa a receber números mais expressivos de imigrantes italianos, embora estes não possam ser comparados às entradas no eixo Sul-Sudeste, é possível visualizar a influência dos mesmos em setores importantes da economia em grandes cidades nordestinas e seus interiores próximos, como é o caso de Recife e Salvador.

Como foi visto, as políticas de colonização da República visavam a atrair imigrantes para as áreas meridionais do Brasil⁴⁰. Para o Nordeste, essas políticas não chegaram a ser concretizadas:

Embora tenham sido organizadas companhias colonizadoras, a migração foi feita de forma individual, por pessoas que procuravam uma nova terra onde pudessem trabalhar e enriquecer, contando com o apoio da própria família ou de amigos.

A migração individual era feita, em geral, por jovens do sexo masculino, com idade inferior a 30 anos, que vinham para Salvador ou para o Recife à procura de trabalho no comércio. Muitas vezes eles desembarcavam no Rio de Janeiro e só após algum tempo é que se transferiam para o Nordeste. Mas Recife e Salvador nem sempre eram os pontos terminais destas migrações. Chegados a estas cidades portuárias, eles se dirigiam para cidades próximas, capitais de estado ou centros interioranos que ofereciam possibilidade de trabalho, dentro de suas qualificações profissionais. Uma vez no Nordeste, se o migrante tinha sucesso e se estabelecia, quando necessitava de empregados ou de auxiliares, procurava recrutá-los no seu país, na sua aldeia, principalmente entre parentes ou amigos de infância (ANDRADE, 1992, p. 97).

Foi através deste método de entrada no Brasil, reconhecido enquanto “cartas de chamada”⁴¹, descrito no fragmento acima, que a imigração de italianos para o Nordeste tomou maior fôlego. O Período Republicano também é marcado pela chegada ao Nordeste de populações oriundas do Sul da Península Itálica, “em grande parte de Trecchina, província de Potenza, ou de Tortora, província de Cosenza, havendo também sicilianos e napolitanos” (ANDRADE, 1990, p. 58).

⁴⁰ O tema é explorado neste capítulo no tópico 1.3.2, deste Capítulo.

⁴¹ As cartas de chamadas terão seu espaço de análise no terceiro capítulo, no tópico 3.1.

Esses grupos transitaram por muitas esferas da economia nordestina e, segundo a argumentação da historiografia sobre o tema⁴², obtiveram maior êxito nas atividades de cunho comercial e industrial. Destacaram-se nos setores da metalurgia, alfaiataria, sapataria, produtos alimentícios, artefatos decorativos de luxo e tinturaria.

Nossa pesquisa tentou identificar, através dos pedidos de naturalização realizados em Pernambuco por cidadãos italianos, a cidade de origem, idade, estado civil, profissão e domicílio de alguns desses imigrantes. Entendemos que não é possível tirar conclusões absolutas a partir dessa documentação, pois além de fragmentada, ela não dispõe sobre a quantidade real dos italianos em Pernambuco, limitando-se a documentar apenas àqueles que protocolaram pedidos de naturalização e, mesmo assim, é possível que existam outros pedidos em fundos documentais diversos, fora do alcance desta pesquisa.

Antes de mostrar nossos resultados é importante observar algumas características do processo de pedido de naturalização no Brasil. Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, todos os habitantes do país passaram automaticamente a ser considerados cidadãos brasileiros, salvo aqueles que, até 24 de agosto de 1891, declararam oficialmente a vontade de conservar a naturalidade de origem. Desse modo, em um momento onde a população estrangeira era abundante no país, não foi necessário protocolar pedidos de naturalização. Essa é mais uma fragilidade que não nos permite considerar os pedidos em termos absolutos para quantificar a presença italiana.

De acordo com o Decreto nº. 6.948 de 1908⁴³, o estrangeiro que pretendesse naturalizar-se brasileiro deveria direcionar uma petição ao Presidente da República, intermediado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde precisaria declarar sua nacionalidade, filiação, domicílio, profissão, Estado e especificação da prole, quando houvesse. Desse modo, os pedidos de naturalização constituem um instrumento útil para a caracterização de uma parte específica de estrangeiros radicados em Pernambuco. Observe-se a tabela seguinte:

⁴² Sobre as atividades econômicas realizadas por italianos no Nordeste ver ANDRADE, Manuel Correia de. **A Itália no Nordeste**: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil. Torino – Recife. Fondazione Giovanni Agnelli, FUNDAJ, Editora Massangana, 1992. Ainda BONI, Luis A. de. **A Presença Italiana no Brasil. v. II**; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. Também referente ao tema TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Ed. Nobel, Instituto Italiano de Cultura, 1989.

⁴³ Consultar texto original do Decreto <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6948-14-maio-1908-516012-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 out. 2017.

PEDIDOS DE NATURALIZAÇÃO

Nome	Origem	Idade	Estado civil	Profissão	Domicílio	Filhos (qnt.)	Ano do pedido
Angelo Alberto de La Corte	Sapri (Campania)	N/I*	Casado	Caldeireiro	Triunfo	7	1883
Pedro Antonio Scanone	Moliterno (Basilicata)	N/I	Casado	Negociante	Recife	N/I	1884
Salvador Dianna	N/I	N/I	Casado	Mercador	Recife	N/I	1886
Miguel da Silva Pellico	N/I	48	Casado	Negociante	Sertãozinho	2	1886
Domingos Antonio Paschoal	N/I	47	Casado	N/I	Paudalho	N/I	1887
Carlos André Simões	N/I	45	Casado	N/I	Pesqueira	9	1888
Marcelo Antonio Caricio	N/I	33	Casado	N/I	Recife	0	1888
Vicente Trezza	Salerno (Campania)	N/I	Solteiro	Ambulante	Recife	N/I	1889
José Francisco Pulez	Sapri (Campania)	N/I	N/I	N/I	São Bento	N/I	1889
Pedro Pacífico Pulez	Sapri (Campania)	21	Casado	Comerciante	São Bento	N/I	1889
João Baptista Pulez	Sapri (Campania)	24	Solteiro	Comerciante	São Bento	N/I	1889
Pedro Lamboia	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	1891
Francisco Garcia	N/I	N/I	N/I	N/I	Recife	N/I	1922
José Biondi	Cosenza (Calabria)	N/I	Casado	Engenheiro agrônomo	Recife	N/I	1926
Genaro Greco	N/I	N/I	N/I	Comerciante	Recife	N/I	1935
José Vicchioni	Caserta (Campania)	59	Casado	Agricultor	Quipapá	N/I	1942

Tabela produzida a partir do Fundo Secretaria da Justiça: **Pedidos de Naturalização**. Fls. 112-121; 191-192; 436-441; 464-466; 474-475; 483-485; 500-504; 526-530; 547-550; 565-567; 569; 642-643; 701-703; 805-806; 863-891. APEJE, anexo 1.

*Não Identificado.

De acordo com a tabela apresentada, mesmo com diversas lacunas de informação, é possível verificar certa similaridade com as conclusões apresentadas por Manuel Correia de Andrade, já que, dos 8 casos em que a informação de origem foi identificada, todos eram provenientes do Sul da Itália e, dos 10 casos em que foi possível verificar o ofício do indivíduo, 8 apresentam profissões autônomas, ligadas ao comércio, respaldando o que tem sido dito pela historiografia local sobre imigração italiana.

Observamos também que em metade dos casos os indivíduos estão domiciliados em cidades do interior pernambucano, são todos do sexo masculino, a maioria são casados e com idade superior a trinta anos. Apesar da falta de informações nos documentos, muitos deles incompletos ou sem seguir à risca as recomendações da lei, é preciso reconhecer a importância desse material, que corrobora ao melhor entendimento do perfil do imigrante italiano em Pernambuco.

Até aqui nos concentramos em ilustrar o panorama geral da imigração italiana no Brasil, introduzindo também alguns comentários sobre a presença desses estrangeiros em Pernambuco. O nosso objetivo nos capítulos seguintes é intensificar essa análise, discutindo a documentação encontrada sobre o tema e refletindo sobre a importância desse estudo na configuração de uma historiografia local da presença italiana em Pernambuco durante o período de 1880 a 1930.

3 CAPÍTULO 2 – HOMENS EM MOVIMENTO: ESCRITAS ÍNTIMAS, HISTÓRIAS MÍNIMAS

As duas experiências migratórias que serão analisadas neste capítulo têm por finalidade demonstrar a percepção íntima dos italianos sobre a vida política, econômica e social de Pernambuco, revelando desejos, dificuldades, estranhamentos e empatias resultantes do contato desses estrangeiros com a população e as instituições da província. Elas têm em comum a vivência burocrática e cultural do período monárquico brasileiro e a constante movimentação dos seus sujeitos entre Europa e América.

A metodologia por nós aplicada seguirá as linhas de procedimento da microanálise, considerando a adequação das mesmas ao objetivo de nossa pesquisa, pois os casos aqui analisados se configuram enquanto trajetórias e impressões individuais, mas que estão associadas à reconstituição do vivido – ao processo transoceânico da imigração italiana – e “resulta de uma escolha estratégica, que envolve a própria significação da pesquisa” (LEVI apud REVEL, 1998, p. 203). Dessa forma:

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular - de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

Desse modo, apresentaremos o diário do eclesiástico Donato Barrucco, onde este descreve 12 anos de sua vida no Brasil, grande parte deles passada em Pernambuco, entre o interior de Glória do Goitá e o litoral recifense. O diário de Barrucco, além de conter suas observações íntimas sobre os costumes dos povos com quem ele entrou em contato e sobre seu processo de deslocamento da Itália para Pernambuco, também explica minuciosamente as características geográficas e os conflitos políticos da região.

As memórias de Donato Barrucco foram publicadas em 1901, pela editora Capelli, localizada em Rocca San Casciano, sob o título ***Dodici Anni di Residenza nel Brasile***.⁴⁴ Também conta com uma edição de 1903 feita pela Libreria Treves, em

⁴⁴ Doze anos de residência no Brasil.

Bolonha. A obra não se encontra facilmente e foi citada raras vezes no Brasil, dentre elas no livro **Ordem e Progresso** (2004) de Gilberto Freyre e na Tese de Éverton Barbosa Correia, **A Poética do Engenho** (2007). Apesar dessas menções, a obra de Barrucco é pouco conhecida até mesmo entre seus compatriotas. Ele faz parte das referências bibliográficas de Angelo Trento no livro **Do Outro Lado do Atlântico** (1989), mas seu conteúdo não chega a ser analisado ou debatido, pois a obra de Trento é voltada para o fenômeno emigratório de massa ocorrido na Itália a partir de 1870, sentido com força maior no Sudeste e Sul do Brasil.

A partir da narrativa de Barrucco, pretendemos identificar seu envolvimento com a comunidade de Glória do Goitá – onde atuou como liderança religiosa durante os anos que passou em Pernambuco – bem como seu conhecimento sobre a região. Dessa forma, acreditamos destacar as observações de um estrangeiro italiano em contato com os costumes de uma localidade em determinado tempo, sem esquecer, porém, que ele está inserido em uma categoria específica – migrante eclesiástico italiano – e que com ela se identifica e troca influências (intelectuais e comportamentais).

Tivemos também o cuidado de problematizar a memória pessoal dos acontecimentos narrados, pois entendemos a possibilidade da sua imprecisão e do seu lugar de fala. Paul Ricœur, em **A Memória, a História e o Esquecimento** (2007), busca estabelecer um diálogo filosófico entre a memória pessoal e a memória coletiva, que vai nos ajudar a explorar os recursos de complementaridade das duas abordagens. Para discutir o caráter originário da memória o autor dialoga com Santo Agostinho, que considerava a memória como passado das suas próprias impressões, ou seja, a memória garantiria a continuidade temporal da pessoa. O sentido de orientação da passagem do tempo estaria vinculado à memória.

Apesar de contemporâneo – e conterrâneo – o caso de Simone Croff apresenta consideráveis diferenças com respeito ao de Donato Barrucco, entretanto, segue a mesma coerência metodológica de análise. Croff segue a contrapelo da estrutura normatizada de imigração (Sul-Sudeste), ele é aqui tratado como um microcosmo⁴⁵ (GINZBURG, 1987) de uma categoria imigrante, colaborando no

⁴⁵ Carlo Ginzburg recorre a este termo para explicar a importância de personagens como Menocchio na concepção da história do Antigo Regime na Itália.

sentido de compreender a configuração da tônica adotada pelas políticas imigratórias durante o Segundo Reinado.

Diferentemente de Barrucco, que foi designado a vir para Pernambuco, Simone Croff escolhe essa terra para desenvolver seu trabalho e conquistar as riquezas ansiadas pelos imigrantes italianos com destino às Américas. A sua vinda é planejada por conta própria, espontânea e calculada desde a sua saída da Itália.

Os registros sobre Simone Croff no Brasil são encontrados em veículos de informação da imprensa oficial. O material recolhido é formado pelo processo de petição de terras públicas, livro de registro de passageiros e despachos publicados pela Revista de Engenharia, em função da petição. Ademais, contamos com o acervo pessoal de Cristina Bernardini, atual proprietária de uma fazenda na Toscana para onde Simone Croff retornou após a malograda experiência no Brasil e de onde partiu para Suíça em busca de familiares e novas empreitadas.

Existe entre Barrucco e Croff uma confluência no que tange à necessidade do deslocamento contínuo. Para Barrucco, dependia das ordens da Igreja e de sua condição eclesiástica, enquanto para Croff a necessidade se apresentava conforme os insucessos de suas expedições e sua disposição para o trabalho. Para ambos, a movimentação geográfica – a migração – parece ser uma condição natural de suas vidas, ora trazendo-lhes euforia, ora dissabores, mas sempre percebida e aceita, sendo para eles apropriada e habitual.

O exame dos dois casos indicados que serão vistos neste capítulo, pretende verificar a situação desses imigrantes italianos em Pernambuco, buscando compreender o significado dessa experiência para os mesmos e para as comunidades e instituições que com eles se relacionaram. Dessa forma, acreditamos visualizar mais claramente uma pequena parte da história da imigração italiana, até então pouco explorada.

As histórias de Donato Barrucco e Simone Croff são atípicas, mas permitem a análise de uma imigração contracorrente, detalhando sua forma e suas dificuldades, e identifica os pequenos, mas importantes papéis desses italianos em Pernambuco, no final do século XIX.

3.1 O diário de Barrucco: memórias sobre Pernambuco durante a transição da Monarquia à República

3.1.1 A segunda saída: da Itália ao desembarque no Porto do Recife

Em novembro de 1874, de acordo com seus escritos, Donato Barrucco, eclesiástico italiano, deixa sua família – seus pais, duas irmãs e um irmão – pela segunda vez para retornar ao Brasil, à mesma província em que já havia aportado em 1870, de acordo com os registros de chegadas de passageiros e vapores noticiados pela imprensa pernambucana,⁴⁶ como era comum à época.

O livro é dedicado à memória dos seus genitores, de quem esteve ausente durante 12 anos da sua vida, momento em que se encontrava no Brasil. A maior parte dos fatos relatados descreve sua segunda e terceira vinda a Pernambuco, no entanto, a narrativa se mescla às lembranças da primeira viagem, anterior a 1874. Todas as memórias são referentes à época monárquica, mas tendo a publicação do livro saído em 1901 e 1903, Donato Barrucco também discorre um pouco sobre a recém-formada República, mostrando suas percepções sobre o processo que pôs fim à soberania de Dom Pedro II.

A intenção do autor é salvar suas memórias de um período de tempo e de uma experiência de contato com populações e costumes diversos dos seus. Pretende também que o leitor possa formar um conceito detalhado do que era sair da Itália, com todas as implicações do transporte, e morar nos trópicos, onde a vida era tão diferente daquela da Península. Barrucco demonstra especial interesse em narrar essas experiências por saudosismo aos anos da sua juventude e por respeito e gratidão à terra que o acolheu. Ou seja, não se trata de uma produção indiferente, mas de um relato visceral sobre as situações vivenciadas.

Começarei a narração da minha segunda viagem e da minha permanência de cerca de seis anos no Brasil, tendo sido a primeira viagem de apenas quatro anos e a terceira somente de dois anos, e me proponho de salvar da espiral dos estranhos eventos da vida, algumas de minhas caras memórias. Escreverei assim de maneira informal, e embora eu me detenha de particular modo nesse período de tempo, todavia recordarei muitos fatos acontecidos durante a primeira viagem, pois da terceira falarei na última parte, para que a minha narração consiga ser o máximo possível completa, e quem ler possa formar um claro conceito daquelas distantes regiões e dos

⁴⁶ AVISOS sobre a chegada de passageiros no Porto do Recife. Desembarque de Donato Barrucco notificado pelo **Jornal do Recife**. 3 de jan. 1870, p. 2.

usos e dos costumes daqueles povos, a quem me liga um sentimento de gratidão de 12 anos de residência transcorridos ali, os mais lindos da minha juventude⁴⁷ (BARRUCCO, 1903, p. 1).

No dia 10 de novembro de 1874, Donato começa a enfrentar, pela segunda vez, a árdua tarefa de sair da Itália e atravessar o Atlântico. Vimos no capítulo anterior⁴⁸ que o trajeto feito pelos emigrantes era cercado por riscos, longas esperas e desprendia destes um razoável esforço no sentido de manterem-se vivos e saudáveis até a chegada. Donato embarca no porto de Nápoles a bordo do vapor *Messaggerie Marittime*⁴⁹ com destino a Marselha, na França, de onde planejava sair em outro vapor para Pernambuco. Esse deslocamento feito de Nápoles para Marselha era comum entre os emigrantes antes da década de 1890, pois o porto da cidade francesa, localizado no Mediterrâneo, dispunha de maior frota, onde era possível seguir para vários destinos na América. Donato afirma que pouco conseguia dormir durante a viagem a Marselha, pois sentia frio, cinetose (enjoo marítimo) e um fétido odor de alcatrão exalado através da destilação do combustível naval. Antes de chegar a Marselha, foi necessário parar no Porto de Santa Maria, em Córsega, devido às circunstâncias marítimas de alto risco para a embarcação naquela área.

Depois de nove dias de sua saída de Nápoles, Donato conta que chegou a Marselha, no dia 19 de novembro, mas dali não conseguiu qualquer navio que fizesse rota para Pernambuco, no entanto, foi informado que de Bordeaux (Bordéis), situada próximo ao Golfo da Biscaia, havia um vapor que partiria para Pernambuco no dia seguinte. Desse modo, seguiu para Bordeaux e para seu infortúnio, quando lá chegou, o navio já havia partido, tendo ele que esperar até 20 de dezembro, quando sairia o próximo vapor para Pernambuco. Nos primeiros dias em Bordeaux, Donato ficou sem hospedagem fixa, dormindo junto a pessoas desconhecidas e temendo pelos seus poucos pertences.

⁴⁷ *Incomincio la narrazione del mio secondo viaggio e della mia permanenza di circa sei anni nel Brasile, essendo stato il primo viaggio di appena quattro anni, ed il terzo di soli due anni, e mi propongo di salvare dal turbine delle strane vicende della vita, alcune mie care memorie. Scriverò così alla buona, e sebbene io m'intrattenga in particolar modo di questo periodo di tempo, tuttavia ricorderò molti fatti avvenuti durante il primo viaggio, chè del terzo parlerò nell'ultima parte, affinché la mia narrazione riesca il più che sia possibile completa, e chi legge possa formarsi un chiaro concetto di quelle lontane regioni e degli usi e dei costumi di quei popoli, a cui mi lega il sentimento di gratitudine di 12 anni di residenza trascorsi colà, i più belli della mia gioventù.*

⁴⁸ Vide Capítulo 1, tópico 1.2.

⁴⁹ Mensageiros Marítimos.

Donato informa ainda, que depois de alguns dias em Bordeaux encontrou um velho amigo que conheceu no Brasil durante sua primeira viagem: Giuseppe Trani, que dispunha de um pensionato na cidade e alojava italianos viajantes ou que trabalhavam nas cidades francesas próximas. Foi em companhia de Trani que ficou até o dia 20 de dezembro, quando finalmente embarcou no vapor *Gironda*,⁵⁰ que recebia passageiros e mercadorias e fazia rota para Portugal, Senegâmbia⁵¹ e Américas Meridionais.

A descrição da viagem até Pernambuco a bordo do *Gironda* revela nuances importantes do funcionamento da emigração, bem como das condições e dos perfis dos viajantes naquele determinado período. De acordo com as memórias do livro, a tripulação era heterogênea, mas as classes se misturavam, porque dividiam o mesmo refeitório, tendo ali convivência cotidiana. A terceira classe era formada por grupos distintos, reunidos pela identificação de nacionalidade: bascos, portugueses e italianos formavam os maiores ajuntamentos. A bordo do *Gironda* também viajavam os escravos de uma rica família brasileira, da qual Barrucco não obteve, ou não se interessou em obter, maiores informações. Conta ainda que no primeiro dia de jornada os passageiros cantavam e dançavam, estavam alegres, mas no dia seguinte já pesava sobre eles as náuseas do transporte oceânico. Nem as festividades natalinas comemoradas no navio abreviavam a sensação de enjoo.

E assim foi até se aproximarem de Fernando de Noronha. À medida que a embarcação se avizinhava do Brasil, passageiros e tripulantes ficavam mais contentes e elétricos, principalmente os brasileiros, ansiosos pela terra firme e pelo retorno à pátria.

O desembarque no porto do Recife ocorreu no dia 4 de janeiro de 1875.⁵² Aqui obtemos outro aspecto importante sobre a situação portuária da província na época referida. Donato narra que o vapor chegou durante a madrugada, mas que era necessário esperar a maré aumentar por questões de segurança.

Alessandro de Meneses Gomes, na tese **Das Docas de Comércio ao Cais Contínuo** (2016), estuda as tentativas de melhoramento do porto do Recife no período oitocentista. Aponta que o porto do Recife era um dos piores do Brasil para

⁵⁰ A *Gironda* é um departamento francês localizado no Sudoeste do país, na região da Aquitânia. Leva este nome em razão do estuário da *Gironda*, que nasce da confluência entre o rio Dordonha e o rio Garonda na foz de Ambès, próximo à cidade de Bordeaux.

⁵¹ Na época era província inglesa. Unia Senegal e Gâmbia. A separação foi realizada em 1965.

⁵² A divulgação da chegada do vapor e os nomes de alguns passageiros foi feita através da sessão REVISTA DIARIA. **Diário de Pernambuco**. Recife, 5 de jan. 1875, p. 2.

ancorar, carregar e descarregar mercadorias e pessoas. O melhoramento do porto era a problemática mais latente da província no século XIX, pois Recife precisava manter sua influência sobre as regiões vizinhas. Ao longo desse período, o discurso técnico dos engenheiros entrava em conflito por diversas vezes, adiando a resolução do problema. A decisão política sobre o porto só foi tomada no fim do Império, quando da reformulação do projeto de docas.

Essa questão nos faz refletir sobre o pouco aproveitamento da província de Pernambuco nos circuitos emigratórios, já que a obsolescência do porto diminuía as oportunidades de fluxo de estrangeiros para a região. A espera de Donato Barrucco em Bordeaux, que durou 30 dias, não é consequência desvinculada dos problemas portuários de Recife ou das estratégias político-econômicas das companhias de navegação europeias.

Contudo, não podemos afirmar que os problemas do porto durante o referido período tenham sido o maior empecilho às entradas de imigrantes nesta região, visto que as próprias políticas públicas de imigração no Brasil não encorajavam o acesso desses grupos às localidades do Norte. Ademais, os fatores de atração concentravam-se no Sul e Sudeste, onde havia maiores oportunidades de obtenção de terras e trabalho. De todo modo, a situação portuária recifense contribui para a análise de uma imigração italiana em Pernambuco observada a contrapelo da estrutura normatizada.

3.2 Pernambuco e os pernambucanos sob a perspectiva de Donato Barrucco

As características geográficas e populacionais de Pernambuco são apresentadas em detalhes para o leitor. Barrucco preza pela precisão nos seus dados sobre a província e escreve sobre a história de Pernambuco desde o início da colonização da capitania, passando pelo período holandês e pela reconquista. Explica as causas da miscigenação racial, evidenciando o processo que trouxe cativos da África ao Brasil e se posicionando sobre ele.

Sob a dominação portuguesa foram transportados da África grande número de negros através do comércio pouco civilizado e nada cristão da escravidão sob o pretexto da colonização. Disto originaram-se os tipos de todas as cores, ou seja com a fusão dos brancos europeus, dos vermelhos indígenas e dos negros africanos. A Província de Pernambuco era habitada pelos índios caetés, os

mais ferozes descendentes dos Tupi, foi fundada pelo português Duarte Coelho no ano de 1526, e ali sua primeira residência foi Igarassu. Caiu em poder dos holandeses no ano de 1630 e retornou a Portugal em 1654. O último Capitão geral a serviço de Portugal foi Luiz do Rego Barreto, e o primeiro Presidente da independência foi Francisco Pais Barreto, Marquês do Recife⁵³ (BARRUCCO, 1903, p. 31).

Barrucco continua seu relato identificando as características naturais – como solo, clima, vegetação – e urbanas da região.

A superfície é de 130 mil quilômetros quadrados, com uma população de um milhão de habitantes. O seu clima é muito quente e úmido, fica a 20 léguas próximo do mar, seu interior é seco e muito salubre. O solo na zona marítima é baixo e aluvial, muito fértil e coberto de florestas; para além desta área o solo é desigual e seco, próprio para o cultivo do algodão; mais além começa uma área que chamam de “Sertão”, terreno montanhoso, utilizado para a livre criação bovina. A indústria principal é a da cana de açúcar na zona baixa, e o algodão na zona mais elevada. A principal cidade desta Província é Pernambuco, situada na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe, à beira-mar, com uma população de 120 mil habitantes. Esta cidade é chamada também de Fernambuco, Paranambuco ou Recife⁵⁴ (BARRUCCO, 1903, p. 32).

Os aspectos urbanísticos e arquitetônicos de Recife e Olinda também ganham destaque nas memórias do padre italiano, detalhando as pontes e os edifícios que lhe chamam mais a atenção, como o arco de Santo Antônio, a Ponte 7 de Setembro, o prédio da Faculdade de Direito do Recife, o Liceu, o Palácio do Campo das Princesas, o Convento dos Capuchinhos, o Mercado Público e a Catedral da Sé. No entanto, chama a atenção para o estado de Olinda, que segundo

⁵³ *Nella dominazione portoghese furono trasportati dall’Africa gran numero di Negri col commercio poco civile e niente critiano della schiavitù, a scopo di colonizzazione. Da ciò ne seguirono i tipi di tutt’i colori, cioè colla fusione dei Bianchi europei, dei Rossi indigini e dei negri africani . La Província di Pernambuco abitata dagli’indii cahetès, i più feroci discendenti dei Tupy, fu fondata dal portoghese Duarte Coelho nel 1526, e la sua prima residenza fu in Igarassù. Cadde in potere degli Olandesi nel 1630 e ritornò al Portogallo nel 1654. L’ultimo Capitano general al servizio del Portogallo fu Luigi do Reo Barreto, ed il primo Presidente dell’indipendenza fu Francesco Paes Barretto, Marchese del Recife.*

⁵⁴ *La superficie è di 130 mila chilometri quadrati con una popolazione di un milione di abitanti. Il suo clima è assai caldo ed umido fino a 20 leghe vicino il mare. Il suolo nella zona marittima è basso ed alluvionale molto fertile e coperto di foreste; oltre questa zona è disuguale e secco, proprio per la coltivazione dell’arbusto del cotone; più oltre incomincia quel che chiamano “Sertão” terreno montuoso, adoperato per il libero allevamento des bestiame. L’industria principale è la canna da zucchero nella zona bassa, ed il cotone nella zona più elevata. Il capoluogo di questa Pronvincia è Pernambuco, situato nella confluenza dei fiumi Capibaribe e Beberibe alla riva del mare con una popolazione di 120 mila abitanti. Questa città detta anche Fernambuco, Paranambuco o Recife.*

ele, encontrava-se “quase abandonada, somente com um pouco mais de vida na temporada dos banhos”⁵⁵ (BARRUCCO, 1903, p. 34).

A valorização do conjunto arquitetônico do Recife é veiculada ao longo do século XIX, período em que a preocupação política com a imagem da cidade era sobressalente. “Essa visão está expressa em romances, crônicas, poesias, fotografias e quadros de vários artistas locais que divulgaram Recife como cidade moderna, mas que convivia em cada esquina com sua história e tradição”. (GUILLEN; GRILLO; FARIAS, 2010, p. 9). Encontramos nas falas de Barrucco esse viés de encantamento pelo que era moderno no Recife, a começar por seus apontamentos sobre o Mercado Público de São José, “[...] um elegante mercado coberto todo de ferro [...]”⁵⁶ (BARRUCCO, 1903, p. 33). Construído à semelhança dos mercados europeus, o Mercado de São José tornou-se, em 1875, o primeiro prédio em ferro do Brasil.

Para alguns historiadores, a construção do Mercado de São José significou um sintoma de uma transformação urbana que já estava em curso no século XIX. Naquele momento, um mercado público simbolizava a confirmação do status de uma grande cidade. No caso do São José, o estilo arquitetônico francês utilizado denotava a modernidade europeia que se tentava trazer para o Recife. Ele representaria o ideal de organização e padronização de um comércio que, antes, se encontrava disperso em forma de comércio ambulante, realizado por negros forros, escravos e trabalhadores livres. Com sua arquitetura, a obra embelezou e engrandeceu a capital da Província de Pernambuco (GUILLEN; GRILLO; FARIAS, 2010, p. 40).

Por esse motivo, o Mercado e outros melhoramentos urbanos do Recife não passaram despercebidos aos olhos de Donato, já que, uma parte das suas memórias estão voltadas para a divulgação do lugar onde viveu, funcionando também como uma espécie de catálogo ou folheto informativo dos pontos de interesse da cidade. Um estrangeiro italiano, imigrante ou visitante, de posse dessas anotações saberia se deslocar pela cidade, encontrar os pontos comerciais e os locais de lazer, facilitando sua estada no Recife. O nível descritivo do livro se avoluma na medida em que incorpora informações sobre os meios de transporte e as linhas disponíveis para se deslocar dentro da Província e dela para outras regiões

⁵⁵ *Quasi abbandonata, e solo con un po' di vita nella stagione dei bagni.*

⁵⁶ *Un elegante mercato coperto tutto di ferro.*

do Brasil. Ademais, explica o funcionamento do sistema monetário brasileiro, fazendo as permutas dos valores da moeda brasileira para a Lira italiana.

A capital da província não é a única localidade que recebe a atenção de Donato. As cidades de Paudalho, Limoeiro, Gravatá e Glória do Goitá são contempladas em seus escritos, sendo esta última o local onde passou maior parte de seu tempo no Brasil, exercendo suas funções eclesiásticas, a ela dedicando grande parte de suas memórias.

Quando chegou ao Recife, no dia 4 de janeiro de 1875, Donato se dirigiu ao albergue de um italiano chamado Giuseppe Cini e no dia seguinte foi acolhido pela Diocese de Olinda, lá permanecendo até o dia 15 de janeiro, enquanto aguardava o transporte para Glória e “La nomina”, uma nomeação necessária para praticar os ofícios de cunho eclesiástico, que era enviada a Tesouraria Provincial, e liberava em nome do beneficiado 500 mil-réis, que eram utilizados para despesas pessoais.

Para chegar a Glória era necessário ir até a estação da Boa Vista e esperar o transporte para a Caxangá, de onde se podia seguir a cavalo pelo caminho remanescente. A passagem por esta estrada é evidenciada na redação do eclesiástico, revelando a diversidade e a abundância da vegetação pernambucana.

Partimos às quatro e quinze, e pelas muitas paradas que faziam ao longo da estrada, às cinco e meia ainda estávamos na encantadora vila de Beberibe e às seis chegamos na Caixangá, atravessando os lugares mais lindos da província de Pernambuco, lugares de uma vegetação estupenda. De fato aqui (existem) enormes árvores de fruta-pão, de amplas folhas como aquelas dos nossos figos; aqui (existem) imensas árvores de Jaca, seus frutos pendem em sacos amarelos cheios de vagens docíssimas; aqui (existem) altas árvores de mamões, das quais se penduram frutos com o formato de melões, amarelos e alongados; aqui (existem) árvores enormes de mangaba, cujos frutos amarelos e grandes quando cortados exalam um odor estranho. Aqui (existem) palmeiras de coco que se levantam a alturas extraordinárias, suas palmas assemelham-se a um guarda-chuva e seus frutos estão pendurados. Aqui (existem) as palmeiras reais, com seus altíssimos troncos lisos. Aqui (existe) a grande castanha do Pará; e que direi das inumeráveis famílias de bananas, da chamada árvore-da-independência e suas folhas verdes e amarelas, e de outras tantas e tantas árvores e arbustos que seria impossível enumerar todas? Todas essas plantas são belas por causa da magnificência da vegetação, das grandes proporções dos troncos, da forma e largura das folhagens!⁵⁷ (BARRUCCO, 1903, p. 55).

⁵⁷ *Partimmo alle quattro ed un quarto, e per le molte fermate che vi sono lungo questa tranvia, alle cinque e mezza eravamo all'incantevole villaggio di Beberibe, ed alle sei eravamo a Caixangá, attraversando i luoghi più belli della provincia di Pernambuco, luoghi d'una vegetazione stupenda.*

A paisagem natural, as frutas, os doces de Pernambuco já foram objetos de diversos estudos sociológicos. Em **Açúcar** (1997), Gilberto Freyre comenta depoimentos de estrangeiros sobre as frutas e os doces experimentados na região nordestina durante o século XIX. Freyre chama a atenção para os registros que se faziam das frutas e de sua utilização pelas doceiras locais.⁵⁸ A relação dos homens com o ambiente também vem sendo explorada como campo historiográfico, pois, sob essa perspectiva, acredita-se que da interação do homem com a natureza é possível compreender aspectos de práticas culturais e sociais.

José Augusto Pádua explica o surgimento da história ambiental como ciência, definida pela investigação da inter-relação entre sistemas sociais e naturais ao longo do tempo. “De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural” (PÁDUA, 2010, p. 1). Desse modo, o desenvolvimento de reflexões sobre esse mundo virou “um componente básico da própria existência social” (PÁDUA, 2010, p. 1). As memórias de Barrucco fornecem sua visão sobre os elementos naturais da província no final do período oitocentista e, para além da descrição destes, narra o processo de deslocamento humano em áreas onde ainda não havia muitas intervenções infraestruturais de grande porte, oferecendo assim, detalhes de um cenário importante para a reflexão histórica da região contemplada no nosso trabalho.

O discurso em torno do mundo natural existente sobre os territórios brasileiros está presente no livro de Barrucco quando este expõe as circunstâncias que o delegaram a exercer suas funções na província pernambucana. Segundo nosso autor, ele teria sido designado inicialmente, em 1870, a praticar seus ofícios religiosos na Diocese do Pará, mas quando aportou em Recife foi aconselhado pelo

Difatti quivi gli enormi alberi del pane, dalle ampie foglie come quelle dei nostri fichi: quivi gl'immensi alberi di giaccas, dalle frutta pendenti in sacchi gialli pieni di vaghi dolcissimi; quivi gli alberi di mamao dai frutti pendenti a forma di meloni gialli da lunghi fili verdi: quivi gli alberi enormi di mangaba, i cui frutti gialli e grandi quanto cotogni spandono intorno un odore squisito. Quivi palmizi di cocco, che s'innalzano ad altezze straordinarie con le loro palme ad ombrello e le loro frutta pendenti, quivi le palmeiras reali dall'altissimo fusto liscio, quivi il gran castagno del Parà, e che dirò poi dell'innumerabile famiglia dei banani, dell'albero detto dell'indipendenza, dalle foglie verdi e gialle, e di cento e cento altri alberi ed arbusti che sarebbe impossibile enumerarli tutti? Tutte queste piante stupende per la lussuria della vegetazione, per le grandi proporzioni dei tronchi, per la forma ed ampiezza delle frondi!

⁵⁸ Vide FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: Global, 2007. p. 175-187.

Governador do Bispado em Pernambuco, João Crisóstomo de Paiva Torres,⁵⁹ a permanecer nesta província como coadjutor da paróquia de Glória do Goitá, pois a residência na região paraense não era aconselhável, “sendo situada abaixo da linha equatorial, pelo clima muito quente, não era adaptada para um europeu”⁶⁰ (BARRUCCO, 1903, p. 35).

A partir do conselho de João Crisóstomo e da influência deste nos assuntos da Igreja Católica no Brasil, Donato foi realocado do Pará para Pernambuco, sem nunca ter sido submetido à experiência de viver naquelas terras do atual Norte do país, devido à influência de um discurso climatológico sem qualquer respaldo científico (CUNHA; VECCHIA, 2007).

Donato Barrucco também não ficou indiferente aos conflitos sociopolíticos esboçados dentro da província pernambucana, muitos deles tendo a Igreja Católica como protagonista, e, por isso, permitindo um envolvimento maior do nosso autor com essas questões. O enfrentamento entre o Estado e a Igreja Católica em Pernambuco na década de 1870 é contemplado pelas memórias de Barrucco, onde não é difícil identificar seu posicionamento diante desses fatos, sendo ele funcionário da Igreja.

Os atores deste conflito começado em 1872 são, sobretudo, maçons, capuchinhos e jesuítas. Maria Verônica Secreto, em obra sobre a revolta dos quebra-quilos (1874-1876), narra o início da “questão religiosa”, que colocou em confronto Igreja e Império, atingindo seu ápice com as prisões dos Bispos de Recife e do Pará. O padre Ferdinand Azevedo, chefe da divisão de assuntos culturais da Universidade Católica de Pernambuco em 1978, escreve um artigo em que estuda as atividades do jornal **O Catholico** em Recife, que teve seu conteúdo e circulação ligados à conjuntura dos desentendimentos entre a Igreja e o Governo. Azevedo aponta alguns padres italianos que tiveram papéis importantes durante esse episódio, sofrendo as consequências da perseguição religiosa ocorrida em Pernambuco em face dos acontecimentos que levaram à recusa do sepultamento

⁵⁹ Nasceu no município de Martins, em 1825. Ordenou-se em Olinda em 1847. Coadjutor de freguesia do Martins em 1848. Em 1872, era Visitador. Cônego fundou o semanário “Santa Cruz” e traduziu do italiano “O Mês Doloroso”. Foi Vigário Capitular e Governador do Bispado de Pernambuco por nomeação do Bispo Don. Frei Vital Mário Gonçalves de Oliveira, quando na questão religiosa. Faleceu em Igarapu, Pernambuco, em 1874 (CASCUDO, 1955. p. 503-504, grifo do autor).

⁶⁰ [...] *essendo situata sooto l'Equatore, pel clima tropo caldo, non era adatta per um europeo.*

católico de José Inácio de Abreu e Lima⁶¹ no cemitério público do Recife. Segundo o autor, foi este o motivo que engatilhou a revolta contra a Igreja Católica.

Os periódicos da província acompanharam a contenda e foram acusados pelos religiosos de participar das ações contra a Igreja, formando a opinião do público leitor sob o financiamento da Maçonaria. Em 1872 Dom Vital emite uma circular, publicada pelo Diário de Pernambuco, em que faz duras críticas à imprensa e à Maçonaria.⁶²

Donato narra os acontecimentos dessa época sob o seu ponto de vista, afirmando que Frei Dom Vital, como comandante do bispado, mandou interditar a Igreja da Soledade, frequentada por uma grande comunidade maçônica, quando da construção de uma varanda acima dos jardins do Educandário de Santa Dorotea, propriedade de freiras italianas. O ato de Vital foi contestado pela Coroa, que não autorizou tal interdição e disse ainda ser “contrário à constituição, não podendo a autoridade eclesiástica comprometer os interesses materiais dos cidadãos”⁶³ (BARRUCCO, 1903, p. 37).

Sobre esse assunto Donato mostrou-se particularmente interessado em retratá-lo como algo estranho aos procedimentos do Governo italiano para com a Igreja, próprio de países americanos:

É preciso notar que na América as mais estranhas coisas têm razão para existir. Na natureza daqui existem árvores, que em vez de levar os seus frutos nos ramos, os levam nos troncos e nas raízes; tem árvores que se cobrem de flores embora tudo seja árido e seco; insetos semelhantes a galhos secos, serpentes que parecem de vidro. Que direi da gente? Aqui se começam as casas pelos tetos ao invés de começar pela fundação; o cavalo é montado pela parte de trás, aquele que guia o carro vai à frente dos bois; quem precisa entrar em uma casa não bate à porta, mas nas palmas das próprias

⁶¹ Antes de sua morte, em abril de 1874, Abreu e Lima publicou um texto em 1867 condenado pela Igreja Católica no ano seguinte, em que fazia duras críticas a esta Instituição.

⁶² Parece que, de certo tempo a esta parte, abriram-se as portas dos abysmos para dar livre circulação a uma alluvião de erros e heresias que, fazendo erupção em varios pontos do Brasil, ameaça invadi-lo em toda a sua extensão. A todos vós é bem patente e conhecido, irmão muito amados, que em algumas provincias do imperio tem surgido (do intimo d'alma o deploramos) uma imprensa inteiramente impia, assalariada pela *seita tenebrosa*, já tantas vezes fulminada pelo vigario de Jesus Christo, mestre e doutor infallivel na doutrina, por quem *o filho de Deus orou*, para que jámais fallecesse a sua fê. Essa imprensa sacrilega e heretica não cansa de mover guerra sem treguas á bella e santa religião que nos legaram os nossos antepassados, unica e verdadeira, pregando principios heterodoxos, assoalhando doutrinas erroneas e adulterando horrorosamente o ensino puro e salutar da igreja catholica, cujo esplendor tenta com furor insano embaciar. CIRCULAR, Governo do Bispado. **Diário de Pernambuco**. Recife, 23 de nov. 1872, p.1.

⁶³ “*Contrarie alla costituzione, non potendo l'autorità ecclesiastica compromettere gl'interessi materiali dei cittadini*”.

mãos, etc, etc. Portanto não é de se admirar que em certas instituições desses países se passam as mesmas esquisitices encontradas na natureza e nos costumes⁶⁴ (BARRUCCO, 1903, p. 36).

Percebe-se, ao longo do texto, que Barrucco, sendo ultramontanista,⁶⁵ discorda e estranha a interferência do Estado nas resoluções da Igreja, no entanto, mostra apreço por Dom Pedro II e pela Monarquia, afirmando que com a Proclamação da República os ideais da maçonaria haviam saído vitoriosos. Descreve Deodoro da Fonseca como um aproveitador, ingrato e golpista, que traiu a Monarquia em benefício dos seus próprios interesses (BARRUCCO, 1903). O motivo de sua admiração pelo imperador é reflexo das leis abolicionistas, que ele atribui à benevolência de Dom Pedro II, e da antipatia pelo processo que derrubou o Império e expulsou a família real do Brasil.

A vida e os habitantes de Glória do Goitá e das regiões vizinhas são retratadas pelo nosso autor em três diferentes seguimentos. O primeiro deles interpreta os problemas sociais das cidades interioranas: a carência de recursos infraestruturais, a pobreza extrema e a dependência quase que total da produção açucareira. O segundo seguimento caracteriza as dinâmicas religiosas nessas cidades. E, por fim, é feita a descrição das personalidades mais próximas ao eclesiástico, entre brasileiros e italianos.

Nosso autor procura evidenciar o sistema de servidão a que os negros eram submetidos nessas áreas, mostrando-se contrário à existência de tal aparelho, já que muitos desses cativos tinham se convertido ao catolicismo e, sendo cristãos, sua escravização era julgada pelo pároco como uma afronta aos princípios bíblicos. Donato também denuncia a cotidiana ocorrência de maus tratos e o desrespeito às leis imperiais pelos proprietários de Engenho. A exemplo disso, narra alguns fatos presenciados por ele no Engenho Tabocas, propriedade de Francisco de Mello, onde os escravos eram tratados com brutalidade extrema. Descreve o senhor

⁶⁴ *Bisogna notare che in America le più strane cose hanno ragione di esistire. Nella natura vi sono alberi, che invece di portare i frutti sui rami, li portano sui tronchi e sulle radici; vi sono alberi che si ricoprono di fiori mentre tutto è arido e secco; insetti che semigliano a ceppi secchi, serpi che ti sembrano di vetro. Che dirò della gente? Quivi si cominciano le case dal teto invece della fundamenta, si monta a cavallo das di dietro dell'animale, conlui che guida il carro va avanti ai bovi; che devi entrare in una casa non batte alla porta ma nelle palme delle proprie mani, ecc. ecc. Non v'è da meravigliare dunque se in certe istituzioni di questi paesi si scorge la stessa bizzarria della natura e degli usi.*

⁶⁵ O ultramontanismo é a doutrina que preserva a tradição da Igreja Católica Italiana, ancorada na tese da infalibilidade do Papa e na centralização das decisões.

Francisco de Mello como um bom pai de família, “católico a seu modo”,⁶⁶ mas totalmente irracional e tosco no trato com seus escravos.

O eclesiástico, levando em consideração os questionamentos que seus leitores poderiam fazer diante das ocorrências relatadas, explica as razões dessa submissão e das poucas tentativas de fuga, afirmando que era quase impossível escapar a esse jugo por três motivos principais: 1- o escravo era reconhecido facilmente pela sua aparência, e qualquer um que o visse passar por um Engenho ou cidade avisava de sua fuga; 2- os perigos de atravessar a densa vegetação florestal; e 3- a ação dos capitães do mato, cuja tarefa principal era capturar os escravos fugitivos. Donato parece realmente se compadecer das circunstâncias descritas por ele, mas se encontra em uma condição de impasse, pois se relacionava bem tanto com os senhores de Engenho quanto com os cativos mantidos por eles. Além disso, muitos párocos da região eram proprietários de escravos, sob o pretexto de necessitarem de seus serviços nas obras da Igreja, no entanto, Barrucco comenta, numa clara crítica a esses eclesiásticos, que os escravos se ocupavam mais da agricultura do que do ministério religioso.

Donato informa que Glória do Goitá não era uma cidade de grandes dimensões, mas era muito populosa, contando com aproximadamente 16 mil habitantes. Durante os 5 anos que passou em Glória, por ocasião da segunda viagem ao Brasil, de 1875 a 1880, o padre teve acesso e alimentou rotineiramente os livros paroquiais, que detinham o registro da população. A prática era adotada em todo território brasileiro antes da Proclamação da República, quando foram instituídos os livros civis. Maria Luiza Marcílio explica a importância dos registros paroquiais:

[...] todos os que aqui nascessem, morressem ou se casassem, deveriam passar pelo registro da Paróquia que, revestia-se, pois, e ao mesmo tempo, de um caráter religioso, com força de um ato civil de cada indivíduo. O estatuto do Padroado Régio no Brasil até pelo menos a Constituição Republicana, de 1891 (quando foram separados o Estado e a Igreja) deu aos Registros Paroquiais uma cobertura praticamente universal da população brasileira (excluídos apenas os protestantes que surgem principalmente no Segundo Reinado, os índios e africanos pagãos, ainda não batizados) (MARCÍLIO, 2004, p. 4).

⁶⁶ “*Era catholico a modo suo*”.

Dessa forma, entendemos que os conhecimentos amplos de Donato Barrucco sobre a quantidade e as características da população de Glória – e das regiões vizinhas onde também realizou trabalhos como pároco – foram condicionados pelo caráter do seu ofício, mas também pelo interesse pessoal em coletar essas informações e divulgá-las no seu livro de memórias.

O rol de relacionamentos do nosso autor se entendia para além da cidade de Glória do Goitá e do povo pernambucano. Na província conheceu muitos conterrâneos, tendo se tornado íntimo de Innocenzo Smoltz,⁶⁷ pianista piemontês famoso na cidade do Recife, e de Luiz Milone, diretor da companhia de teatro italiana Milone & Storni. Nas suas memórias registra que conheceu muitos italianos que faleceram por decorrência do surto de febre amarela no Recife durante a década de 1870.

Em 1875, os periódicos da província divulgavam assiduamente informações sobre a febre amarela, seus efeitos e tratamentos. O Instituto Médico de Pernambuco preocupou-se em veicular uma nota em que fazia indicações de medicamentos para o tratamento da doença.⁶⁸ A febre amarela deixou Donato particularmente apreensivo, pois considerava que os italianos eram predispostos a contrair a doença rápida e facilmente.

Nos dias em que me abstive em Pernambuco assolava-se terrivelmente a febre amarela e com tal veemência que eu não via a hora de ir à Glória, lugar mais elevado e menos sujeito a esta febre fatal, tão amiga dos europeus, e de modo especial dos italianos⁶⁹ (BARRUCCO, 1903, p. 52).

O eclesiástico escreveu ainda que nos portos de cidades francesas todos os passageiros dos navios que viessem do Brasil eram obrigados a pagar uma tarifa de 9 francos por dia sob a acusação de que estariam doentes – com a febre amarela –

⁶⁷ O italiano Smoltz era constantemente citado no Jornal do Recife entre os anos de 1870-1889, pois fazia apresentações como pianista no Teatro Santa Isabel e era esporadicamente convidado para reger orquestras nos festejos realizados em Recife.

⁶⁸ “Lança-se geralmente mão no primeiro periodo da febre amarella dos antiphlogisticos indirectos como sudorificos, os vomitivos, os purgativos e os refrigerantes: tem sido tambem empregado por alguns o sulfato de quinino, e outros teem recorrido á hydrotherapia. [...]” trecho das CONSIDERAÇÕES apresentadas pelo médico João da Silva Ramos do Instituto Médico de Pernambuco acerca da febre amarela divulgada pelo **Jornal do Recife**. Recife, 23 de jul. 1875, p. 2.

⁶⁹ *Nei giorni che mi trattenni in Pernambuco infieri terribilmente la febbre gialla e con tale veemenza che io non vedeva l'ora di andarmene alla Gloria, luogo più elevato e meno soggetto a questa fatale febbre, tanto amica degli europei, ed in modo speciale degli italiani.*

e esse valor seria utilizado para pagar as despesas de saúde que, porventura, viessem a ser realizadas no país.

Donato Barrucco saiu de Napoli, onde era professor do colégio Vittorio Emanuele II, deixou sua família, percorreu a dura jornada através do Atlântico e fixou residência em Pernambuco, tornando-se coadjutor da Cúria e vice-diretor do Ginásio Provincial de Glória do Goitá; foi o primeiro vigário da Paróquia de Santa Ana em Vicência e realizou trabalhos de tradução junto à Inspeção Geral da Instrução Pública em Pernambuco. Correia (2007, p. 150) descreve Barrucco como um “intelectual, que se prestou a descrever o cotidiano vivido em terras brasileiras com minúcias de cientista, que não deixa de ter seu valor histórico e antropológico, o que vem a ser também uma marca do tempo”.

O pároco italiano fez parte do convívio social da província, transitando entre as camadas mais pobres e subjugadas e a classe senhorial e intelectual da região. A intensidade de sua experiência é revelada pelo seu intento de naturalização em 1882,⁷⁰ mesmo sabendo que, pelo exercício religioso, era possível sua designação para outro país ou seu regresso à Itália, que de fato ocorreu no ano seguinte, quando deixou o Brasil definitivamente.

O livro com as memórias de Barrucco é significativo para a análise da presença italiana em Pernambuco, região pouco óbvia na recepção de contingentes imigratórios. Apesar de ter recebido a incumbência do deslocamento, sem tê-lo feito de maneira espontânea, não podemos minimizar o que foi por ele vivido, nem o conteúdo de sua produção. Seus registros, somados às suas considerações pessoais, ajudaram-nos a refletir momentos importantes da história de Pernambuco.

3.3 O caso Simone Croff: a terra em Pernambuco e as dificuldades para conseguí-la

Peter Eisenberg, em **Modernização sem Mudança** (1977), disserta a respeito da crise socioeconômica enfrentada pelo setor rural pernambucano, que tinha no açúcar a base da sua riqueza. O autor sustenta a tese de que a modernização da produção, acompanhada dos progressos tecnológicos na zona

⁷⁰ REVISTA DIARIA. “Cartas de naturalização – Pela Secretaria da Presidencia foram remetidas á tesouraria da Fazenda, para os fins convenientes, as cartas imperiais de naturalização de Sally Wolf, conego D. Barrucco e Albino Leite Faria”. **Diario de Pernambuco**. Recife, 1 de mar. 1882, p. 3.

canaveira, não foram suficientes para modificar as estruturas sociais e econômicas de Pernambuco. O latifúndio açucareiro continuou a ser o alicerce da economia.

A estrutura latifundiária tornava quase impossível a compra de terras na província, mesmo as devolutas, pois, na maioria das vezes, encontravam-se dentro de terrenos particulares (EISENBERG, 1977). Essa situação inibia a entrada de estrangeiros agricultores em Pernambuco, pois, além da dificuldade na compra de terras, como mão de obra, teriam que disputar os espaços na produção do açúcar com os trabalhadores livres, abundantes na região (EISENBERG, 1977).

Diante desse contexto, apresentaremos a seguir, o caso de Simone Croff, que já revelaria aspectos interessantes apenas por se caracterizar enquanto imigrante italiano em Pernambuco, cuja formação agrícola e o enfrentamento de uma verdadeira saga na tentativa de obter terras na província tornam o seu episódio ainda mais curioso e, por que não, ousado.

A partir da análise da documentação disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE,⁷¹ particularmente no registro de “Petições: Imigração e Colonização”, é possível verificar parte das ações e anseios de Simone Croff (imigrante toscano) em terras pernambucanas, bem como, observar traços característicos da política de imigração fomentada pelo Governo Imperial e perceber suas particularidades em relação ao Nordeste.

Em janeiro de 1883, Simone Croff, cidadão italiano, requer ao Ministério de Agricultura uma porção de terreno na província de Pernambuco para proceder ao cultivo de *Cinchona calisaya*, planta medicinal peruana conhecida popularmente como quina-amarela, usada no tratamento contra a malária. O documento observado sugere que a vinda de Simone Croff para Pernambuco foi intencional e planejada. Croff se mostra resolutivo quanto ao êxito da cultura de quina-amarela na região pernambucana, informando que existiam condições climáticas semelhantes ao Peru, grande produtor da *Cinchona*. O italiano confirma ainda que tem a intenção de trazer outros colonos para trabalhar consigo, dessa forma, necessitando que o Governo Imperial demarcasse suas terras, assim como fez com os colonos que optaram por firmar-se no Sul e Sudeste do país.

É interessante notar que as pessoas e os grupos que compõem os fluxos migratórios atuam em suas trajetórias como “articuladores e multiplicadores da

⁷¹ Anexo, localizado na Rua Imperial, 1069, São José. Fundo: Secretaria da Justiça. PETIÇÕES. Imigração e Colonização. Fls 65 a 70.

mobilidade” (DURAND; LUSI, 2015, p. 44-45), tornando mais complexo o fenômeno das migrações internacionais. Vimos que as “cartas de chamadas” operavam nesse sentido e, no Nordeste, foram significativas para o aumento das entradas de imigrantes.

Podemos perceber que os conhecimentos de Croff sobre a geografia pernambucana estão parcialmente equivocados, no que tange à comparação que faz do nosso clima com o das regiões peruanas. A quinoa, também cultivada na região dos Andes, desde os tempos pré-colombianos, não conseguiu ser produzida no Brasil até pouco tempo. Para se ter uma ideia:

No Brasil, somente em novembro de 1998 que pesquisadores da Embrapa conseguiram adaptá-la ao cerrado. A tarefa não foi fácil, já que na região andina a planta crescia em altitudes elevadas (a partir de 2000 metros), com baixo índice pluviométrico, atmosfera fria e rarefeita, sol forte, temperatura subcongelante. Foram necessárias várias experiências até que os pesquisadores conseguissem adaptar a planta ao cerrado brasileiro, abrindo, assim, os caminhos para uma possível utilização desse pseudo-cereal em escala comercial (Jornal da Unicamp, fev. 2000, p. 4).

No entanto, diferentemente da quinoa, a quina-amarela, apesar de crescer naturalmente no Peru e na Bolívia, pode ser cultivada em outros ambientes. Segundo Nilcéia Victorino e Magda Souza (2011, p. 156), era possível que a planta já existisse no Brasil desde o século XVII, pois o “país margeava regiões onde os espanhóis a colhiam”. As autoras também afirmam que a *Cinchona* despertou o interesse oficial, quando Correia da Serra⁷² enviou suas sementes para Londres. É preciso acrescentar que durante muito tempo a *Cinchona* era a única forma conhecida de tratamento para a malária, daí vinha sua importância para as potências comerciais da época (Inglaterra e Holanda).

Ainda sobre o cultivo e utilização da quina-amarela trazemos o estudo de Carmem Pacheco (2004) sobre a agricultura nas colônias africanas portuguesas nos séculos XIX e XX. A autora propõe a análise do pensamento de António Lobo Almada Negreiros sobre a economia colonial de São Tomé e Príncipe, onde Almada descreve a história da introdução e adaptação das *Cinchonas*. Portugal se interessou pela expansão desta cultura, chegando a financiar estudos botânicos na

⁷² O Abade português Francisco Correia da Serra (1750-1823), além da vocação religiosa exerceu atividades científicas nas áreas da Botânica, da Geologia e da Paleontologia.

região através dos institutos científicos portugueses. As propriedades do solo de São Tomé foram investigadas com o intuito de intensificar o desenvolvimento dos cultivos.

[...] o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que já tinha sido o executor das ordens oficiais, agiu directamente em 1867 experimentando a quinquina vermelha (*Cinchona succiruba*), a quinquina amarela (*Cinchona Calisaya*) e a quinquina do Ceilão (*Cinchona Officinale*). Em 1875, não havia mais do que 31 pés de quinquinas plantadas, mas em 1883 já existiam 300.000 pés de quinquinas em pleno crescimento e 500.000 no ano seguinte. O Governo de Lisboa decidiu intervir no desenvolvimento desta cultura ainda mais activamente, convidando os Cônsules portugueses de Bombaim e Valparaíso a formarem funcionários coloniais de S. Tomé acerca dos cuidados e aproveitamento destas plantas, o que viria a resultar no incremento mais qualificado desta cultura nos anos seguintes, recenseando-se em 1887 mais de 1.600.000 árvores e em 1891 mais 2.500.000 árvores de quinquina, firmando um movimento de produção e comercialização (PACHECO, 2004, p. 96).

Percebe-se, assim, que o cultivo da quina-amarela abriu possibilidades de comércio para os Estados que investiram na sua produção. Dessa forma, é possível que o Império brasileiro tenha perdido uma oportunidade de ingressar nesse novo seguimento econômico através de Simone Croff, que, como veremos a seguir, não conseguiu dar continuidade aos seus planos em Pernambuco, regressando a Itália tempos depois.

Em outubro de 1883, Croff voltava a recorrer ao Governo para que a situação de demarcação de suas terras fosse resolvida, visto que seu planejamento para essas áreas demandava tempo e mão de obra, parte dela especializada, que viria da Itália. Ele também reafirma o interesse pelas terras em Pernambuco, anexando aos autos documentos que comprovavam seu conhecimento de agricultura, dizendo ainda que durante sua permanência na província pernambucana, enquanto esperava a conclusão de sua petição por parte das autoridades imperiais, buscou informações sobre o cultivo da quina-amarela e de outras culturas nesta região. Fazia também um apelo ao chefe de Estado para que observasse as características da planta e entendesse o seu potencial.

Simone Croff, cidadão Italiano ultimamente chegado a esta cidade pelo paquete allemão "Berlim"; tendo vindo a este vasto Imperio com o propósito firme d' applicar-se a coltura da Quina Calisaya de que tanto carecem os mercados Europeus; e por que tenha observado

pelo conhecimento que tem d' agricultura, como prova com os documentos juntos de nº 1 a nº 9 que sera principalmente na Provincia de Pernambuco que essa coltura poderá dar resultados satisfatórios. O supplicante confiado que o Governo de Vossa Magestade Imperial invidarão todos os seus exforços por conseguir que essa planta medicinal consiga competir com vantagem com as Republicas visinhas d'andes é originaria (Perú) sendo cuidadora e scientificamente aclimatada n'este Imperio. [...] O supplicante não é d'esses colonos que vem ao paiz somente a finda dos favores do governo; tanto que já tem feito não pequenas despesas em estudar quasi todas as agriculturas d'esta Provincia tendo visitado e apreciado por si a plantação da Quina feita pelo agricultur Henrique Diaz, residente em Barreiras (Theresopolis) e que merecem o premio de 10:000\$000 rs pela sua plantação de Quinas e que a seu ver ainda é muito deficiente, muito embora digna de toda a animação (APEJE, Petições: Imigração e Colonização, folhas 65 a 70. Recife, 25 de out. de 1883, p. 4).

Este fragmento também revela um pouco das impressões de Croff sobre a imigração e seus conterrâneos no Brasil. Ele parece pensar que seu comportamento enquanto imigrante destoava dos outros que vieram ao país apenas esperando favores da Coroa, sem planos e sem entendimento das terras. Apesar das dificuldades enfrentadas por Croff em Pernambuco, não é admissível pensar que em outras partes do Brasil a condição do imigrante italiano era fácil e tranquila. Helga Piccolo (1996) afirma que muitos italianos chegaram ao Rio Grande do Sul durante o movimento abolicionista, onde ainda era necessário organizar o mercado de trabalho livre. Piccolo (1996, p. 310-311) explica que “se os italianos não foram submetidos a trabalhos forçados e a castigos corporais, psicológica e fisicamente para muitos foi impossível uma sobrevivência compatível com a condição de seres humanos.” Desse modo, entendemos que os problemas enfrentados de Norte a Sul do país foram diferentes, mas penosos para ambas as partes.

Outra informação importante revelada pela documentação do pedido de Croff diz respeito ao agricultor Henrique Dias e seu pioneirismo na plantação da quina na província pernambucana. Existem indicações de que o citado agricultor era o índio Antônio Henrique Dias e sua plantação era desenvolvida nas áreas do extinto Aldeamento de Barreiros e Riacho do Mato. Essa informação é respaldada pelo interesse de Croff na compra de terras na referida localidade, podendo ser percebida através da seguinte notificação:

5ª Sessão – Secretaria da presidencia de Pernambuco, em 4 de abril de 1884. Por esta secretaria se faz publico, de ordem de S. Exc. O

Sr. Desembargador presidente da provincia, para conhecimento dos Srs. Antonio Molini de Salazar e Simone Croff, que se acham na mesma secretaria para lhes serem entregues, os requerimentos que dirigram ao governo imperial, solicitando a venda de terras publicas no extinto aldeamento do Riacho do Matto, e os documentos que os acompanharam. Assignado João Augusto de Albuquerque Maranhão (EDITAL. **Jornal do Recife**. 6 de abr. 1884, p. 3).

Edson Silva (2016) narra as mobilizações indígenas ocorridas na região da Mata Sul pernambucana, especificando o caso do Aldeamento de Barreiros e Riacho do Mato. Explica que o local foi foco de disputas entre índios e produtores rurais, senhores de engenho e, posteriormente, usineiros. Apesar da resistência indígena naquela área, em 1873 o presidente da província de Pernambuco resolveu pela extinção dos Aldeamentos citados, mandando demarcar os lotes dos índios e colocar à disposição do Estado o restante das terras para que pudessem ser vendidas em leilão público. Afirma, ainda, que Henrique Dias, por meio de um abaixo-assinado, denunciava a demarcação ambiciosa de outros concorrentes às terras em Riacho do Mato. É provável que, posteriormente, o italiano Simone Croff tenha procurado meios de adquirir terrenos naquela localidade.

Na juntada de documentos da Petição de Croff, verifica-se um informe do governo da província de Pernambuco que avisa já ter levado ao conhecimento da Coroa as demandas do suplicante. De fato, o governo imperial publica despachos do Ministério da Agricultura, onde está incluída a Petição de Simone Croff, cujo conteúdo reivindica que ele mesmo aponte as terras que deseja, para que a administração de Terras Públicas e Colonização julgue se é possível atendê-lo.⁷³

Depois deste despacho, o italiano anexa novo requerimento detalhando as condições das terras que desejava ao pedido inicial, neste solicitando apenas as dimensões – 120 hectares – das terras, sem maiores caracterizações do espaço pretendido.⁷⁴ Croff julgava não haver necessidade de indicar qual o espaço específico desejado por dois motivos: 1) Sendo estrangeiro, não sabia exatamente

⁷³ “Simone Croff, pedindo a concessão de terras na provincia de Pernambuco para a cultura de *quina calissaya*, além de outros favores. Indique quaes as terras que pretende e com que condições, afim de que a administração, se julgar attendivel o pedido, possa solicitar do poder legislativo as medidas que deste dependem.” Actos Officiaes. **Revista de Engenharia**. Rio de Janeiro, 1883, p. 34.

⁷⁴ “O supplicante pretende 120 hectares de terras já demarcadas que sejam terras nos planos, quer montanhas, visinhos a uma estrada de ferro ou de rodagem ou Rio navegável que communique com o litoral; tudo na citada Provincia de Pernambuco, com as mesmas condições que o governo concede a um colono qualquer que aporta a este Imperio na qualidade de colono em cuja qualidade se apresenta tão bem o supplicante, requerendo apenas terras na dita Provincia por estar essas no mesmo grão de latitude da Republica do Perú, offeresendo por estas vantagens essenciaes para citadas colturas”. Petições: Imigração e Colonização, Folhas 65 a 70. Recife, 23 de jan. 1883, p. 7.

quais e onde ficavam as terras devolutas ou demarcadas para colonização. Acreditava que o próprio Governo disporia de um órgão especializado, que conhecesse e concedesse as terras, como era feito no Sul; 2) Não se considerava na posição de impor ou fazer grandes exigências sobre terras que não conhecia bem. Sendo assim, ele escreve mais uma vez ao Governo, explicando sua situação, reforçando a necessidade de deferimento do seu pedido e ansiando pelas devidas providências legais.

Este pedido parece ao supplicante muito attendivel [...]visto que o supplicante não pede favor algum que nem de ser e acarrete despesas para o Estado, pelo contrario o supplicante está pronto a pagar as terras que lhe forem concedidas nas mesmas e idênticas condições a que estão sujeitas os colonos das colônias deste Imperio; isto é: de 2 a 8 riais terras demarcadas e de ½ a 1 ½ rial terras devolutas. [...]Se o supplicante não fosse estrangeiro há tão pouco tempo chegado aqui e se aqui hovessem cartas geograficas da Provincia de Pernambuco que indicassem quaes as terras demarcadas e devolutas do Estado, esse indicaria precisamente o lugar onde as pretendia; mas na carensia absoluta de dados em que se funda e nas crenças em que estão que o Governo de Vossa Magestade Imperial os conhece melhor de que ninguem, deixou e deixa de fase-lo, sujeitando-se por isso a sabia decisão do Governo Imperial, de quem não tem motivos para esperar senão o bem, o justo e equitativa que sempre transluz nos espeditos despachos do Governo de Vossa Magestade Imperial a quem só pede e espera benigno deferimento. E Receberá Mercê (PETIÇÃO de Simone Croff. Secretaria da Justiça. PETIÇÕES. Imigração e Colonização, p. 8).

A 5 de novembro de 1883 o Governo ainda não havia tomado uma decisão quanto ao pedido de Croff. Levando em consideração a morosidade dos procedimentos burocráticos do período imperial, ainda é questionável essa lentidão no processo de Simone Croff, já que os procedimentos pareciam ser mais ágeis quando a mesma questão passava-se no Sul do país.⁷⁵ Desse modo, Croff acusa e reivindica:

⁷⁵ Para que esta afirmação não pareça leviana ou oportunista, trazemos aqui a descrição de uma outra petição, feita no mesmo ano daquela de Simone Croff e publicada juntamente com o seu despacho na idêntica Revista de Engenharia. A mencionada petição é encabeçada por D. Maria Carolina dos Santos Pinto, onde a referida pede que o governo lhe devolva os títulos das terras que outrora o seu falecido marido havia disponibilizado para colonização, na província do Rio Grande do Sul. A Administração indefere seu requerimento e manda expedir comunicado ao presidente da província mandando-o passar à suplicante apenas os títulos das propriedades que não haviam sido retidas para a colonização e “reservando para o Estado os demais terrenos, livres de todo compromisso e sem direito a qualquer indemnização. Procedimento este que deve guardar para com todos os outros possuidores de terras em idênticas circunstancias, devendo para este fim mandar examinar o estado de todas as concessões feitas pelo governo imperial naquella provincia, com toda

Considero o Governo de Vossa Magestade Imperial ao supplicante como um meio colono igual aos 1250 que vierão no mesmo vapor “Berlim” com o supplicante e que já forão distribuídos e internados pelas colonias do Imperio, de acordo com os pedidos e declarações que os mesmos fizerão tendo corrido as despesas de sustento, transporte desde o dia que elles aqui chegarão por conta do Governo Imperial, defferindo somente o supplicante dos demais seus collegas colonos; em não ter o Governo Imperial gasto com esses até hoje em sutil, e não ter aceito terras nas colonias das Províncias do Sul por se dedicar a coltura que só terá bom êxito nas do Norte, especialmente na de Pernambuco (PETIÇÃO de Simone Croff. Secretaria da Justiça. PETIÇÕES. Imigração e Colonização, p. 3).

O fragmento supracitado, de cunho pessoal, informa que as reivindicações e garantias as quais Simone Croff tinha direito não foram atendidas em prazo justo, já que os mesmos colonos com ele chegados, pelo fato de se instalarem no Sul do país, já haviam gozado dos benefícios referentes às políticas de imigração imperiais, tais como: custos com deslocamento e consignação de terras para colonização.

Após esse episódio, o nome de Simone Croff é citado esporadicamente nos meses iniciais do ano de 1884. Nota-se que, durante o referido ano, ele oferece seus serviços como horticultor e agricultor a particulares através de anúncios no Jornal do Recife:

Um estrangeiro, com grande pratica em Pariz e outras cidade da Europa, offerece os seus serviços aqui ou em qualquer outro lugar, assim como preparar plantas e desenhos para jardins, chalets, kiosques, etc. Falla francez, allemão, italiano e portuguez e tem pratica para dirigir engenho ou fazenda. Pode dar fiador a sua conducta. Cartas dirigidas a Simone Croff, caixa do correio n, 48, Recife (Horticultor e Agricultor. **Jornal do Recife**. 23 de mar. de 1884, p. 3).

O anúncio continuou sendo veiculado pelo Jornal do Recife ao longo do mês de abril. A partir dele infere-se que Simone Croff era um indivíduo instruído e procurou outros meios para trabalhar, dentro de sua área de conhecimento. Verifica-

a urgencia”. Actos Officiaes. **Revista de Engenharia**. Rio de Janeiro, 1883, p. 34. Diante deste caso, podemos visualizar a forma objetiva com que o Estado se movimentou para solucionar a situação dos colonos no Sul, que ficariam sem as terras se o pedido de Maria Carolina dos Santos Pinto fosse deferido. Mais que isso, o documento mostra também a iniciativa rápida do Governo em solucionar a questão e as providências que ele exige que sejam tomadas na província do Rio Grande do Sul para salvaguardar as terras destinadas à colonização estrangeira.

-se também que ele já não mostrava interesse de permanecer em Pernambuco, estava disposto a ir aonde houvesse qualquer oportunidade de exercer seus ofícios.

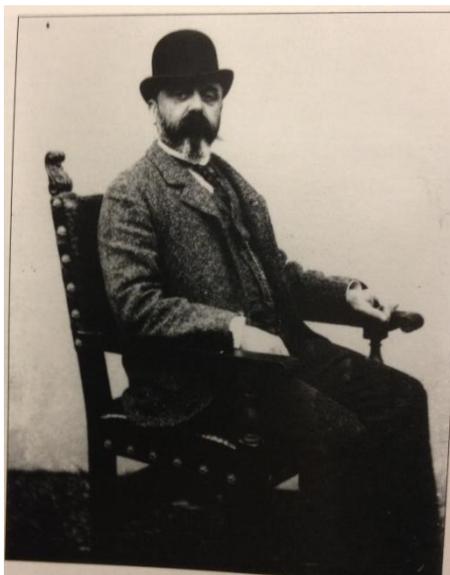
Nossa pesquisa não encontrou qualquer registro sobre Simone Croff em Pernambuco após 1884, mas verificou a existência de um documento datado de 1903. Trata-se de um recibo de venda de gado da propriedade de Sassolo, localizada em San Miniato, na Toscana. Este documento contém a assinatura e o carimbo de Simone Croff, na época, titular da propriedade. Assim, confirmamos o regresso de Croff à Itália e o insucesso de sua empreitada em Pernambuco.

Fig. Nº. 04:



Fonte: Recibo de venda de gado assinado por Simone Croff em 1903. Acervo Pessoal de Cristina Bernardini.

Fig. Nº. 05:



Fonte: Simone Croff, no final do ano de 1923, quando era proprietário da Fazenda de Sassolo. Acervo Pessoal de Cristina Bernardini.

Como podemos perceber, apesar do direcionamento das políticas públicas à atração de colonos ao Sul do país, houve episódios de imigrações intencionais de italianos ao Nordeste. O caso de Simone Croff, embora atípico, não configura evento isolado. Os registros sobre outras experiências em Pernambuco, e no Nordeste em geral, podem ser encontrados nas obras de Manuel Correia de Andrade, José Octávio de Mello, Mario Cella, Thales de Azevedo, dentre outros.

Mario Cella aponta personalidades italianas e seus descendentes que ajudaram a construir parte da história do Maranhão e analisa as atividades do padre jesuíta italiano Gabriel Malagrida, caracterizando-o como “o mais popular pregador do Maranhão, depois do Padre Antônio Vieira” (CELLA, 1990, p. 81). Relata ainda a passagem dos capuchinhos, dos combonianos⁷⁶ e de outras congregações masculinas e femininas pelas cidades maranhenses.

Thales de Azevedo procura refletir sobre a indústria do açúcar na Itália e suas repercussões na economia baiana, descrevendo registros da imigração italiana naquela região. Seu estudo indica a participação de categorias italianas durante a Sabinada, caracterizando o envolvimento desses peninsulares na rebelião. Suas pesquisas também relatam a presença de operários do Piemonte na construção da

⁷⁶ Comunidade missionária ligada à Igreja Católica.

estrada de ferro que ligava a cidade de Salvador ao rio São Francisco. Apresenta ainda a influência italiana nas artes, na agricultura e no comércio da Bahia.

Manuel Correia de Andrade enumera episódios significativos de imigração italiana no Nordeste brasileiro durante o Período Imperial, tornando-se possível perceber uma forte incidência desses casos na Bahia, em “Conceição do Almeida, Jequié, Jaguaquara, Poções, Morro do Chapéu, etc.” (ANDRADE, 1992, p. 68). A maioria dessas ocorrências derivavam da inclinação de determinados italianos ao comércio, o que fazia com que viajassem por inúmeras cidades oferecendo suas mercadorias.

Esse contingente imigratório que chega ao Nordeste é caracterizado pelo trabalho autônomo:

O Nordeste do Brasil não exerceu uma grande atração sobre os colonos que vinham ocupar essas áreas predeterminadas, a não ser como exceção. Em regra geral, eles vinham solteiros ou em grupos familiares para tentar a vida nas cidades em atividades específicas, como o comércio, a prestação de serviços e a pequena produção – sapateiros, alfaiates, mecânicos, carpinteiros, fabricantes de objetos diversos –, onde abriam pequenas oficinas (ANDRADE, 1992, p. 67).

Na Paraíba, José Octávio de Mello registra a chegada de italianos migrantes de cidades pernambucanas à procura de novas oportunidades empreendedoras, relatando a trajetória de duas personalidades conhecidas como pioneiras da presença italiana no Estado:

A tradição oral continua referindo Domenico Grisi (o velho), como ourives, e Vincenzo Ferraro, mestre de obras, como os pioneiros da presença italiana na Paraíba, o que se explica tanto pela natureza sistemática de influência cultural que, prolongada pelos descendentes, se desenvolveria até nossos dias, seja por fixação geográfica consorciada com o rastreamento histórico.

Nesses termos, Domenico e Vincenzo fizeram-se intérpretes de verdadeira saga que, nas proximidades da unificação peninsular de 1870, os arrastou à Península Ibérica onde, enquanto Domenico conseguia trabalho em oficina da rua do Ouro em Lisboa, Vincenzo era preso nas proximidades de Barcelona.

Em seguida à rocambolesca libertação deste, os dois compatriotas conseguiram encontrar-se, zarpando da capital portuguesa, em demanda do Recife, no outro lado do Atlântico, onde, deslocando-se a Palmares, no Vale do Una, buscaram o convívio do parente Egídio Ponzi, proprietário da Caldeireira Italiana, especializada na fabricação de tachos de cobre e alambiques para os engenhos de açúcar (MELLO, 1990, p. 125-126).

Mesmo sendo verificada a presença italiana em outros segmentos da economia, é na área da indústria e do comércio que os destaques são maiores. A narrativa de Mello fortalece os relatos de Andrade e de Thales de Azevedo sobre a influência italiana na região açucareira nordestina no momento correspondente ao Segundo Reinado brasileiro. Durante esse período era comum associar os estrangeiros italianos aos trabalhos de restauração e/ou fabricação de tachos, muito utilizados nas zonas canavieiras, sobretudo em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

A importância desse trabalho, realizado principalmente por italianos, cresceu ao longo dos anos, ajudando a modernizar os engenhos de açúcar do Nordeste, e obteve maior absorção das forças econômicas quando da criação das primeiras usinas, fazendo parte do processo agroindustrial fomentado no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e consolidado no século XX.⁷⁷

⁷⁷ Sobre o processo de industrialização da zona cafeeira nordestina consultar MINTZ, Sidney W. **O PODER AMARGO DO AÇÚCAR**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Editora Universitária: UFPE, Recife, 2003. Também é útil ROSA, Marcelo. Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil. In: GRIMSON, Alejandro; CLACSO. **Publicación**: Cultura y Neoliberalismo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julho, 2007.

4 CAPÍTULO 3 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CULTURA: O ENVOLVIMENTO E O COTIDIANO DOS IMIGRANTES ITALIANOS EM PERNAMBUCO

Durante a década de 1980, Manuel Correia de Andrade encontrou apoio na FUNDAJ para realizar um projeto de proporção regional, cujo intuito era identificar a presença italiana no Nordeste desde a conquista do Brasil pelos portugueses até o período republicano, revelando suas contribuições culturais e econômicas para a região. O projeto intitulava-se Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil – CINB. Seu objetivo era produzir documentação que atestasse a presença italiana no Nordeste, para isso realizou uma série de entrevistas em toda a região e publicou um livro em que mostrava os resultados da pesquisa.

O primeiro tópico deste Capítulo tem por objetivo trazer algumas nuances das histórias colhidas durante essas entrevistas, que não conseguiram ser exploradas em sua totalidade no livro produzido por Andrade. Faremos aqui um retorno ao que já foi coletado e estudado, propondo novas questões a partir da análise de uma documentação que foi gestada justamente para produzir conhecimentos sobre uma área pouco trabalhada pela historiografia local.

Sabemos que, no fim do século XIX, as entradas de imigrantes italianos em Pernambuco aumentaram significativamente, em função dos melhoramentos no Porto do Recife, das demandas de modernização da cidade e de seu crescimento urbano, do alargamento das iniciativas particulares no comércio e na indústria da região.

Houve uma grande preocupação com a remodelação dos centros urbanos, com a abertura de avenidas que permitissem um fácil escoamento do tráfego, e com a implantação de obras ligadas ao setor de saneamento, tanto para facilitar o escoamento das águas nas residências, nos estabelecimentos comerciais e industriais e na própria cidade; foram construídas casas suntuosas para moradia de grandes proprietários, comerciantes e industriais bem sucedidos, de monumentos e obras de arte em que se homenageavam figuras históricas e se embelezavam parques, praças e até cemitérios. Nesse período construíram-se edifícios públicos imponentes, em estilo europeu, greco-romano (ANDRADE, 1992, p. 129).

Embora houvesse episódios de interesse na agricultura, a ação dos imigrantes italianos em Pernambuco é encontrada, em maior número, no comércio e na indústria. Não é possível associar esses imigrantes a um nicho específico de

atividades dentro do comércio ou da indústria. Os segmentos são variados: produtos alimentícios, de higiene e limpeza, artigos para exportação e importação, prestação de serviços mecânicos e elétricos.

A imprensa da época destaca vários empreendimentos associados a italianos. Os próprios meios de comunicação em Pernambuco também não escaparam de conectar-se ao fenômeno imigratório. O jornal O HOSPEDE, semanário iniciado no Recife, em 1922, pelo jornalista italiano Publio Pugó,⁷⁸ era um periódico direcionado ao público imigrante no Norte do Brasil, trazendo notícias sobre as pátrias de origem e, sobretudo, veiculando assuntos sobre a situação econômica das províncias.

Dialogamos também com os dados produzidos pelo próprio Estado de Pernambuco através da Obra de Propaganda Geral, repercutida durante os anos de 1919 a 1922, durante o governo de José Rufino Bezerra Cavalcanti, cujo objetivo era promover empresas e empresários radicados em Pernambuco. Da mesma forma, utilizamos documentos e livros produzidos pela FIEPE, em que discute acerca da evolução e desenvolvimento da indústria em Pernambuco, mostrando o crescimento e a diversificação dos produtos.

Pudemos constatar que alguns empreendimentos, geridos por imigrantes italianos, sobressaíram-se na cena econômica pernambucana, transformando seus sócios em influenciadores do mercado e da política econômica da região. A fábrica Fratelli Vita foi uma dessas empresas. Demarcada na história local da imigração, alcançou notoriedade em Pernambuco na década de 1920, expandindo sua influência industrial durante as décadas seguintes, até os anos 1970, quando a empresa Brahma adquiriu o controle da companhia.

A Indústria Metalúrgica Pernambucana fundada em 1920, mais tarde conhecida como Alumínio IPAM Indústria e Comércio, também foi explorada em nossa análise, pois foi fundada por italianos e empregou muitos dos seus conterrâneos em suas fábricas.

Levando em consideração a importância da Fratelli Vita e da Indústria Metalúrgica Pernambucana para o panorama econômico local a partir da década de 1920, temos por finalidade descrever parte da trajetória dos irmãos Vita e da família Conte, observando seus *modus operandi* em Pernambuco, as dificuldades

⁷⁸ Pugó foi responsável pela circulação de outros jornais no Brasil, dentre eles “L’immigrato”, publicado em Vitória do Espírito Santo em 1895 e “Il Colono”. Vide TRENTO, Angelo. **La costruzione di un’identità collettiva. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile**. Sette Città, Viterbo, 2011.

enfrentadas durante o processo, a contribuição desses empreendimentos na economia pernambucana e a divulgação dos seus produtos na mídia local.

Finalizando as análises do presente Capítulo, examinaremos a atuação da Câmara de Comércio Italiana no Norte do Brasil e as publicações do seu boletim – *Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco*, destacando a relevância de um material produzido em língua italiana, com circulação em todo o Norte-Nordeste, São Paulo e algumas cidades italianas. O boletim também reforça o projeto de divulgação da pátria italiana, exaltando sua política, sua economia, seus produtos e seu povo, revelando seu comprometimento com a ideologia fascista, fomentada nos anos 1920.

A importância da Câmara Italiana para o Norte-Nordeste sustenta-se no intercâmbio de mercadorias, pessoas e ideias. Ela foi responsável pela união da comunidade italiana, especialmente em Pernambuco; organizou, junto ao Fascio de Recife, diversas atividades que promoviam a cultura, a língua e a política italianas, em resumo, o sentimento de *italianità*. As ações ministradas por essa instituição contribuíram para a aproximação entre as regiões citadas e a Itália, dessa forma desenvolvendo redes de influências culturais que não devem passar despercebidas a um observador dos dias atuais atento às memórias da construção sociocultural de sua região.

4.1 A intervenção italiana na indústria e no comércio em Pernambuco, segundo os dados do projeto Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil

Revisitando a documentação produzida pelo projeto Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil, alicerçada nas entrevistas realizadas com italianos imigrantes e descendentes, pudemos identificar as redes das relações de parentesco e amizade que ligavam as famílias italianas que chegaram ao Nordeste. Reconhecemos ainda os vínculos de cooperação que foram estabelecidos, a fim de prosperar na complexa e difícil empreitada da imigração transoceânica para uma área fora do circuito normatizado de recepção de imigrantes.

As experiências compartilhadas pelos entrevistados são variadas, circunscritas em tempos e espaços determinados, elas correspondem a histórias de vidas, muitas vezes transmitidas para as outras gerações, que narram essas vivências a partir de uma perspectiva própria, do que foi ouvido, visto e sentido, mas

que também tentam se inscrever no espaço da memória coletiva. Sabendo também que, como reflete Paul Ricœur (2007), o conceito sociológico de consciência coletiva pode resultar apenas de um processo secundário de objetivação das trocas intersubjetivas. Considera-se a memória coletiva como uma coletânea dos rastros deixados pelos acontecimentos que afetam o curso da história dos grupos envolvidos e aos quais se reconhece o poder de encenar essas lembranças comuns por ocasião de festas, ritos, celebrações públicas. Dessa maneira:

[...] as histórias narradas ameilham vozes revividas e constelações de imagens, enredando os fios da existência. Mobilizam um outro universo, emaranhado portador de memória e de experiência do vivido. Criam disponibilidade para o encontro e a presença. Asseguram o vínculo entre o sujeito e suas interações no mundo. Devolvem uma história através de palavras, conferindo-lhe um passado, trançando identidades. Tornam possível a travessia do relato individual, nomeado e singularizado, para a engenhosa construção do coletivo. As histórias narradas abrem a cena para o nós coletivo, quando dão lugar em si para um perceber exterior a si mesmo. Há um reconhecimento sensível de um pelo outro. Trata-se de uma recomposição, relacionando questões que abrem perspectivas novas para se interpretar narrativas no plano da história e do discurso, registrando seus desafios (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 42).

É importante formar uma interpretação consistente dessa parte da história, que se comprometa em tentar visualizar e compreender os relatos pessoais e a subjetividade que os perpassa, percebendo nas singularidades a formação de discursos sobre o vivido, levando em consideração os contextos de produção dessa narrativa.

O projeto CINB está inserido em um momento de reordenamento das questões teórico-metodológicas da história, discutido ao longo dos anos 1980. Nesse período havia grande preocupação em instrumentalizar a história oral, “implantar projetos, transcrever depoimentos, relacioná-los, arquivá-los, analisá-los, adaptá-los a práticas museológicas, pedagógicas, televisivas” (FERREIRA; GROSSI, 2004, p. 45). Desse modo, seria possível legitimar a importância da produção oral, que percorria caminhos onde a documentação escrita era insuficiente, ou mesmo impossível de ser operada.

Então, interessa-nos aqui identificar os sujeitos entrevistados pelo projeto, tomar conhecimento de suas experiências e impressões e analisar esses episódios

da presença italiana em Pernambuco, evidenciando os espaços econômicos por onde circularam os imigrantes e as interações entre as famílias.

A relação dos entrevistados em Pernambuco conta com vinte e sete nomes, muitos deles associados por algum grau de parentesco ou vinculados por relações de amizade e companheirismo, próprias de um grupo pequeno, vindo do exterior, alheio aos signos culturais de uma região e de um povo ainda desconhecido para os recém-chegados.

Em depoimento colhido pela pesquisadora Rita de Cássia Araújo⁷⁹ em 10 de dezembro de 1990, Giuseppe Regina comenta sobre a cooperação das famílias, a manutenção dos hábitos praticados na Itália e as reuniões, por motivo de lazer ou trabalho, que agrupavam os italianos em Recife.

Giuseppe conta que nasceu no Recife, no bairro de São José, em 1936. Era filho de Domenico Antônio Regina e Emília Grizzo Regina, naturais de Trecchina, província de Potenza, localizada no sul da Itália. Seu pai veio para o Brasil em 1921, aos vinte e dois anos, depois de servir à Itália na Primeira Guerra Mundial. Desembarcou do navio *Mafalda* no Rio de Janeiro, de onde seguiu em embarcação brasileira para o Recife, a fim de encontrar o irmão, Domenico Biaggio Regina, que teria vindo para o Brasil com receio de ficar na Itália e ter que se envolver na Guerra.

Domenico Biaggio conseguiu trabalho como caixeiro viajante, prestando serviços para as empresas Renda Priori e Alimonda Irmãos,⁸⁰ ambas de propriedade de imigrantes italianos. Essa oportunidade permitiu que ele conhecesse as cidades do interior de Pernambuco e criasse uma perspectiva de prosperidade na região, para onde o irmão viria anos mais tarde.

Entretanto, devido às viagens de Biaggio, o encontro dos irmãos não aconteceu de imediato. Domenico Antônio foi recebido no Recife pela família italiana Melazzi, oriunda da Lauria, região da Basilicata, província de Potenza. Os Melazzi, contou Giuseppe Regina, eram agricultores na Itália, mas exerciam o ofício de sapateiros em Recife e voltaram para a Itália depois da Segunda Guerra.

Assim como os Melazzi, os irmãos Regina também eram agricultores na Itália; viviam da renda da terra, cultivando o que era necessário à subsistência: castanha, trigo, azeite de oliva.

⁷⁹ É doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Atualmente é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e Coordenadora Geral de Estudos da História Brasileira.

⁸⁰ A Alimonda Irmãos será estudada neste Capítulo no tópico 3.2.3.

No Recife, Domenico Regina desenvolveu habilidades na metalurgia a partir de sua relação com a família Conte,⁸¹ a princípio entrando no negócio da metalurgia como funcionário dos Conte, na área de polimento. Posteriormente, tendo se aperfeiçoado em São Paulo, tornou-se sócio na empresa da família Conte.

Mais tarde, montou uma oficina própria, sozinho, cujo trabalho principal era recuperar objetos de metal de uso doméstico: lustres, fruteiras, jogos de chá, estatuetas. Suas habilidades em restauração eram requisitadas principalmente por instituições religiosas. A oficina também começou a produzir, em caráter industrial, peças para automóveis.

O nome oficial da empresa era Oficina Metalúrgica Domingos Regina⁸² e ficou famosa por trabalhar com peças de valores históricos e intrínsecos. Confeccionou peças para importantes instituições do Recife. No Colégio Nossa Senhora do Carmo, foi responsável pela fabricação das peças em metal, onde fez também o desenho arquitetônico, a confecção do sacrário e das lâmpadas. No Colégio Damas, realizou a produção da porta principal de entrada. Na Igreja de Piedade, produziu a porta e o sacrário.

Giuseppe informou que seu pai nunca colocou anúncios em jornais. Sua clientela foi formada por indicações e seu trabalho irradiava de família em família. Apenas na década de 1960, quando a oficina transformou-se na Indústria Metalúrgica Regina, houve a divulgação de endereço e telefone de sua empresa nas listas amarelas.

O entrevistado lembrou partes de sua infância no bairro de São José durante o final da década de 1930 e começo dos anos 1940, onde viveu em um conjunto residencial com outras doze famílias. No residencial habitavam alguns funcionários do Cotonifício Othon Bezerra de Mello e da Indústria Metalúrgica Pernambucana, de propriedade de Francesco Conte. Havia também outras famílias italianas, das quais Giuseppe teve lembrança dos Luchezzi e dos De Francesco.

A solidariedade entre as famílias era forte, pois era comum frequentar a casa dos vizinhos; as crianças cresciam brincando e estudando juntas. Entre os italianos o sentimento de amizade e cooperação era ainda maior, pois dividiam os mesmos signos culturais e hábitos aprendidos na pátria onde nasceram. Esses hábitos eram conservados e passados para as gerações que nasceram no Brasil. Giuseppe

⁸¹ A empresa da família Conte será estudada neste Capítulo no tópico 3.2.2.

⁸² Nesse período é comum “abrasileirar” os nomes próprios.

informou, por exemplo, que seu contato com a comida tipicamente brasileira se deu apenas depois do seu casamento com uma nativa, antes disso, a culinária cotidiana era exclusivamente italiana.

Os patriarcas italianos cultivavam e transmitiam os hábitos de suas regiões de nascimento. Isso era frequentemente verificável na relação desses imigrantes com os alimentos: o cultivo dos vegetais, a preparação da massa, a escolha dos tipos e cortes das carnes, o cozimento do arroz. Apesar de encontrar muitos alimentos semelhantes aos que havia na Itália no Brasil, esses produtos eram preparados de maneiras diferentes. Os próprios métodos de cozinhar, de servir a comida e de “portar-se à mesa” são diferenciados e compõem os aspectos culturais e identitários do italiano, de acordo com sua região de origem.

É importante perceber a alimentação enquanto ato cultural. Segundo Luís Zuin, em **Alimentação é Cultura** (2009, p. 54), “a alimentação está envolta em atividades educativas que vão se perpetuando através de rituais, valores e tradições. Dessa forma, a alimentação e o ato de se alimentar ultrapassam os aspectos nutricionais dos alimentos”. O conceito de Alimentação transcende as resoluções científicas das ciências da saúde, podendo ser explorado também a partir das perspectivas das ciências sociais, pois:

O *comer e o nutrir*, como fenômenos humanos, se fundem no amálgama empírico e simbólico da alimentação deste ser único que, distintamente de qualquer outro animal, trabalha na produção, distribuição e consumo da comida, faz dela expressão de sua linguagem e a tem em suas representações. Esse complexo, por sua vez, se mantém em movimentos constantes de reconstruções e de ressignificações de seu próprio trabalho, de sua linguagem e de suas representações sobre essa comida que se transforma e compõe, profundamente, as mudanças no mundo. Em suma, a Alimentação corresponde às relações humanas mediadas pela comida (alimento simbolizado) e a Nutrição, seu desfecho biológico (SILVA et al., 2010, p. 416, grifo dos autores).

Refletir sobre esse aspecto da cultura é fundamental para o entendimento das dinâmicas cotidianas dos italianos imigrantes em Pernambuco. As memórias de Giuseppe Regina deixam transparecer características interessantes dos costumes alimentares das famílias italianas com quem teve contato. Os momentos à mesa, quando podiam reunir toda a família depois de um dia de trabalho, eram longos e fartos. Comia-se o *antipasto*, uma espécie de entrada, onde frequentemente eram

servidas sopas ou saladas. Como prato principal, variavam entre a carne com um acompanhamento de verduras, um pimentão recheado, uma massa fresca ou uma *frittata*, especialidade culinária italiana, semelhante a uma omelete. Esse era um momento muito prazeroso no cotidiano das famílias, pois conversavam sobre as atividades diárias, as notícias sobre a Itália e, principalmente, desfrutavam do sabor das refeições.

Além disso, as famílias vizinhas provenientes de Trecchina utilizavam o mesmo caldeirão de tacho – fabricado em Pernambuco por Antônio Regina – para produzir a *passata*, um sumo extraído do tomate que, engarrafado, podia durar anos. Essa fabricação era trabalhosa e demorada, desse modo, as mulheres – responsáveis não só por essa produção, mas por toda a parte culinária do dia a dia das famílias – aproveitavam para conversar com as vizinhas italianas, trocando experiências sobre preparo de alimentos e cultivo de hortaliças.

Outros relatos ratificam essa perspectiva que identifica as refeições como momentos importantes na vida do imigrante italiano. Ítalo Perrelli e Giuseppe Conte, quando entrevistados pelo projeto CINB, narraram episódios em que as famílias italianas se reuniam, na Casa D'Itália, no sítio de Francesco Conte ou na casa de Burrione, em Boa Viagem, para jogos de *bocce*, futebol e, principalmente, longos banquetes, preparados pelas mulheres. Essas oportunidades de reuniões, normalmente, duravam o dia todo e não se parava de comer e beber.

Câmara Cascudo, em **História da Alimentação no Brasil** (1983), reflete sobre o universo das práticas alimentares que identificam um grupo social e uma nação através das receitas consumidas de acordo com os cronogramas de lazer ou trabalho, crenças religiosas, datas comemorativas, mostrando assim as representações e significados atribuídos pelos seres humanos a essas práticas. O enfoque cultural sobre a alimentação não desconsidera sua necessidade física, entretanto, sua preocupação central é direcionar o olhar para as formas de preparação dos alimentos, consumidos como “espaço de articulação dos sentidos, valores, mentalidades, etc.” (MENESES; CARNEIRO, 1997, p. 17).

No caso dos imigrantes italianos em Pernambuco, mas que pode ser aplicado a outros recantos de imigração no Brasil, identificamos que é possível caracterizar os grandes banquetes presentes em todas as atividades sociais como condição *sine qua non* para que tal evento acontecesse. Na realidade, o que constatamos é uma

relação intrincada, onde “comida” e “evento social” se amalgamavam para formar o entendimento do que significa uma atividade social coletiva de imigrantes italianos.

Interessou-nos aqui fazer notar as dinâmicas que envolviam desde a preparação dos alimentos até os espaços, tempos e modos em que eram consumidos, compreendendo, assim, uma característica importante das práticas culturais dos *oriundi* em Pernambuco. Entretanto, a existência da comida em si, ou o ato de alimentar-se por necessidade orgânica, é um aspecto que também merece destaque nessa reflexão sobre a alimentação.

A Itália, hoje, é rica em ingredientes, sabores e aromas, porém, esta realidade não estava presente nos séculos XVIII e XIX, período de decadência econômica e escassez de alimentos. Tudo era escasso: poucos animais, pouco adubo para a terra, baixa produção e pouca variedade de alimentos. Com a descoberta do novo mundo, a América, ocorreram mudanças significantes na culinária italiana. Ingredientes como a mandioca, a alcachofra e o pimentão foram introduzidos no preparo dos pratos. Essa razão contribuiu para moldar muito do que se conhece, hoje, de uma das gastronomias mais famosas do mundo (SILVA; CONFORTIN, 2015, p. 37).

Essa escassez de alimentos foi refletida nos hábitos dos imigrantes, pois muitos deles, chegados no início do século XX, sofreram com a decadência econômica italiana, principalmente com o final da Primeira Guerra. Domenico Antônio Regina viveu durante muito tempo em Pernambuco com uma dieta que levava em consideração as dificuldades encontradas para obtenção de comida na Itália,⁸³ conforme relato de Giuseppe Regina, seu filho.

Geraldo Calábria Lapenda, descendente de duas famílias italianas emigradas para Pernambuco, concedeu entrevista a Manuel Correia de Andrade e Albertina Lacerda Malta,⁸⁴ no dia 06 de julho de 1987. Foi um dos poucos entrevistados a relatar experiências no interior pernambucano, onde famílias italianas exerceram atividades rurais, atreladas à agroindústria açucareira. Era filho de José Spinelli Lapenda e Anna Calábria Lapenda, nasceu em 6 de dezembro de 1925. Era Doutor em Letras e foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco no ano de 1983.

⁸³ Entrevista concedida por REGINA, Giuseppe. Projeto **Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil**. Entrevistadora: Rita de Cássia Araújo. Recife, 1990.

⁸⁴ Formada em História pela Universidade Católica de Pernambuco. De 2003 a 2011 exerceu o cargo de Coordenadora Geral do Centro de Documentação e de Estudos da História Brasileira – Cehibra, na Fundação Joaquim Nabuco. Na mesma instituição foi Coordenadora de Iconografia e Chefe da divisão Fototeca.

Fig. Nº. 06:



Fonte: Fotografia em preto e branco da família Calábria Lapenda em Nazaré da Mata, 1946. Acervo da família Lapenda.

A fotografia acima nos revela aspectos interessantes de uma determinada época. É possível perceber a importância da matriarca da família, posicionada no centro da foto e rodeada pelos filhos. Da mesma forma, percebe-se a relevância da religião católica durante o período, quando notamos que dois dos filhos usam batina e são posicionados em destaque, um em cada lado da mãe, como guardiões. Observa-se também a disposição dos homens, cercando as mulheres da família, numa atitude de proteção comum à época.

A família Calábria, apesar da referência direta à região calabresa, provinha do sul de Salerno, região da Campania, sul da Itália. Os Lapenda eram da cidade de Trecchina, já mencionada algumas vezes durante este trabalho, devido aos números de imigrantes que chegaram a Pernambuco vindos dessa região.

As famílias Calábria e Lapenda, junto com outras nove famílias italianas, formavam quase uma colônia em Nazaré da Mata, cidade localizada na região da Zona da Mata em Pernambuco. Os Calábria foram uma das primeiras famílias a explorar a região, tendo chegado no início do século XIX. Eram comerciantes e/ou

possuíam formação especializada.⁸⁵ A família Lapenda tinha origem camponesa e não detinha instrução educacional da língua italiana oficial.

Na realidade, muitos dos italianos que emigraram no século XIX não falavam o italiano, oficializado depois da unificação da península nos anos 1860, pois se comunicavam nas línguas regionais aprendidas pela oralidade, de maneira informal.

Manuel Correia de Andrade perguntou a Geraldo Lapenda se os seus familiares falavam italiano entre eles, recebendo a seguinte resposta:

Falavam um dialeto. Eram ignorantes, não sabiam falar o italiano. Eu me lembro de que eu era pequeno, havia italianos que se juntavam lá... Engraçado, eu era menino, mas entendia, entendia mais ou menos. Mas era um dialeto medonho. Eu tinha uns primos, que apareceram por aqui, Felipe... (nunca mais vi)... Um até vendia pipoca. Tinha várias barraquinhas de pipoca, aqui na Rua Nova. Ele não falava português direito, nem o italiano, nem o dialeto; fazia uma mistura de tudo. Mas meu avô falava um português errado – me lembro. Ele ia comprar pepino, dizia “La pepino”, “La gogoia”... E o pessoal o chamava de “La gogoia”. Ele tinha uma força medonha, andava com uma bengala. Quem passava e dizia “La gogoia”, ele atirava a bengala (LAPENDA, 1987, p. 4).

Este trecho, extraído da transcrição da entrevista, consegue sintetizar um pouco do que acontecia na prática com aqueles italianos que não possuíam formação, instalados em Pernambuco. As dificuldades de comunicação existiam, mas não se tornaram empecilhos para desenvolver atividades econômicas ou se integrar com a população nativa.

Era realmente incomum encontrar italianos que tivessem sido educados a partir do italiano oficial. Mesmo aqueles que receberam formação especializada, ainda mantinham suas línguas regionais na comunicação cotidiana, ou tentavam falar o português, indispensável para o desenvolvimento do comércio. Antonio Gramsci (1977) argumenta que a população italiana, principalmente aquela estabelecida no ambiente rural, não sentia necessidade de aprender o italiano oficial, pois suas línguas regionais eram suficientes para a comunicação na vida comunal e familiar. Dessa forma, a alfabetização era encarada como algo supérfluo, frustrante e imposto por uma casta prepotente de italianos da elite.

A formação de uma comunidade *trecchinese* em Recife facilitou o diálogo e a interação entre esses imigrantes, pois compartilhavam aspectos linguísticos

⁸⁵ Conforme os relatos de Geraldo Calábria, alguns de seus familiares possuíam formação acadêmica, sobretudo nas áreas de Direito e Economia.

similares, hábitos alimentares correspondentes e anseios de conquistas econômicas análogos. Giuseppe Datolli Conte descreve um pouco dessa experiência, recordando a história de imigração do seu pai, Genaro Conte, e de seu avô, Francisco Conte:

[...] Como houve uma concentração de pessoas da nossa região, quer dizer, de Trecchina, de Potenza, aqui em Pernambuco, ele resolveu vir pra cá. Aqui no Recife, existia um bairro, como o Bexiga, de São Paulo, o bairro de São José, onde é a Praça Sérgio Loreto. Ali era a concentração de todos os italianos da região de Trecchina; morava o meu pai, o pai dele, era uma grande família (CONTE, 1990, p. 2).

Durante a década de 1920, o bairro de São José era um polo econômico importante, donde emergiam muitas atividades comerciais e fabris. Desse modo, despontou como região de interesse para os italianos emigrados, pois, naquele momento, uma das veias mais importantes da economia pernambucana funcionava naquela área, que também oferecia atrativos culturais e ambiente propício para estabelecer domicílio.

A cidade do Recife, durante a primeira metade do século XX, passou por profundas transformações urbanísticas, com a abertura de grandes avenidas e a verticalização do centro da cidade, com a construção de grandes edifícios. O bairro de São José sentiu e sofreu os resultados desse processo, sem, contudo, perder suas feições de ruas estreitas, becos e pátios de igrejas. Conviveram naquele local, durante décadas, o moderno e o colonial. Não que isso tenha mudado! No bairro de São José estão situados o Pátio do Terço, o Pátio do Livramento e o Pátio de São Pedro, com suas imponentes igrejas, bem como as de São José do Ribamar, além da Basílica da Penha, esta de construção mais recente. Localizado próximo ao porto do Recife, onde atracavam grandes navios, era no Mercado de São José que os estivadores faziam suas refeições, nas barracas que aos poucos foram se aderindo às suas paredes. Nas proximidades ficava a estação de trens das Cinco Pontas (e o antigo forte colonial) bem como, posteriormente, a rodoviária, trazendo e levando toda gente para o interior e para outros Estados. De lá partiam bondes para Afogados e Boa Viagem. Descrito por Mário Sette, em **Seu Candinho da farmácia**, como um bairro peculiar, que abrigava um jeito de ser recifense, em que se dava a convivência das casas comerciais com as residências familiares, pelas ruas estreitas, becos e pátios. Época em que o bonde convivia com as carroças puxadas a cavalo e almocreves carregados de sacos de açúcar, com as negras de tabuleiros vendendo bolos, mães-bentas, pastéis de nata ou mungunzá quentinho. Crianças fazendo estripulias pelas ruas, enquanto transitavam operários, costureiras, estivadores e comerciários.

O bairro também era conhecido pelo seu carnaval. Essas ruas abrigavam várias sedes de clubes e cordões, como Vassouras, Vasculhadores, Mocidade Alegre e Malmequeres, dentre outros. Os ensaios dos blocos antecipavam o gostinho do carnaval, e lotavam as ruas do bairro no frenesi do frevo, propiciando convivências diversas.

Tempo, enfim, em que ao final da tarde colocavam-se cadeiras na calçada para as conversas cotidianas, enquanto as crianças brincavam e os jovens aproveitavam para namorar. E os transeuntes eram empurrados para o leito da rua, apressados para apanhar o bonde ou fazer uma compra de última hora (GUILLEN; GRILLO; FARIAS, 2010, p. 65-67, grifo dos autores).

Os relatos dos italianos entrevistados corroboram os apontamentos, realizados pelas pesquisadoras supracitadas, sobre as dinâmicas cotidianas no bairro de São José. Muitos rememoram a farra e a violência que acompanhavam as atividades carnavalescas, onde, não raro, foram partícipes dos festejos; o entrosamento da vizinhança, incluindo o relacionamento com os nativos e com outras famílias italianas, muitas vezes provindas de cidades vizinhas, localizadas no Sul da Itália; e o frenesi comercial que emanava daquele bairro, onde vários italianos puderam prosperar em seus negócios.

Essa prosperidade esteve ligada a uma outra questão que aparece com certa frequência na fala dos entrevistados e diz respeito às “cartas de chamadas”, documentos que passaram a ser obrigatórios para o desembarque no Brasil a partir de 1914, devido à intensidade e ao descontrole da imigração nos anos anteriores. Essas cartas também podem ser analisadas enquanto fenômeno sociolinguístico, alimentado pela escrita popular.

Federico Croci, em **O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil (2009)**, reflete sobre a carta enquanto elemento simbólico da imigração com maior potencial de fascínio, pois se trata de documentação privada, pessoal, onde é possível observar as características íntimas de um determinado momento histórico, sem reelaborações ou adequações da memória. O autor também considera os elementos de subjetividade e parcialidade dessa documentação, admitindo a existência de condicionamentos múltiplos e filtros utilizados pelos autores das cartas que, no entanto, permitem explorar as marcas deixadas pelo fenômeno migratório através de suas transformações sociais, culturais e identitárias (CROCI, 2009).

Croci atenta ainda para a questão da separação, da distância na história da emigração. Segundo ele, é essa distância – geográfica – que fomenta a necessidade da comunicação. Dessa forma, àquela época, sem os recursos tecnológicos da era moderna, essa comunicação só poderia ser realizada através da escrita.

No entanto, é importante perceber que o índice de analfabetismo entre os imigrantes era grande, mesmo não sendo absoluto. Neste sentido, para Croci, alguns fatores favoreceram a difusão da escrita durante aquele momento, justamente pelas demandas relacionadas à mobilidade geográfica e à modernização e desenvolvimento do aparelho burocrático estatal.

Os fatores que contribuem para a difusão da escrita estão estreitamente ligados à modernização da sociedade. Em primeiro lugar, o desenvolvimento do estado moderno e de seu aparato burocrático e administrativo amplificam as funções de promoção e mediação de escrita implícitas no papel institucional. [...] A invasão do estado na vida privada de uma população que deveria ser submetida a seu controle obriga as pessoas comuns a se confrontar com o mundo escrito, questões legais, regulamentos, comunicados e propagandas. O aparato estatal entra na cotidianidade dos habitantes das cidades e do campo a ponto de se tornar interlocutor e destinatário direto de mensagens escritas, petições, requerimentos, pedidos e súplicas. [...] Em segundo lugar, a modernização quer dizer maior mobilidade social e, sobretudo, geográfica, seja porque as condições materiais e tecnológicas favorecem mais facilmente possibilidades de deslocamento, seja porque o desenvolvimento dos mercados a nível internacional impõe um enorme crescimento na circulação de mercadorias e capitais, mas também, obviamente, de homens (CROCI, 2009, p. 17).

Essas observações de Croci ajudam a pensar a difusão da escrita como consequência dos movimentos migratórios, de separação geográfica; pretendem também refletir sobre o trinômio: língua italiana, práticas comunicativas e modernização. Dessa forma, podemos compreender como milhares de italianos emigrados, de origem campesina, vindos das classes subalternas, internalizaram a importância da comunicação escrita, muitas vezes buscando alicerces na cultura oral e nas suas línguas regionais.

Para além das construções simbólicas ou linguísticas, as “cartas de chamada” passaram a exercer uma função burocrática no seio da estrutura de imigração para o Brasil, ora facilitando a entrada dos imigrantes e o encontro destes com seus familiares, ora limitando o ingresso de indivíduos sem histórico de parentesco ou familiaridade com as situações que envolviam os migrantes.

Através do emprego desse recurso – cartas de chamada – pudemos constatar, a partir das entrevistas analisadas, que houve crescimento nos episódios de imigração italiana para Pernambuco durante o começo do século XX. Dentre os italianos entrevistados que receberam as cartas de chamada encontram-se: Giuseppe, Genaro, Luigi e Miguel Conte; Antonio Perrelli, Giuseppe Sarubbi, Domenico Antonio Regina, Fortunato Russo e Armando Vittorio Magiolino Larocca.

À luz destas reflexões, da documentação gestada pelo projeto CINB e das fontes que serão trabalhadas em seguida, propomos dar continuidade à análise da trajetória de duas famílias italianas que prosperaram em Pernambuco, cuja importância foi desenhada no setor econômico durante a primeira metade do século XX.

4.2 A Fábrica Fratelli Vita, a Indústria Metalúrgica Pernambucana e outros empreendimentos italianos em Pernambuco destacados pela imprensa

4.2.1 A Fábrica Fratelli Vita em Pernambuco: trajetória e propaganda

De acordo com os relatos de Miguel Vita,⁸⁶ a trajetória de Francesco Vita e seus três irmãos no Brasil começa em 1880, com a chegada à Bahia, onde houve uma tentativa de instalação de uma colônia italiana, posteriormente malograda. No entanto, eles não permaneceram juntos por muito tempo, pois precisavam obter meios de sobrevivência financeira, não facilmente encontrados em Salvador naquele momento. Desse modo, separaram-se: Domenico Vita foi para a Argentina e Angelo Vita continuou no Brasil, mas quis tentar a sorte sozinho, dedicando-se ao artesanato, na produção de malas em couro.

Provenientes da província de Potenza, localizada no Sul da Itália, Giuseppe e Francesco Vita permaneceram unidos e começaram a desenvolver diversas atividades na Bahia. No fim do século XIX, formaram “uma empresa artesanal, de produção de gás acetileno, tratando eles próprios de procurar o mercado para sua produção” (ANDRADE, 1990, p. 118). Dessa forma, passaram a viajar pelo interior da Bahia promovendo iluminação a acetileno nas festas realizadas por pequenas cidades.

⁸⁶ Miguel Vita, filho de Francesco Vita, concedeu entrevista a Manuel Correia de Andrade e a Albertina Lacerda Malta no dia 8 de julho de 1987, em seu escritório, localizado na Rua do Príncipe. Esta entrevista foi realizada pelo Cehibra e faz parte do projeto CINB.

Continuaram conhecendo o interior baiano através da profissão de mascates. Saíam para as cidades com 10 a 20 burros carregados de todo tipo de mercadoria, “da linha ao tecido” (VITA, p. 3). Francesco Vita também exercia funções de dentista, extraindo dentes. Como não havia na época muitos médicos naquelas regiões, determinados tipos de práticas medicinais eram realizadas por pessoas leigas, mas que entendiam um mínimo de técnicas e homeopatia.

Decorrido esse episódio, os irmãos Vita criaram laços com as comunidades rurais e souberam aproveitar o bom relacionamento com as pessoas para dar início a novos empreendimentos, sempre obtendo razoável sucesso.

Em Salvador, no Bonfim, chegaram a montar um pequeno cinema, com projetor a carvão, mas que não conseguiu o resultado financeiro esperado devido à precariedade das instalações e do maquinário – a película de projeção pegava fogo regularmente, aborrecendo os espectadores, que não conseguiam assistir ao final do filme. Além disso, o público pagante era pequeno, pois os estudantes entravam de graça.

Essa fase curta dedicada ao cinema precedeu a instalação da primeira fábrica dos Vita na Bahia, que tinha como objetivo a produção de licores, mas, como esta mercadoria era demandada por grupos limitados, eles resolveram associá-la à fabricação também de gasosas (refrigerantes). Foi a partir da abertura deste setor que seus produtos ganharam popularidade, o que gerou oportunidade para enriquecimento e expansão.

No entanto, em 1912, os produtos começaram a sofrer ampla concorrência de uma empresa espanhola instalada na Bahia. Como o mercado ainda era pequeno, essa concorrência foi sentida pela Fratelli Vita. Dessa forma, tendo alcançado bons resultados na Bahia, e ansiando por novos mercados, resolveram instalar uma filial no Recife, comandada por Francesco Vita, enquanto Giuseppe liderava a matriz em Salvador.

Em 1913, Francesco Vita chegou ao Recife e montou a fábrica de refrigerantes inicialmente na Rua da Imperatriz, onde funcionava a Casa Roma.⁸⁷ Ao lado da fábrica estava localizado o cinema, teatro e confeitaria Helvética, fundado em 1910, pela Girot & Cia. Posteriormente, o empreendimento prosperou e foi

⁸⁷ Loja de propriedade do imigrante italiano De Mattia, especializada na compra e venda de objetos de arte e artigos sacros. Passou sua localização para a rua Floriano Peixoto, em Recife.

necessário adquirir um terreno maior para alojar a fábrica, expandir e diversificar a produção. Em 1920 a fábrica foi transferida para a Praça da Soledade.

Fig. Nº. 07:



Fonte: Fotografia em preto e branco da Fábrica Fratelli Vita, na Soledade. Acervo Luiz Carvalheira Mendonça.

Em Recife, a Fratelli Vita também enfrentou a concorrência da empresa Antarctica, produtora do refrigerante de guaraná, cujo paladar já estava estabelecido. Apesar de também produzir refrigerantes de guaraná, a Fratelli Vita se destacou na produção de gasosas de maçã, limão e pêssego, conquistando demanda por este tipo de produto em Pernambuco, sobretudo na capital.

Segundo Miguel Vita, seu pai investia muito em propaganda. Essa afirmação é comprovada pelas recorrentes publicações de matérias sobre a Fratelli Vita e seus produtos nos periódicos e folhetos que circulavam em Recife, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930.

Fig. Nº. 08



Fonte: Propaganda da Fratelli Vita, quando esta começou sua produção de gelo. Jornal do Recife, 1 de janeiro de 1930, p. 22.

Fig. Nº. 09



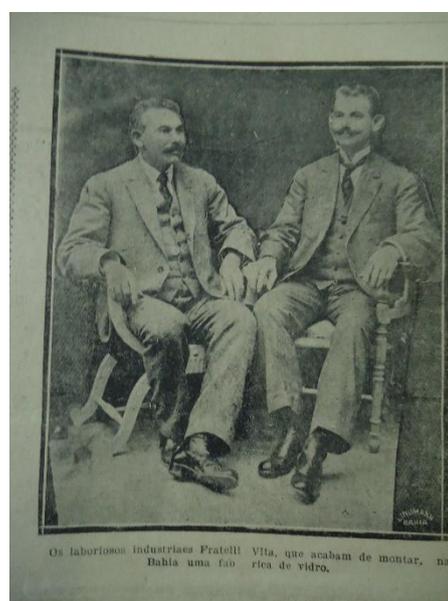
Fonte: Panfleto dos refrigerantes fabricados pela Fratelli Vita, s/d. Acervo Luiz Carvalheira Mendonça.

Fig. Nº. 10



Fonte: Propaganda dos produtos da Fratelli Vita. O HOSPEDE, 16 de jan. 1922, p. 12.

Fig. Nº. 11



Fonte: Fotografia em preto e branco dos irmãos Vita. O HOSPEDE, 23 de jan. 1922, p. 4.

As imagens visualizadas mostram o dinamismo da Fratelli Vita e de seus empreendedores. Nas Figuras 08 e 09 é notória a preocupação da marca com a higiene e pureza dos seus produtos, discurso este atrelado às preocupações da

época com a saúde. Na Figura 10, o anúncio revela a variedade de produtos da Fratelli Vita. Além das gasosas, destacam-se a fabricação de soda, água tônica, cerveja e licores variados, como o Vermute e a Sambuca. A Figura 11 faz parte de uma reportagem sobre o desempenho e importância da Fratelli Vita, mostrando seus líderes, lado a lado.

Além das propagandas desenvolvidas junto aos jornais da cidade, Francesco Vita prezava pela criatividade nas formas de divulgação. Publicou anúncios em revistas internacionais, recebeu estudantes em excursões pela fábrica, patrocinou eventos na cidade e fez acordos com cinemas e outros espaços recreativos para produzir seus cartazes gratuitamente na tipografia da fábrica em troca da estampa da Fratelli Vita em seus panfletos. Miguel Vita recorda que:

Naquela época nós fazíamos o programa. Hoje é muito raro, mas antigamente você chegava no cinema e tinha uma cartela do filme que estava passando, com os artistas e tudo o mais, e o que vinha futuramente. Embaixo havia uma figura do guaraná, onde lia-se Soda Fratelli Vita. Havia aqui um cidadão que dava o papel e nós fazíamos a impressão. Saía de graça a impressão para eles e, para nós, a propaganda. Meu pai tinha um cartão com que entrava em todos os cinemas da linha (VITA, p. 13).

Assim, Francesco colocou o nome da Fratelli Vita no cotidiano do recifense. A importância da fábrica em Pernambuco era tamanha que ganhou destaque nas páginas do jornal *O Hospede*, semanário publicado no Recife pelo italiano Publio Pugó. A matéria, publicada em 23 de janeiro de 1922, iniciava uma série de publicações, sob o título “Galeria Commercial e Industrial”, cuja finalidade era divulgar as atividades econômicas do Norte-Nordeste brasileiro.

O periódico parabenizava a criação de mais uma fábrica na Bahia, especializada na produção de vidro, e enaltecia a história de trabalho dos irmãos que saíram pobres da Itália para prosperar na área de comércio e indústria do Nordeste brasileiro.

Iniciamos hoje esta secção, na qual pretendemos passar em revista o alto commercio e industria do norte do Brasil, dando as necessarias informações para que, fora daqui, se saiba da nossa atividade e dos nossos esforços para que o Brasil possa muito em breve, tornar-se uma das nações mais productoras e commerciaes do mundo. Não podiamos principiar melhor a nossa tarefa, se não fallando da poderosa firma FRATELLI VITA, mui justamente apellidados os **reis**

da gazoza. Esta firma, composta dos irmãos José e Francisco Vita, tem conseguido tornar-se a maior productora de gazozas e aguas de meza do norte do Brasil e fazer funcionar, na Bahia e em Pernambuco as duas maiores fabricas destes productos. Fratelli Vita, conseguiram acreditar sua marca devido ao escrupuloso cuidado com que preparam os seus productos e ao esmero e dedicação com que se esforça de satisfazer o gosto de sua numerosissima freguezia. Os productos desta firma são preparados com a mais escrupulosa escolha de materias primas, que são importadas directamente e submettidas, antes de usadas a meticoloso exame chimico. É assim que durante seu longuissimo tirocinio commercial Fratelli Vita nunca passaram o desgosto de verem seus productos soffrerem qualquer impugnação ou observação por parte das diversas repartições de Hygiene. Além das Gazozas Fratelli Vita, fabricam licores e aguas de meza diversas entre as quaes salientamos o GUARANÁ, Soda Victoria (conhecida como Vichy Brasileira, por conter propriedades desta famosa agua mineral) Cervejina Ginger-Ale, Quinine Tonic, etc. Ultimamente e para attender a sempre crescente necessidade de sua industria, Fratelli Vita montaram uma fabrica de vidros e, a ele proposito, aqui transcrevemos um artigo da “Gazeta da Bahia” (Galeria Commercial e Industrial. O HOSPEDE. 23 de jan. de 1922, p. 4).

Depois destas palavras introdutórias, O HOSPEDE publica a reportagem produzida pela Gazeta da Bahia com Giuseppe Vita, comentando todo o processo de modernização da produção das gasosas e o congratulando pelas suas habilidades químicas na fabricação do vidro. O editorial salienta a importância dessa inovação para a indústria nacional, já que as garrafas de vidro eram importadas da Europa, pois aqui não havia uma produção que pudesse atender às demandas das fábricas.

Depois da morte de Francesco, em 1944, Miguel Vita assumiu os negócios em Recife, onde foi presidente da FIEPE em 1956, 1966 e 1974. Foi também um dos fundadores do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), tendo sido responsável por sua instalação em Pernambuco. Como industrial lutou contra o projeto do Código Tributário,⁸⁸ implementado pelo governador Cordeiro de Farias.⁸⁹

De acordo com Andrade (1990), a fábrica que funcionava no Recife, na Rua da Soledade, só foi desativada quando o controle acionário da Fratelli Vita foi obtido pela empresa Brahma nos anos 1970. A marca Fratelli Vita ainda é lembrada com

⁸⁸ O projeto aumentava impostos em até 1000% para as indústrias.

⁸⁹ Osvaldo Cordeiro de Farias foi governador de Pernambuco entre os anos de 1955 e 1958.

saudosismo por gerações de nordestinos que viveram no período em que ela esteve ativa.

O jornalista Gustavo Arruda publicou de maneira autônoma, em 2014, um pequeno livro onde descreve a trajetória da Fratelli Vita de acordo com uma pesquisa elaborada junto aos familiares (descendentes de Giuseppe e Francesco Vita), a arquivos públicos e privados em Salvador e Recife e a colaboradores diversos, nas áreas de biblioteconomia, história e economia. Apesar de sua obra não ser direcionada ao público acadêmico, é possível encontrar um apelo claro às fontes, sobretudo as fotográficas, que permitem identificar a amplitude e importância de uma fábrica como a Fratelli Vita para o Brasil setentrional.

4.2.2 A Indústria Metalúrgica Pernambucana: o magnetismo da família Conte

O começo da história da família Conte em Pernambuco não encontra muitos registros nos documentos oficiais, ou nas matérias produzidas pela imprensa da época, a não ser menções nas colunas sociais, com cumprimentos e felicitações aos aniversariantes⁹⁰. O interesse da imprensa pela família Conte só acontecerá a partir de 1927, quando se nota o crescimento de suas atividades econômicas.

Segundo as memórias de seu filho,⁹¹ Giuseppe Francesco Conte veio ao Brasil com sua esposa, Apolonia Regis Conte, no começo do século XX. Passou alguns anos em Belo Horizonte, mas decidiu subir para o norte do país, pois já havia muitos italianos naquela região de Minas Gerais. Somente depois de se estabelecer no Recife foi que mandou buscar os seis filhos, um após o outro. Todos nasceram na Itália, na cidade de Trecchina, Província de Potenza.

Os cinco homens, ainda na adolescência, na década de 1920, receberam educação técnica para o trabalho na metalurgia e fundição. O entrevistado, Giuseppe Conte, narra que foi para São Paulo receber formação modernizada, aprender a cromagem em níquel, pois em Recife não havia institutos ou profissionais instruídos nessa área.

A historiografia que versa sobre o processo de industrialização no Brasil, caracteriza o período anterior aos anos 1930 como agroexportador, sem grandes

⁹⁰ Vide Aniversariantes. **Diário de Pernambuco**. 8 de maio 1917, p. 4. e Chronica Social. **Jornal do Recife**. 15 de nov. 1924, p. 8.

⁹¹ Entrevista concedida por CONTE, Giuseppe. Projeto **Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil**. Entrevistadora: Rita de Cássia Araújo e Flávia Suassuna. Recife, 1990.

desenvolvimentos do capital industrial. Essa realidade ainda é mais acentuada quando se observa o cenário pernambucano, cuja origem latifundiária delineia a economia da região até a atualidade. No entanto, entre as décadas de 1890 e 1920, existiu um importante complexo industrial em Pernambuco, formado principalmente pelas fábricas têxteis e alimentícias, cuja produção era voltada para o mercado interno (DOMINGUES, 2000). Esses setores industriais contribuíram para o desenvolvimento de novos segmentos, incluindo aqueles especializados em nutrir o próprio complexo industrial, como é o caso da metalurgia.

Outrora, a metalurgia era praticada de maneira artesanal e poucos detinham o conhecimento técnico necessário para produzir grandes peças; dessa forma, seu empenho era empregado na recuperação dos artefatos em metal já existentes, fazendo reparos e consertos. Francesco Conte iniciou sua história de atividades na metalurgia dessa maneira, artesanalmente, recebendo pequenos trabalhos de restauração, principalmente demandados pelas igrejas.⁹²

A Metalúrgica Pernambucana foi fundada por Giuseppe Francesco Conte em 1920, tendo sido registrada em 1922 e expandido sua atuação em 1927. A Metalúrgica continua em funcionamento até os dias atuais, mas já mudou de nome diversas vezes. Hoje é conhecida como Alumínio Ipam S/A Indústria e Comércio. Em 1927, os jornais chamam a atenção da sociedade recifense para o novo empreendimento dos Conte, ressaltando sua importância para o Nordeste:

A rua Paulino Camara, nesta capital, foi, hontem, inaugurada a Fabrica de Artefactos de Metal e galvanisação, uma das mais completas do norte do paiz. É de propriedade da firma F. Conte e C^a, da qual fazem parte os srs. Francisco Conte (chefe), Luiz Conte e Domingos Requeira. Está Accommodada num predio novo, especialmente construido para esse fim com vastas dependencias. O acto inaugural foi festivo, comparecendo grande numero de pessoas, inclusive representantes da imprensa. Ao “champagne” o sr. Francisco Conte pronunciou ligeiro discurso, dando por inaugurada a fabrica. Em seguida foi procedida uma visita em todas as dependencias da fabrica, constatando a esplendida montagem das machinas. Na secção de metallurgia, dirigida pelo competente profissional Americo Stevile, vimos completa colleção de artigos de

⁹² A título de curiosidade, destacamos que até hoje, a principal característica do sistema de trabalho da cadeia metalúrgica está relacionada à encomenda e não à produção contínua, o que eleva a diversidade de materiais e produtos dessa atividade. Vide BUARQUE, Sérgio. **Cadeia produtiva da indústria metalúrgica e produtos de metal: Cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife. Sebrae, 2008.

luxo, para presente, de mesa, de copa, taças, etc. Servido um pequeno lunch, foram os assistentes cumulados de gentilezas pelos socios da importante firma proprietaria (FABRICA PERNAMBUCANA DE ARTEFACTOS DE METAL E GALVANISAÇÃO. Jornal do Recife. 5 de jun. 1927, p. 2.).

As fábricas da família Conte geraram empregos para muitos italianos emigrados. O próprio Francesco Conte mandava chamar parentes e amigos na Itália para trabalhar com ele na empresa. Recebia também aqueles que não conhecia, mas que dividiam com ele a experiência da imigração e que precisavam de uma oportunidade de trabalho. Conforme a empresa crescia, gerava também oportunidades para os locais.

Já chegamos a ter mil homens trabalhando. Se se chegar à Itália e disser: “Tenho uma empresa com mil homens trabalhando”, o pessoal diz: “Está de conversa? Você está brincando?” Porque é difícil. As grandes empresas, que nós chamamos aqui de multinacionais, a *Volksagen*, a *Fiat*... Ter uma média empresa com mil homens trabalhando, assim como a nossa, não é possível na Itália. Numa firma autorizada de automóveis lá, vê-se o dono, que é o mecânico, há três, quatro, cinco, dez pessoas; numa autorizada aqui, há cem pessoas trabalhando. Certas vezes, até a própria condição brasileira exige que você tenha que ficar atrás de um birô, recebendo, etc. Vivemos dentro de uma fábrica. Uma fábrica com mil pessoas é imensa (CONTE, 1990, p. 9, grifo do autor).

Com uma empresa de tamanha magnitude, era natural que Francesco Conte agrupasse em torno de si os recursos para receber e empregar os seus compatriotas, ainda mais quando o governo brasileiro se ausentava dessa função, pelo menos em relação ao Nordeste. Giuseppe Datolli (1990, p. 10), em entrevista colhida pelo projeto CINB, afirma que “o consulado era a casa do meu avô. Quando chegava alguém da Itália, ia direto para a casa do velho Chico.”

Muitos dos entrevistados pelo projeto encabeçado por Manuel Correia de Andrade mencionaram a família Conte como agregadora da comunidade imigrante italiana em Recife, ora distribuindo cargos nas fábricas ou arranjando moradia para os recém-chegados, ora organizando ou patrocinando reuniões e eventos de lazer com intuito de integrar os *oriundi* em Recife.

A família Conte ajudou a fundar a Casa d'Itália no Recife, em 1937, justamente para que o italiano imigrante pudesse ter um local de referência onde se amparar e receber ajuda dos seus conterrâneos. No entanto, a Casa d'Itália

localizada no Recife era modesta e não se mostrava muito atuante politicamente na região, se comparada às Casas do Rio e São Paulo. No Recife, ela organizava cursos de língua italiana para os descendentes ou brasileiros interessados por essa cultura; elaborava atividades esportivas em sua sede; preparava as comemorações da *Festa della Repubblica Italiana*⁹³ e da Independência; promovia a interação da colônia italiana em Pernambuco, sobretudo no Recife.

A Casa d'Itália em Recife sempre foi mantida pelos sócios, recebendo pouca ajuda do consulado ali estabelecido. Através da Casa foi criado o centro de Cultura Italiana Dante Alighieri que, diferentemente da Casa d'Itália, continua funcionando até hoje.

Giuseppe Conte, filho de Francesco Conte, foi presidente vitalício tanto da Casa d'Itália quanto da Dante Alighieri, até o dia de seu falecimento. Ele recebeu do governo italiano os títulos de Cavaleiro e Comendador, devido à sua importância, e de sua família, no Brasil.

4.2.3 Outros empreendimentos italianos em Pernambuco

A industrialização e o desenvolvimento de atividades comerciais em Pernambuco têm como principal aspecto a concentração desses empreendimentos na capital, Recife. Gadiel Perruci enumera as razões para esta aglutinação:

As razões da concentração comercial e industrial em Recife parecem simples: um grande porto que atrai todo o comércio exportador e importador, operações financeiras concentradas na capital regional, um mercado de consumo em relativa expansão, um interior desprovido de indústrias, uma rede de transporte em forma de leque e cujo centro é formado pela cidade, um imenso reservatório de mão-de-obra, inchado pela abolição dos escravos e pelo êxodo rural (PERRUCI, 1978, p. 139).

Além disso, o sistema bancário no Recife contribuiu para a circulação monetária na cidade, financiando atividades industriais e comerciais. Domingues afirma que em 1907, o Recife já dispunha de oito agências bancárias, três delas internacionais. Em 1929, uma parte considerável do volume de empréstimos

⁹³ A Festa da República italiana é comemorada em 2 de junho, data em que o povo italiano foi às urnas para decidir a forma de governo do país, em 1946. Demarca a queda do fascismo.

concedidos pelos bancos era designada para o financiamento da indústria e do comércio de exportação (DOMINGUES, 2000, p. 65).

A representação italiana se faz presente nesse setor através do *Banque Française et Italienne*⁹⁴ que, diferentemente de outros bancos europeus, foi fundado no Brasil, na cidade de São Paulo, de lá espalhando sua influência para a Europa e para a América do Sul.⁹⁵ No Norte-Nordeste do Brasil, o *Banque* tinha filiais apenas em Recife e Salvador, cujas agências atendiam às demandas dos outros Estados da região. Em Recife, o *Banque* funcionava na Avenida Rio Branco, 104.

Fig. Nº. 12:

BANQUE FRANÇAISE ET ITALIENNE

POUR L'AMERIQUE DU SUD

CAPITAL Frs. 100 000 000.
RESERVA Frs. 136 000 000.
Sede social: Paris, 12 Rue Helvétie
AGENCIAS EM REIMS TOULOUSE, AGEN ET. ST. QUENTIN.

Traça-se de todas as operações bancarias

Representantes no Brasil da CIE INTERNATIONALE DES WAGONS-LITS ET DES GRANDS EXPRESS EUROPEENS.

BRASIL.
Succursales: — São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Pernambuco, Rio Grande e Bahia.

Agências: — Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Campinas, Espírito Santo do Pinhal, Jabal, Moçoca, Ourinhos, Paranaíba, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Preto e São Manuel.

URUGUAY
Montevideo

ARGENTINA
Buenos Aires e Rosario de Santa Fé

CHILE
Santiago e Valparaíso

COLOMBIA
Bogotá

ENDERECOS TELEGRAFICOS:
Para a França, Brasil e Uruguay: "SUDAMERIS"
Para a Argentina, Chile e Colombia: "FRANCITAL"
BANCOS FILIADOS:
PERU: BANCO ITALIANO — Lima, Callao, Chincha Alta, Moledo e Arequipa.

CORRESPONDENTE DOS SEGUINTES BANCOS:
Guaranty Trust Co. of New York — NEW YORK.
Midland Bank Ltd. LONDRES
Banca Commerciale Italiana — MILÃO
Société Générale pour favoriser etc. — PARIS
Banque de Paris et Pays Bas — PARIS
Banco Espanol de Crédito — MADRID.
The Chase National Bank of the City of New York — NEW-YORK.
Irving American Exchange Trust Company — NEW-YORK.

Succursal de Pernambuco: — Avenida Rio Branco n. 104
Caixa Postal, 125 — Telephone, 9103

Fonte: Anúncio do *Banque Française et Italienne*. *Jornal do Recife*, 1 de jan. 1930. p. 6.

A importância de um banco italiano em Recife pode ser refletida na quantidade de empreendimentos que ele conseguiu ajudar a desenvolver nesta capital, tornando-a também um ponto de confluência de comerciantes e industriais do Norte-Nordeste.

Conseguimos fazer um levantamento parcial das empresas de italianos imigrantes no Recife, através da Obra de Propaganda Geral do Estado de Pernambuco (1919-1922), do jornal O HOSPEDE e do livro organizado pela FIEPE em 2005, comemorando os 65 anos da Instituição.

Na Obra de Propaganda Geral encontramos uma descrição detalhada do ofício de Giulio Paviani, ex-chefe de uma grande empresa de montagem elétrica na

⁹⁴ Banco Francês e Italiano.

⁹⁵ Este banco tem uma característica especial que nenhum outro banco tem: ele nasceu no Brasil, não foi, como os outros, organizado na Europa primeiro para vir depois aplicar no Brasil os seus capitais. Foi um banco criado em São Paulo e só mais tarde é que foi buscar na Europa os capitais necessários para o desenvolvimento de seu programma. Por conseguinte, é ele um banco estrangeiro porque tem sua sede em Paris, mas é também nacional porque nasceu em São Paulo. Banco Francez e Italiano para a América do Sul. *O HOSPEDE*. 23 de jan. 1922. p. 4.

Europa e diplomado pela Escola de Eletrotécnica de Milão. Paviani montou em Recife uma oficina mecânica, cuja especialidade era o conserto e instalação de máquinas elétricas. Um de seus trabalhos mais importantes foi a iluminação da imagem de Nossa Senhora do Carmo, na Catedral de Olinda.

O jornal O HOSPEDE, comprometido com a comunidade italiana no Recife, divulgava uma série de empresas e serviços prestados pelos *oriundi*. Segue:

- 1) **Delco-Light**. A empresa trabalhava com correias de transmissão, artefatos de borracha, chapas de ferro, trilhos, barras de ferro, ferro-gusa,⁹⁶ acessórios em metal, conserto de carros, locomotivas e maquinário. O responsável pela Delco-Light era Raffaele Abenante, que também se dedicava às importações e exportações de produtos entre Brasil e Itália.
- 2) **Gioia e Irmão**. Esta companhia de engenharia e construção trabalhava ainda com demandas de importação e exportação. Funcionava como agência pernambucana da empresa de viagens *Società Nazionale de Navigazione, Linea Nord del Brasile*,⁹⁷ em Recife, na Avenida Rio Branco, 127.
- 3) **Ricardo Pugó**. Exercia atividades de representação e importações na área de mecânica. Sua oficina contava com estoque permanente de pneus, câmaras de ar, acessórios para automóveis, graxas e óleos para lubrificação de maquinários. Seu escritório era na Rua do Aragão, 58. O armazém e o depósito funcionavam na Rua 15 de Novembro, 247.
- 4) **CASA ROMA**. A loja funcionava como depósito e fazia representação de compra e venda de objetos de arte e artigos sacros e profanos. Foi inaugurada em 9 de maio de 1921 por Saverio Vita, na Rua da Imperatriz, 211.⁹⁸
- 5) **João Gagliano**. Profissional autônomo. Agente das oficinas “Radio” de Milão. Em seu depósito estocava pneus *Michelin*, correias *Stanley* e lubrificantes *Dacum*. Funcionava na Rua da Imperatriz, 162.

⁹⁶ O ferro-gusa é a matéria-prima que permite a produção do aço.

⁹⁷ Sociedade Nacional de Navegação, linha Norte do Brasil.

⁹⁸ Inaugurou-se, ante-hontem, na rua da Imperatriz n. 211, um novo estabelecimento commercial, especialista em artigos religiosos e profanos, em metal prateado, nikelado e galvanizado. Tomou o aliudido estabelecimento que é de propriedade do sr. Saverio Vita, o nome de “Casa Roma” e possui uma officina de dourar, pratear nikelar, etc. **CASA ROMA. Jornal do Recife**. 11 de maio de 1921, p. 1.

O destaque da nossa pesquisa para essas empresas e profissionais é relativo à quantidade de aparições dos seus anúncios no jornal O HOSPEDE. Também levamos em consideração a referência das supracitadas empresas no Jornal do Recife, periódico menos comprometido com os empreendimentos de italianos e com uma importância local superior, em circulação, ao semanário O HOSPEDE.

Outra iniciativa que mereceu a atenção da nossa pesquisa está ligada aos empresários descendentes de italianos emigrados, José Paulo e Geovani Alimonda. Os irmãos começaram a produzir sabão artesanalmente em 1930, vendendo no atacado e no varejo de Recife. A fábrica cresceu, transformando-se em uma indústria moderna, diversificando os produtos: óleos vegetais, margarinas, detergentes.

José Paulo Alimonda iniciou a sua indústria em 1930, no bairro da Tamarineira, em Recife, juntamente com seu irmão Geovani, em instalações tão precárias que ele mesmo afirmava: “Minha empresa se resumia a dois tachos de fazer sabão”. Graças à sua visão e capacidade de trabalho, o pequeno empreendimento transformou-se na Alimonda Irmãos S/A, uma das maiores empresas de Pernambuco, tanto em faturamento, como em geração de empregos. Vários de seus produtos se tornaram líderes de mercado, sob a famosa marca Bem-Te-Vi (MENDONÇA, 2005, p. 37).

No final da década de 1930, os irmãos Alimonda começaram a sofrer com a concorrência de pequenos produtores. Assim, resolveram investir em propagandas, realçando a qualidade dos seus produtos e ensinando o consumidor a identificar o artigo verdadeiro, produzido pela Alimonda. É o caso do sabão “MARRON”:

Fig. Nº. 13:



Fonte: Propaganda do sabão MARRON. *Jornal do Recife*. 1 de set. 1937, p. 5.

Neste anúncio, exemplificado na Figura 13, notamos que Alimonda critica sua concorrência, informando ao público leitor que o legítimo sabão MARRON apresenta a marca GB Alimonda & Irmão gravada na barra.

A importância da Alimonda Irmãos S/A em Pernambuco era tamanha que José Alimonda chegou a exercer o cargo de presidente da FIEPE, em 1954, e é lembrado pela instituição como o presidente que restaurou a credibilidade da FIEPE diante do Ministério do Trabalho (MENDONÇA, 2005). A empresa foi anexada ao complexo ASA Indústria e hoje é representante das marcas Bem-Te-Vi, Invicto e Palmeron.

De acordo com o material pesquisado, identificamos que na cidade do Recife houve estreita relação entre ocupações artesanais e atividades industriais. A notar pelos casos de empreendedorismo industrial dos irmãos Vita e Alimonda, que começaram como artesãos. “Em suma, a capital pernambucana confirma as características fundamentais da presença italiana em todo o Nordeste” (CAPELLI, 2006, p. 170).

4.3 As relações entre Pernambuco e Itália, a partir do Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco (1921-1936)

A Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil em Pernambuco foi instaurada no Recife em 1 de setembro de 1921, contando com a presidência honorária do próprio cônsul italiano, Bruno Zuculin, e com a presidência efetiva de Tommaso Febaro, que era também diretor da agência recifense do *Banque Française et Italienne*. Ela surgiu com os seguintes objetivos:

- 1) apoiar e muitas vezes promover ações de iniciativa patriótica e beneficente, no seio da coletividade;
- 2) defender sempre junto às autoridades superiores e em publicação em seu próprio boletim, a necessidade de se instituir uma linha de navegação italiana para o Norte do Brasil, a fim de intensificar o comércio;
- 3) participar da Exposição Geográfica de Milão, por intermédio da Embaixada italiana;
- 4) atuar junto ao governo estadual para dar paridade de tratamento ao vinho italiano, idêntica a que era dada ao português, obtendo-se uma redução de 25% de impostos;
- 5) contribuir para a instituição da Escola Italiana para os filhos dos compatriotas, fornecendo o material necessário;

- 6) subsidiar o curso gratuito de italiano instituído na Faculdade de Direito do Recife, no qual o Secretário da Câmara era professor;
- 7) divulgar neste curso não só a língua italiana como a cultura italiana, a fim de que os estudantes, nem sempre de origem italiana, pudessem melhor compreender e amar a Itália, desenvolvendo assim o intercâmbio cultural;
- 8) divulgar informações comerciais;
- 9) promover o censo dos industriais e comerciantes italianos no Norte do Brasil;
- 10) concorrer com pavilhão próprio, na Exposição Regional do Recife (1928-1936), mantendo um stand das indústrias e do comércio italiano, a fim de demonstrar a importância da ação dos italianos no progresso da região;
- 11) publicar um boletim rico em notícias e estatísticas sobre as possibilidades econômicas da região;
- 12) manter relação as mais cordiais com as autoridades locais (ANDRADE, 1990, p. 59).

Desse modo, a Câmara de Comércio em Pernambuco tutelava e promovia o desenvolvimento das relações comerciais entre a Itália e o Brasil setentrional, através de informativos, conselhos úteis, fornecimento de preços dos artigos, dos transportes marítimos e terrestres, da alfândega; indicava importadores, exportadores e representantes; combatia a falsificação de produtos italianos, as elevadas tarifas alfandegárias e os abusos fiscais; e supervisionava o modo de comercialização empregado pelos seus exportadores.

A própria Câmara produziu um artigo em 1923⁹⁹, que explicava a importância e os benefícios coletivos e individuais de sua existência enquanto instituição e mostrava-se ciente da propaganda patriótica que desempenhava em Pernambuco. “A Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil era muito dinâmica, organizava os industriais e os comerciantes peninsulares em eventos constantes” (ANDRADE, 1993, p. 7). Entretanto, ela não era uma simples sociedade de amigos comerciários: mais do que isso, era uma instituição reconhecida e aprovada pelo governo italiano, cuja função era representar oficialmente o comércio e a indústria italiana em toda a região do Norte-Nordeste.

Também em 1921, começou a circulação do Boletim Oficial da Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil em Pernambuco, cujo objetivo principal era divulgar empresas ítalo-brasileiras e trazer notícias referentes à economia no Norte-Nordeste do Brasil, na tentativa de dinamizar a indústria e o comércio nessas

⁹⁹ *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 3, nº3, maio de 1923, p. 26.

áreas, sobretudo em Pernambuco, onde funcionava a sede da Câmara, na Avenida Marquês de Olinda, 287, Bairro do Recife.

Os boletins começaram a ser divulgados mensalmente a partir de novembro de 1921, continuando com tiragem ininterrupta até setembro de 1924. Depois disso, as publicações ficaram mais esparsas, restabelecendo-se nos anos de 1930 e 1936. Durante esses períodos é possível notar mudanças editoriais importantes, onde pode ser observada uma maior interação com as ideias fascistas.

Por exemplo, nos primeiros números do boletim, em novembro e dezembro de 1921,¹⁰⁰ é possível verificar que o conteúdo elaborado ainda é raso e as poucas páginas do mensário trazem majoritariamente anúncios de empresas, cujos líderes eram italianos ou descendentes. A partir de meados de 1922,¹⁰¹ notamos que os boletins já começam a esboçar, ainda que timidamente, uma diferença nas publicações, mantendo e aumentando as propagandas empresariais e dedicando espaço às matérias sobre a Itália e seus produtos. Nos anos de 1930 e 1936,¹⁰² a diferença do conteúdo torna-se gritante. Os anúncios, outrora amplos e predominantes, deram espaço às transcrições dos discursos de Mussolini, aos textos patrióticos redigidos pelos dirigentes do Fascio no Brasil e às questões políticas e econômicas mundiais. Podemos relacionar essas mudanças ao fortalecimento do fascismo na Europa e à criação do Fascio em Recife:

O Fascio do Recife foi fundado em março de 1924, por um grupo de migrantes liderados por Gino Palvarini. Inicialmente, não teve êxito e só foi reconstituído em 1927, pelo comerciante Francisco Cribari que transferiu a presidência para Cesare Gulinelli em novembro de 1929. Ganhou maior importância a partir de 1930, ano de grande agitação no país e em que foi derrubada a Primeira República. Em 1932, já contava com cerca de 100 sócios, em sua maioria residentes no Recife e em Garanhuns, e tinha sede na Avenida Rio Branco, 104, no Edifício do Banco Francês e Italiano para a América ao Sul (ANDRADE, 1993, p. 6-7).

O envolvimento do Fascio com a Câmara mostrava-se também através da maioria dos sócios, que participavam ativamente de ambos. Os membros que formavam o Conselho Editorial dos boletins mudaram um pouco através dos anos.

¹⁰⁰ Vide *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 1, n.º. 2, dez. 1921, p. 2-6.

¹⁰¹ Vide *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 2, n.º. 8, ago. 1922, p. 1-14.

¹⁰² Vide *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 14, n.º. 5-6, maio/ago. 1936, p. 1-20.

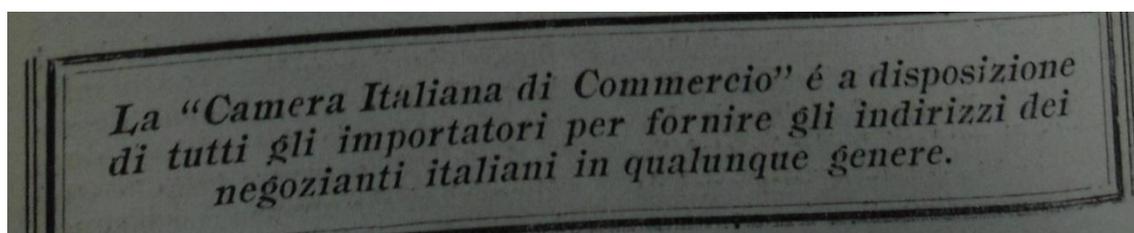
Entretanto, é possível perceber que alguns dos partícipes apenas se revezavam nas funções, estando presentes na assessoria à Câmara desde a sua fundação até a sua extinção.

Faziam parte desse Conselho, em 1921: o comerciante Raffaele Abenante,¹⁰³ como Presidente Efetivo; o cônsul da Itália em Pernambuco Bruno Zuculin, como Presidente Honorário; o engenheiro Giovanni Gioia,¹⁰⁴ como Vice-Presidente; o industrial Giorgio Nunes Franco, como Tesoureiro; os empresários Manoel Gonçalves da Silva Pinto,¹⁰⁵ Guido Ferraro, Raffaello Addobbati,¹⁰⁶ Antonio Loyo Amorim,¹⁰⁷ Alfredo Marchesini e Francesco Vita,¹⁰⁸ como Conselheiros.

No começo da década de 1920, com um editorial um pouco menos engajado politicamente, os boletins também traziam notícias econômicas de outras partes do mundo, mas que tivessem conexão com a economia italiana e brasileira. Divulgavam ainda estatísticas variadas, sobre produtos e empresas. Tornavam público os comunicados do consulado e anunciavam as novidades literárias da Itália.

Os boletins eram quase que inteiramente redigidos em língua italiana e, mesmo na década de 1920, mostram-se comprometidos em valorizar e promover os produtos e empresários italianos, na Itália e no Brasil:

Fig. Nº. 14:



Fonte: Chamada de anunciantes pela Câmara. “A ‘Câmara Italiana de Comércio’ está à disposição de todos os importadores para fornecer os endereços dos negociantes italianos em quaisquer gêneros”. **Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco**. Ano 1, nº. 2, nov. 1921, p. 4.

¹⁰³ Verificar neste capítulo Delco-Light.

¹⁰⁴ Verificar neste capítulo Gioia e Irmão.

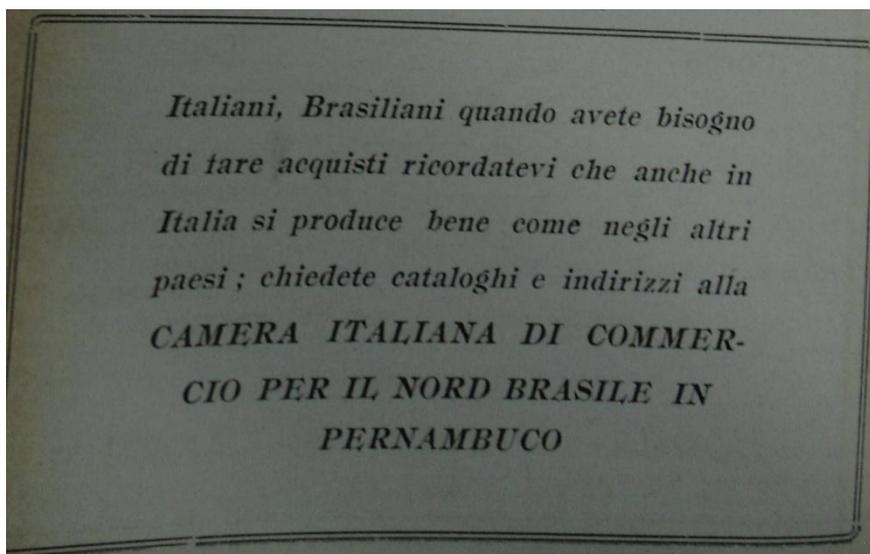
¹⁰⁵ Foi presidente da Associação Comercial de Pernambuco na década de 1920. Durante seu mandato, a Associação Comercial calçou os primeiros metros quadrados do perímetro urbano de Recife, com apoio do prefeito Lima Castro. Sua empresa trabalhava com importação de farinha de trigo, arame farpado, soda cáustica. Também exportavam açúcar, algodão, cera de carnaúba, etc.

¹⁰⁶ Tinha uma companhia especializada na importação e exportação, em larga escala, de aniagens e sacaria. Também vendiam cordas, barbantes, fios de vela e demais artigos concernentes à cordoalha. A empresa estava localizada na Praça Arthur Oscar, 237, Recife.

¹⁰⁷ Trabalhava com exportação de açúcar. Sua companhia localizava-se na Rua Visconde de Itaparica, 121.

¹⁰⁸ Verificar neste capítulo Fratelli Vita.

Fig. N°. 15:



Fonte: A Câmara chamando o negociante a apostar nos produtos italianos. “Italianos, Brasileiros quando vocês tiverem necessidade de fazer compras lembrem-se que também na Itália se produz bem como nos outros países; peçam catálogos e endereços na Câmara Italiana de Comércio para o Norte do Brasil em Pernambuco. *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 2, n°. 4, abr. 1922, p. 16.

O boletim contava com associados efetivos, a maioria radicada em Pernambuco, mas empresários de todo o Norte-Nordeste participavam ativamente. Também podemos encontrar anúncios e sócios efetivos de outras regiões brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro – e de cidades italianas – Bolonha, Milão. Na década de 1920 eram setenta e dois sócios efetivos e quarenta e nove sócios aderentes, que não publicavam com frequência, mas que pagavam pelo recebimento mensal do boletim.

A maior parte das publicações refletem o interesse da Câmara em divulgar a economia, os produtos e as empresas ítalo-brasileiras em Pernambuco. É comum encontrar textos sobre a cultura da cana-de-açúcar e do algodão, principais mercadorias exportadas da região para diversas partes do mundo, inclusive para a Itália. Da mesma forma, encontramos artigos que versam sobre a produção dessas matérias-primas na Itália, tornando o trabalho do boletim uma interlocução entre esses produtores e seus métodos de produção, cooperando para a modernização e o melhor aproveitamento econômico entre as áreas em diálogo.

Durante a década de 1930, quando o editorial ganhou ares decididamente fascistas, as finalidades do boletim aumentaram, mantendo o direcionamento econômico com o qual tinha sido criado, mas incorporando as ideias de Mussolini. Nesse período, os boletins deveriam apresentar a “nova Itália”: uma Itália produtora,

rica, que amparava seus filhos mesmo fora de seu território, pois a Itália estava onde estivesse seu povo, *oriundi* e descendentes. Assim, a Itália estaria transportada para Pernambuco.

O redator do boletim, Guido Capodaglio, em texto publicado pelo mensário, aconselha e faz um apelo aos seus compatriotas, empresários imigrantes no Brasil:

Nós devemos combater, corajosamente, sem perdermos o ânimo; devemos sair, progredir, embora lentamente, mas constantemente; devemos lutar, vencer e trabalhar sempre para a nossa grande Pátria. E a Itália, que não esquece os seus filhos distantes, a Itália guiada por Ele, o novo e forte Duce, verá com seus olhos de águia, o nosso esforço e nos estenderá a sua mão misericordiosa, para ajudar-nos na difícil ascensão e chegada ao último topo; nos lançaremos ao espaço sempre mais alto, semeando e gritando por toda parte um nome sagrado e grande: Itália¹⁰⁹ (Grande Patria. Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco. Ano 4, n.º. 4, abr. de 1924).

Esse tipo de discurso acompanha a linha de outras publicações feitas pela comunidade italiana durante esse período em todo o Brasil. João Bertonha (2001), comenta que durante os anos 1920 o regime fascista voltou a acreditar na criação de uma Itália no exterior através da emigração, objetivando expandir a influência cultural e econômica italiana pelo mundo. O autor explica ainda que a política italiana na década de 1920 centrou-se na imigração e nas relações comerciais. Assim, “as pretensões fascistas nunca foram muito ambiciosas. O comércio e a manutenção da italianidade dos imigrantes eram realmente as chaves dos interesses italianos nos anos 20” (BERTONHA, 2001, p. 65).

No começo da década de 1930, essa postura de cautela do governo italiano começa a mudar, em decorrência do crescimento das associações e grupos influenciados pelas ideias fascistas, especialmente na América Latina. Desse modo, criaram-se novos canais para que a influência político-ideológica italiana fosse transmitida (BERTONHA, 2001).

Angelo Trento, afirma que existia no Brasil uma imprensa em língua italiana muito atuante, principalmente no Período entre Guerras. A preocupação dessa

¹⁰⁹ *Noi dobbiamo combattere, coraggiosamente, senza perderci d'animo, dobbiamo salire, progredire, lentamente magari, ma costantemente, dobbiamo lottare, vincere e lavorare sempre per la nostra grande Patria. E l'Italia che non dimentica i suoi figli lontani, l'Italia guidata da Lui, dal Duce novello, audace e forte, vedrà col Suo occhio d'aquila, il nostro sforzo e ci tenderà la sua mano possente, per aiutarci nella difficile ascensione ed arrivati sull'ultima vetta, ci livreremo nello spazio, sempre più in alto, seminando e gridando ovunque un nome sacro e grande: Italia.*

imprensa remetia à difusão da cultura e ideologia italiana e, em conjunto com a alfabetização e instrução, seria instrumento para manter viva a proposta de italianidade e os laços com a pátria (TRENTO, 1989).

É difícil estabelecer quantas publicações em língua italiana apareceram em todo o território entre 1870 e 1940, porque de algumas delas não há mais nenhum vestígio. Os únicos cálculos aproximativos feitos falam em 170 títulos entre 1880 e 1920, 140 ou 150 dos quais em São Paulo, subestimando, porém, a consistência real do fenômeno. Com base em documentação direta e indireta, quem escreve encontrou quase 500 publicações entre diários, semanários, quinzenários, mensários, números únicos e almanaques, desde as origens até 1940. Dessas, 295 na cidade de São Paulo e outras 40 no interior do Estado, 64 no Rio de Janeiro, 53 no Rio Grande do Sul, 4 em Santa Catarina, 10 no Paraná, 3 no espírito Santo, 4 no Pará, 4 em Minas Gerais, 3 na Bahia e 1 em Pernambuco (TRENTO, 1989, p. 185).

Em nossa pesquisa conseguimos identificar duas publicações em língua italiana em Pernambuco: 1) este mensário que está sendo por nós analisado como tópico 3 do nosso terceiro capítulo; e 2) o diário de Donato Barrucco, estudado por nós no capítulo anterior. Dessa forma, nosso trabalho já revela uma participação maior de Pernambuco no quadro geral enumerado pelo italianista Angelo Trento.

É importante perceber a dedicação da Câmara, e do boletim especificamente, em mostrar as potencialidades do Estado de Pernambuco. Em todos os volumes do mensário destacam-se diversas publicações sobre a agricultura, a pecuária, a indústria, o comércio, enfim, a economia pernambucana. A comunidade italiana integrada nesta região procurou mostrar, através dos boletins, a necessidade de pensar Pernambuco como uma escolha acertada de imigração, um lugar onde as possibilidades de sucesso profissional eram praticamente garantidas, desde que houvesse visibilidade para o potencial a ser desenvolvido na região.

Dessa forma, o boletim comprometeu-se a divulgar as reformas do Porto do Recife, discutindo a engenharia de docas e as iniciativas políticas para o melhoramento do transporte marítimo.¹¹⁰ A Câmara acreditava na necessidade de uma linha de navegação específica, saindo da Europa para o Porto do Recife, que

¹¹⁰ *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 4, nº. 3, mar. de 1924, p. 11.

facilitaria as relações entre a Itália e as tantas cidades do Brasil setentrional, onde a imigração italiana se mostrava mais do que presente, atuante.¹¹¹

O *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco* ratifica a força da presença italiana em Pernambuco. Ele mostra o interesse dessa comunidade imigrante em participar ativamente da economia do Estado, revelando todas as características de uma imigração que não seguiu o curso natural, amparado pelas políticas governamentais brasileiras, mas que trilhou um caminho audacioso, construindo sua própria história.

¹¹¹ *Bollettino Ufficiale della Camera di Commercio per il Nord del Brasile in Pernambuco*. Ano 4, nº. 12, dez. de 1924, p. 1-6.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar os episódios de uma imigração italiana contracorrente, que se destinou a Pernambuco no período compreendido entre as décadas de 1880 e 1930. Analisamos os panoramas em que essa imigração foi inserida e compreendemos que as ideias eugênicas, somadas à necessidade de mão de obra livre, consentiram que o Brasil desenvolvesse dispositivos jurídicos e instituições para receber os imigrantes que lhe convinham: homens jovens, europeus, agricultores, católicos. Vimos que nesse contexto, as regiões do Norte e do Nordeste não se mostraram atrativas aos imigrantes, em função do clima abrasador, da escassez de terras públicas e, principalmente, da falta de possibilidades econômicas. No entanto, verificamos que, mesmo fora das rotas normais de recepção aos imigrantes no Brasil, Pernambuco registrou casos pontuais de imigração italiana no fim do Império e, durante a República Velha já era possível notar o crescimento dessas ocorrências, revelando uma comunidade italiana atuante e dinâmica, que desenvolveu atividades comerciais e industriais na região, principalmente no Recife.

É interessante refletir que o fenômeno de deslocamentos de massa também é uma preocupação do nosso século. A atuação de grupos fanáticos religiosos – como o Estado Islâmico – no Oriente Médio desencadeou um processo de fuga generalizada dessa região para países europeus, próximos dos locais de conflito, mas muito distantes do estado de guerra que vivem países como a Síria, principal cenário dos confrontos e de onde saem o maior número de indivíduos. Em situações normais, esses indivíduos seriam considerados refugiados de guerra, recebendo abrigo e proteção de outras nações, com direito a ali permanecer, retornando aos seus locais de origem apenas quando não houvesse mais riscos para sua vida. No entanto, devido aos altos índices de deslocamento, os países europeus têm preferido tratar os refugiados como imigrantes, sob o pretexto de poder deportá-los.

Observadas as realidades e os contextos distintos, essa nova onda de movimentação de pessoas pelo espaço geográfico possibilita transformações para as sociedades envolvidas nesse processo, a saber pelas experiências de contato com populações imigrantes que influenciaram cultural e economicamente todo o território americano no momento das grandes imigrações, entre os séculos XIX e XX.

O Brasil, cuja histórica fama de hospitalidade o precede, também tem acolhido grupos de refugiados do Oriente Médio e grande quantidade de imigrantes haitianos e de países africanos. Os impactos dessas chegadas já podem ser sentidos pela sociedade que, de um lado, procura integrar essas pessoas e conhecer suas culturas e, de outro, mostra-se descontente com as poucas políticas governamentais que oferecem empregos para os estrangeiros, convocando passeatas anti-imigração. As consequências históricas desse fenômeno ainda estão sendo costuradas e, certamente, serão objeto de pesquisas e reflexões. No caso da Itália, era de se imaginar – pela própria história de emigração – que o país estivesse disposto a receber parte dos refugiados. Ao contrário, as políticas têm sido repressivas aos chamados “invasores”.

Esses momentos históricos distintos podem ser conectados através da reflexão sobre as condições, os mecanismos e as dificuldades enfrentadas durante a viagem. Hoje, os refugiados se arriscam em embarcações inseguras e superlotadas. Muitos já tiveram suas vidas ceifadas durante o trajeto ou perderam suas economias para os agenciadores do traslado. No período da grande emigração italiana para a América, podem ser detectados os mesmos infortúnios. No entanto, naquela época, a imigração italiana mostrava-se necessária e desejada, pelo menos para o Brasil, que sofria com a carência de mão de obra nos cafezais paulistas e, influenciado pelas ideias eugênicas, procurava “branquear” a população. No entanto, o número de imigrantes suplantou a quantidade de oportunidades nos principais locais de recepção, desse modo, muitos indivíduos tiveram que buscar oportunidades em outras localidades. Pernambuco não era a rota natural dessa imigração, porém, mesmo assim, registrou inúmeros casos da presença italiana.

As dificuldades de trabalhar um tema como o nosso residem na escassa historiografia encontrada. É estranho que existam tão poucos estudos sobre o assunto, ou que ele seja tratado como excentricidade por uma parte dos acadêmicos, afinal, todos esses registros aqui expostos sobre a presença italiana no Nordeste – o funcionamento de uma Câmara de Comércio Italiana no Norte do Brasil em Pernambuco, empreendedores que galgaram posições de importância na Federação das Indústrias desse Estado, memórias escritas em diário ou narradas em entrevistas – mostram que não é um disparate ou um desatino pesquisar e refletir sobre a imigração italiana em Pernambuco, ao contrário, é uma empresa necessária e urgente. A documentação comprova que ainda existe muito a ser

estudado e pesquisado. Oxalá que a partir deste trabalho surjam outras questões que despertem o interesse dos pesquisadores sobre a temática.

Nesta dissertação, que teve como objeto os casos de imigração em Pernambuco, não conseguimos formular estatísticas específicas sobre o montante geral dessa imigração, em parte, pelos limites de uma documentação amplamente fragmentada e, sobretudo, pela falta de dados oficiais e o desencontro de informações quantitativas dentro da pouca literatura encontrada sobre a questão. Entretanto, conseguimos constatar diversos casos sobre imigrantes provenientes do Sul da Itália, principalmente da cidade de Trecchina, chegando-se até mesmo a falar sobre a existência de uma comunidade *trecchinese* em Recife. Sabemos também que a maior parte dos registros indicam os segmentos comercial e industrial como principais áreas de atividade desses imigrantes. Esse fato é comprovado pelo funcionamento da Câmara de comércio italiana em Pernambuco, cujos boletins, publicados entre 1921 e 1936, tinham a função de divulgar os empreendimentos de italianos na região.

Esta dissertação pretendeu contribuir para a produção científica local que estuda a presença italiana no Nordeste. Apesar da falta de incentivos à imigração, não podemos desconsiderar os grupos que procuraram se estabelecer nas suas grandes capitais ou em cidades interioranas onde havia possibilidade de trabalho. Não é possível argumentar em função numérica a influência desses migrantes estrangeiros em Pernambuco, entretanto, seria imprudente não reconhecer os significativos episódios que auxiliam na construção de um maior entendimento sobre o fenômeno imigratório começado no século XIX. Nossa pesquisa enxerga possibilidades de ser utilizada como combustível para outros estudos, visto que apresenta documentações inéditas e indica fontes que possuem grande potencial investigativo. Esperamos que, a partir dela, outros trabalhos possam ser gestados.

REFERÊNCIAS

LIVROS E ARTIGOS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste** e outras artes. 4. ed. Recife: FJN; Ed. Massangana, São Paulo: Cortez, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Itália no Nordeste**: contribuição italiana no Nordeste do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992.

_____. A Colônia Italiana em Pernambuco nas Décadas de vinte e trinta. In: BONI. Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____. Italianos em Pernambuco. In: BONI. Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____. **O ideal fascista e a colônia italiana no Norte e Nordeste do Brasil**. Trabalho apresentado ao XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, MG. Out. 1993.

ARRUDA, Gustavo. **A História da Fratelli Vita no Brasil**. 1ª ed. Recife, 2014.

AZEVEDO, Ferdinand. **“O Catholico” e os jesuítas**: Recife, 1869 – 1872. SYMPOSIUM. Recife. p. 53-92. 1978.

BENEDINI, Giuseppe; ARQUILLA, Matteo. **Na toca do jaguar**. Histórias da imigração italiana nas colônias da Bahia. Quaderni 11-12. ASEI/ Archivio Storico dell’Emigrazione Italiana. Sette Città, 2015.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2001.

BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. **“Com lei ou sem lei”**: as expulsões de estrangeiros na Primeira República. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

BONI. Luis A. de. **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989.

BUZZATTI, Giuseppe. **Italia e America Latina**. Pavia, Tip. Bizzoni, 1907.

CAPELLI, Vittorio. **A propósito de imigração e urbanização**: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 7-37, junho 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

_____. **História da República no Rio Grande do Norte**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1955.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação. À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. **Imigração e cozinha italiana na cidade de São Paulo**: concepções de fartura e distinção. Anuário Antropológico, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CROCI, Federico. O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil. In: **Dossiê Imigração Italiana. Locus**: revista de história. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em História/Departamento de História, 2009 v. 15, n. 1.

CUNHA, Davi Gasparini Fernandes; VECCHIA, Francisco. **As abordagens clássica e dinâmica de clima**: uma revisão bibliográfica aplicada ao tema da compreensão da realidade climática. Ciência e Natura, UFSM, 29 (1): p. 137-149, 2007.

DI MICHELE, Stefano; GALIANI, Alessandro. **Mussolini e la Política Estera Fascista, 1918-1933**. Padova: Cedam, 1960.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização** – estudo sobre alguns aspectos da contribuição do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DOMINGUES, Luís Manoel. O processo de industrialização em Pernambuco (1890-1920). **Revista Symposium**. Ano 4, n. 1, janeiro-junho de 2000, p. 57-76.

DURAND, Jorge; LUSI, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

DURHAM, E. Ribeiro. **Assimilação e Mobilidade** – A História do Imigrante Italiano num Município Paulista. São Paulo, 1966.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910. Paz e Terra/Unicamp: Rio de Janeiro/Campinas, 1977.

_____. Falta de Imigrantes: um aspecto do atraso nordestino. **Revista de História**, São Paulo. Janeiro-Março 1973.

ERLER, Giuseppe. L'emigrazione italiana nello Stato di Rio Grande do Sul (Brasil) tra il 1875 e il 1914. In: **Affari Sociali Internazionali**, (6), 1978.

_____. (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e da política cafeeira. In: **História Geral da Civilização Brasileira** – III. O Brasil Republicano – 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), Rio de Janeiro/São Paulo, 1977.

FERREIRA, Amauri Carlos; GROSSI, Yone de Souza. **A narrativa na trama da subjetividade**: perspectivas e desafios. **HISTÓRIA ORAL**, 7, 2004, p. 41-59.

FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. **As 100 melhores histórias da mitologia**: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FRANZINA, Emilio. **La Grande Emigrazione**: L'Esodo dei Rurali dal Veneto Durante il Secolo XIX. Padova, 1976.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce, com receitas de bolo e doces do Nordeste. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. **Ordem e Progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República. 6. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Fernando de Mello. **CL & Tróp**. Recife, 5W: 775-188, jul/dez. 1977.

GABLER, Louise. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a modernização do Império (1860-1891). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana. 2. ed., Torino: Einaudi, 1977.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. GRILLO, Maria Ângela de Faria; FARIAS, Rosilene Gomes. **Mercado de São José**: Memória & História. Recife: IPHAN/FADURPE, 2010.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **História e mundo atlântico**: contribuições para o estudo da escravidão africana nas américas. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LAGI, Massimiliano; ARAÚJO, Rita de Cássia. **Italianos no Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

MALVAI, Carlo. **L'Odisea del Piroscapo Remo ovvero il Disastroso Viaggio di 1.500 Emigranti Respinti dal Brasile**. Mirandola, Tip. Grilli, 1894.

MELLO, José Octávio de Arruda. Historiografia e a história dos italianos na Paraíba: uma revisão crítica. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

MENDONÇA, Luís Carvalheira. **FIEPE 65 ANOS**: preservando valores e ampliando conquistas. Recife: Persona, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. **A História da Alimentação**: balizas historiográficas. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 5. p. 9-91. jan./dez. 1997.

MINTZ, Sidney W. **O PODER AMARGO DO AÇÚCAR**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Editora Universitária: UFPE, Recife, 2003.

MISSORI, Marco. Le condizioni degli emigranti alla fine del XIX secolo in alcuni documenti delle autorità marittime. In: **Affari Sociali Internazionali**, 1(3): p. 97-98, 1937.

MOREIRA, Sueli Aparecida. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Cienc. Cult.** v. 62 n. 4 São Paulo out. 2010.

ORNELAS, Tatiane Freire Silva; OLIVEIRA, Patrícia França de. Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [2]: p. 413-442, 2010.

PÁDUA, José Augusto de. **As bases teóricas da história ambiental**. Estud. av. [online]. 2010, vol.24, n.68, pp.81-101.

PAULA, João Antônio de. A idéia de nação no século XIX e o marxismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 219-235, abr. 2008.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PETTINGER, Tejvan. **Biografia de Giuseppe Mazzini**. Oxford, 2012.

PICCOLO, Helga I. L. Fazer a América: o imigrante italiano entre o sonho e a realidade. In: BONI, Luis A. de. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. v. II; Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIALL, Lucy. **Garibaldi. L'invenzione di un eroe**. Milano: Laterza, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento** – tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Marcelo. Oligarquias agrárias, o Estado e o espírito do neoliberalismo no Brasil. In: GRIMSON, Alejandro. **Publicación: Cultura y Neoliberalismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Julho, 2007.

SALVATORE, Candido. **Giuseppe Garibaldi nel Rio della Plata, 1841-1848**. Firenze: Valmartina, 1972.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, Verônica Maria. **(Des)medidos: a revolta do quebra-quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. Revista Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

SILVA, Edson. **“Uma Guerra Civil de 12 Anos”**: mobilizações indígenas na zona da Mata Sul de Pernambuco, na segunda metade do século XIX. In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2016. Nova Iguaçu/RJ. *Anais...* Nova Iguaçu/RJ. ANPUH/UFRRJ, 2016.

SILVA, Greice Mara Marques da; CONFORTIN, Helena. **Cultura Italiana**: Estudo comparativo da culinária italiana da Itália e da culinária italiana do Brasil. Revista PERSPECTIVA, Erechim. v. 39, n. 148, p. 33-45, dezembro/2015.

SILVA, Juliana Klotz et al. **Alimentação e cultura como campo científico no Brasil**. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [2] : 413-442, 2010.

SIMIELLI, Maria Elena. **Mapas Políticos, Físicos, Temáticos, Anamorfozes e Imagens de Satélites**. São Paulo: Editora Ática:, 2012.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Ed. Nobel, Instituto Italiano de Cultura, 1989.

_____. **La costruzione di un'identità collettiva**. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile. Sette Città: Viterbo, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIOLA, Herman J.; VIOLA, Susan P. **Garibaldi. Os grandes líderes**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. **Alimentação é cultura**: aspectos históricos e culturais que envolvem a alimentação e o ato de se alimentar. *Nutrire Rev. Soc. Bras. Aliment. Nutr*; 34(1): p. 225-241, abr. 2009.

DISSERTAÇÕES E TESES

CORREIA, Éverton Barbosa. **A poética do engenho**: a obra de João Cabral sob a perspectiva canavieira. São Paulo: Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo. Letras, 2007.

GOMES, Alessandro Filipe de Meneses. **Das docas de comércio ao cais contínuo**: as tentativas frustradas de melhoramento do Porto do Recife no Oitocentos. Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016.

PACHECO, Carmem. **O Pensamento Económico Colonial de António Lobo Almada Negreiros (1868-1939)**. Porto: Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Letras, 2004.

PERIÓDICOS

A PROVINCIA. 1900 – 1930.

DIARIO DE PERNAMBUCO. 1875 – 1930.

JORNAL DO COMMERCIO. 1883 – 1930.

JORNAL DO RECIFE. 1883 – 1889 e 1910 – 1940.

JORNAL DA UNICAMP. 2000.

O HOSPEDE. 1922.

REVISTA DE ENGENHARIA. 1883 – 1889.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS (ACERVO APEJE)

PEDIDOS DE NATURALIZAÇÃO. Secretaria da Justiça. Coleções Particulares.

PETIÇÃO de Simone Croff. Secretaria da Justiça. PETIÇÕES. Imigração e Colonização. Fls 65 a 70.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO FUNDAJ - MICROFILMAGEM)

LIVRO de Donato Barrucco. Dodici Anni de Residenza nel Brasile. Bolonha. Libreria Treves, 1903.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO MUSEU DA CIDADE DO RECIFE)

CATÁLOGO DA FIEPE, 2005.

OBRA DE PROPAGANDA GERAL. Estado de Pernambuco. Editora Pimenta de Mello & cia. Rio de Janeiro. 1919-1922.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO CEHIBRA)

ENTREVISTAS do Projeto Contribuição Italiana ao Nordeste do Brasil. 1987 – 1991.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO PESSOAL DE CRISTINA BERNARDINI)

FOTOS de Simone Croff em San Miniato, Toscana, Itália. 1923 – 1925.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL)

PUBLICAÇÕES do Bolletino Ufficiale Della Camera Italiana Di Commercio Per Il Nord Brasile in Pernambuco. 1921 – 1936.

DOCUMENTOS IMPRESSOS (ACERVO ARQUIVO NACIONAL)

CADERNOS MAPA n. 4: Memória da Administração Pública Brasileira, 2012.